



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

2328
BQ

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 82220201455873

Nome original: DESPACHO.pdf

Data: 12/02/2020 11:09:03

Remetente:

Valmir Correia

ARI - 4ª Vara Cível

Tribunal de Justiça de Rondônia

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Habilitação de crédito nos autos 0021350-12.2019.8.08.002 Processo: 7008846-96.2

017.8.22.0002 Classe Processual: Cumprimento de sentença EXEQUENTE: MERIJANES MO
REIRA DA COSTA CPF nº 422.074.442-87



12/02/2020

Número: 7008846-96.2017.8.22.0002

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Órgão julgador: Ariquemes - 4ª Vara Cível

Última distribuição : 25/07/2017

Valor da causa: R\$ 11.247,82

Assuntos: Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios, Correção Monetária, Causas

Supervenientes à Sentença

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NAO			
Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MERIJANES MOREIRA DA COSTA (EXEQUENTE)		SILMAR KUNDZINS (ADVOGADO) SIDNEI DONA (ADVOGADO)	
YMPACTUS COMERCIAL S/A (EXECUTADO)		ROBERTO DUARTE JUNIOR (ADVOGADO) MARINA BELANDI SCHEFFER (ADVOGADO) ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (ADVOGADO) HORST VILMAR FUCHS (ADVOGADO) DANNY FABRICIO CABRAL GOMES (ADVOGADO) WILSON FURTADO ROBERTO (ADVOGADO) ELIZABETH CERQUEIRA COSTA ALVES (ADVOGADO) VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34740 017	10/02/2020 16:23	DESPACHO	DESPACHO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 4ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes,

2329
32

Processo: 7008846-96.2017.8.22.0002

Classe Processual: Cumprimento de sentença

Assunto: Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios, Correção Monetária, Causas Supervenientes à Sentença

Valor da Causa: R\$ 11.247,82

EXEQUENTE: MERIJANES MOREIRA DA COSTA CPF nº 422.074.442-87, RUA MATÃO 2927, - DE 2451/2452 AO FIM JARDIM PAULISTA - 76871-277 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: SILMAR KUNDZINS OAB nº RO8735, SIDNEI DONA OAB nº RO377B

EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A CNPJ nº 11.669.325/0001-88, AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA 356, - DE 356 A 570 - LADO PAR PRAIA DO CANTO - 29055-131 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

ADVOGADO DO EXECUTADO: ROBERTO DUARTE JUNIOR OAB nº AC2485, MARINA BELANDI SCHEFFER OAB nº AC3232, ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES OAB nº AC3406, HORST VILMAR FUCHS OAB nº AC4250, DANNY FABRICIO CABRAL GOMES OAB nº MS6337, WILSON FURTADO ROBERTO OAB nº PB12189, ELIZABETH CERQUEIRA COSTA ALVES OAB nº ES13066, VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA OAB nº DF19680

Vistos.

1. OFICIE-SE à Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória - ES, no Autos do processo n.º 0021350-12.2019.8.08.002, para que assim, o Exequente MERIJANES MOREIRA DA COSTA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 422.074.442-87 passe a integrar os quadros de credores naquele processo pelo crédito de R\$ 21.103,96 e entre na devida ordem de preferência nos pagamentos a serem realizados.

2. Arquite-se.



Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA - 10/02/2020 16:23:12
<http://pje.pj.tjro.jus.br:80/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021016233700000000032750845>
Número do documento: 20021016233700000000032750845

Num. 34740017 - Pág. 1

SERVE A DECISÃO COMO OFÍCIO.

Ariquemes, 10 de fevereiro de 2020

Larissa Pinho de Alencar Lima
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA - 10/02/2020 16:23:12
<http://pjepeg.tjro.jus.br/80/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021016233700000000032750845>
Número do documento: 20021016233700000000032750845

Num. 34740017 - Pág. 2



Silmar Kundzins
ADVOGADA
OAB/RO 8735

2330
B2

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA VARA DE
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE VITÓRIAS/ES.

Distribuição por dependência

PROCESSO N.º 0021350-12.2019.8.08.0024 - (Vitória/ES)

MERIJANES MOREIRA DA COSTA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF n.422.074.442-87, RG n. 592501 SSP/RO, residente e domiciliado na Rua Matão, 2927 – Bairro jardim paulista, nesta cidade de Ariquemes/RO, CEP: 76871-277, email (não possui), por intermédio de seus Advogados legalmente constituídos com procuração em anexo e endereço profissional no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, à presença de V. Exa., considerando a decretação de **FALÊNCIA** de **YMPACTUS COMERCIAL LTDA**, requerer, na forma do art. 7.º, parágrafo 1.º, art. 9.º e art. 99, IV da Lei n.º 11.101/05, a **HABILITAÇÃO DE SEU CRÉDITO**, nos termos seguintes:

1. Que é credora da falida, pela quantia de **R\$ 21.103,96 (vinte e um mil, cento e três reais e noventa e seis centavos)**, referente ao processo **7008846-96.2017.8.22.0002** sentenciado pela 4ª vara cível de Ariquemes/RO, com transitado em julgado, devidamente atualizado conforme documentos em anexo.
2. Que seu crédito refere-se à cobrança de valores investidos e não pagos pela Falida, estando classificado como quirografário (art. 83 da Lei de Falência).

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.
Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908
email: silmaradvogada@gmail.com

CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO (PARTE CRÉDITO CLIENTE)....R\$ 17.746,51

3. Que os créditos de honorários advocatícios sucumbenciais sejam classificados como de natureza de crédito alimentar com preferência e classificação (art. 151 da lei de Falência).

CRÉDITO ALIMENTAR (HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIAIS)....R\$ 3.357,45

4. À vista do exposto, requer seja seu crédito incluído no respectivo quadro dos credores da Falida declinada, com o prosseguimento do feito até final decisão, requerendo que todas as intimações sejam procedidas na pessoa dos advogados signatários da presente da seguinte forma:

1 - CRÉDITO ALIMENTAR (HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIAIS).....R\$	3.357,45
2 - CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO (PARTE CRÉDITO CLIENTE).....R\$	17.746,51
TOTAL DO VALOR DEVIDO:.....	R\$ 21.103,96

VALOR ATUALIZADO - DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES

Data sentença: 26/07/2017

Valor Principal:..... R\$ 11.247,82
Juros e atualização monetária:..... R\$ 4.740,03
Honorários sucumbenciais (10%):..... R\$ 1.598,79
Honorários de execução (10%):..... R\$ 1.758,66
Valor da Multa (10%):..... R\$ 1.758,66

TOTAL DO VALOR DEVIDO:..... R\$ 21.103,96

(vinte e um mil, cento e três reais e noventa e seis centavos). Conforme tabela ao final.

2331
RJ

Resultado do Cálculo

Base de Cálculo da Correção										
Data Inicial	Data Final	Valor Inicial	Data Inicial Juros	Valor Corrigido	Índice	Data Início Juros	Dias Juros	Dias Juros 6%	Dias Juros 12%	Juros Moratórios
26/07/2017	03/02/2020	R\$ 11.247,82	26/07/2017	R\$ 12.268,87	1.0907772	26/07/2017	922	0	922	R\$ 15.967,85
				R\$ 12.268,87						R\$ 15.987,85

Honorários de Sucumbência (10%) R\$ 1.598,79

Total + Honorários de Sucumbência: R\$ 17.586,64

Valor da Multa (10%) R\$ 1.758,66

Total + Multa: R\$ 19.345,30

Honorários de Execução (10%) R\$ 1.758,66

Total + Honorários de Execução: R\$ 21.103,96

Data Realização do(s) Cálculo(s): 03/02/2020

Obs: Serviço Informativo. Referências para os juros: data inicial até 10/01/2003 taxa de 6%aa, de 11/01/2003 até hoje 12%aa

Termos em que,

Pede deferimento

Ariquemes, 03 de janeiro de 2020.

Silmar Kundzins

OAB/RO 8735

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.

Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525

Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908

email: silmaradvogada@gmail.com

Base de Cálculo da Correção

Data Inicial	Data Final	Valor Inicial	Data Inicial Juros	Valor Corrigido	Índice	Data Início Juros	Dias Juros	Dias Juros 6%	Dias Juros 12%
26/07/2017	03/02/2020	R\$ 11.247,82	26/07/2017	R\$ 12.268,87	1.0907772	26/07/2017	922	0	922
				R\$ 12.268,87					

Honorários de Sucumbência (10%) :

R\$ 1.598,79

Total + Honorários de Sucumbência:**R\$ 17.586,64**

Valor da Multa (10%):

R\$ 1.758,66

Total + Multa:**R\$ 19.345,30**

Honorários de Execução (10%):

R\$ 1.758,66

Total + Honorários de Execução:**R\$ 21.103,96**

Data Realização do(s) Cálculo(s): 03/02/2020

Obs: Serviço Informativo. Referências para os juros, data inicial até 10/01/2003 taxa de 6%aa, de 11/01/2003 até hoje 12%aa.



Silmar Kundzins
ADVOGADA
OAB/RO 8735

2332
B2

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES (RO).

Processo: 7008846-96.2017.8.22.0002

EXEQUENTE: MERIJANES MOREIRA DA COSTA

EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A.

MERIJANES MOREIRA DA COSTA, já qualificada nos Autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus Advogados legalmente constituídos com procuração em anexo e endereço profissional no rodapé desta, expor e ao final requerer:

1 – NOVAS INFORMAÇÕES

Foi disponibilizado em 16/12/2019, um ofício GABJU-OF Circular nº 007/2019 e decisão no site do E. TJ/AC. Emitido pelo Juízo da 2.ª Vara Cível da comarca de Rio Branco/AC conforme juntada de documentos em anexo.

O Referido Ofício e decisão informam que a ora Executada esta com processo de falência tramitando na comarca de Vitória/ES, sob o **PROCESSO n.º 0021350-12.2019.8.08.0024**.

Esclarece que em razão do processo de falência, nenhum Ofício de penhora enviado anteriormente solicitando penhora no rosto dos autos, habilitação de crédito, etc, foi ou será recebido/processado nos autos do processo que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco- AC.

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.
Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908

Informa ainda que os referidos ofícios devem ser enviados ao juízo falimentar situado na Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, para que os Exequentes sejam submetidos ao concurso de Credores da Falida-Executada, e assim, integrem a sua devida ordem de preferência nos pagamentos.

Assim diante das novas informações requer o desarquivamento dos autos, bem como que Vossa Excelência envie via OFÍCIO os documentos e valores devidamente atualizados para que integrem o concurso de credores conforme orientação oficial da 2ª vara cível de Rio Branco/AC.

Segue em anexo petição de solicitação de habilitação com os valores devidamente atualizados de **R\$ 21.103,96 (vinte e um mil, cento e três reais e noventa e seis centavos)**, a serem enviados via Ofício para habilitação de crédito junto a Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória - ES, no autos do processo n.º **0021350-12.2019.8.08.0024**, para que assim, o Exequente passe a integrar os quadros de credores naquele processo, e entre na devida ordem de preferência nos pagamentos a serem realizados.

Anexo segue juntada do ofício e decisão emitidos pela 2.ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco- AC para vossa apreciação.

Termos em

Pede deferimento

Ariquemes, 03 de janeiro de 2020.

Silmar Kundzins
OAB/RO 8735



Silmar Kundzins
ADVOGADA
OAB/RO 8735

2333
02

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: MERIJANES MOREIRA DA COSTA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº: 422.074.442-87 e portadora do RG sob o nº 592501 SSP/RO, residente e domiciliada na Rua Matão, 2927 – Jardim paulista, neste município de Ariquemes – Rondônia.

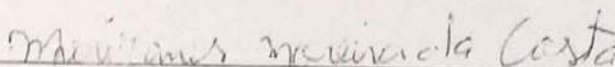
OUTORGADO: SIDNEI DONÁ, brasileiro, advogado regularmente inscrito na OAB/RO sob o n. 377-B, com escritório profissional situado na Avenida Tancredo Neves, n. 2.703, Bairro Setor 03, Sala 02, CEP: 76.870-525, nesta cidade de Ariquemes-RO, onde recebe as intimações e estilo.

OUTORGADA: SILMAR KUNDZINS, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/RO sob o n. 8.735, com escritório profissional situado na Avenida Tancredo Neves, n. 2.703, Bairro Setor 03, Sala 02, CEP: 76.870-525, nesta cidade de Ariquemes-RO, onde recebe as intimações e estilo.

PODERES: O OUTORGANTE confere amplos poderes aos OUTORGADOS para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com as cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Esfera, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, acompanhando umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, requerer o benefício da Justiça Gratuita, agir em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reservas de poderes e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

Nos termos dos artigos 98 e 105 do CPC de 2015, Declara o requerente ser pessoa pobre nos estritos termos legais, não tendo condições de arcar com as despesas do processo sem comprometimento do seu sustento e de sua família, motivo pelo qual requer lhe seja deferido os benefícios da gratuidade judicial.

Ariquemes-RO, 17 de julho de 2017.



MERIJANES MOREIRA DA COSTA

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.
Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908

2334
BL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 592.501 DATA DE EMISSÃO 11.09.1995

NOME MERIJANES MOREIRA DA COSTA
Alvaro Moreira da Costa
Maria José Lima da Costa

LOCALIDADE Sena Madureira-AC DATA DE NASCIMENTO 03.01.1974

C.Nasc. 31.124/Fls. 57/Liv. 45. Exp. Sena Madureira-AC, 21.02.1985.

Eng.ª da Costa Francisca

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CLM Nº 009.802-1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENADORIA DE FISCALIAIS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF 422074442 87

NOME COMPLETO MERIJANES MOREIRA DA COSTA

DATA DE NASCIMENTO 03.01.74

Merijanes Moreira da Costa





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

2335
BP

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 82220201455841

Nome original: DESPACHO.pdf

Data: 12/02/2020 10:59:31

Remetente:

Valmir Correia

ARI - 4ª Vara Cível

Tribunal de Justiça de Rondônia

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Habilitação de Credores nos autos 0021350-12.2019.8.08.002 Processo de Origem: 7

008844-29.2017.8.22.0002 Classe Processual: Cumprimento de sentença EXEQUENTE: W

ADSON KUNDZINS CPF nº 389.590.892-49



12/02/2020

Número: **7008844-29.2017.8.22.0002**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Ariquemes - 4ª Vara Cível**

Última distribuição : **25/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 26.751,27**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios, Correção Monetária, Causas Supervenientes à Sentença**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WADSON KUNDZINS (EXEQUENTE)		SILMAR KUNDZINS (ADVOGADO) SIDNEI DONA (ADVOGADO)	
YMPACTUS COMERCIAL S/A (EXECUTADO)		ROBERTO DUARTE JUNIOR (ADVOGADO) MARINA BELANDI SCHEFFER (ADVOGADO) ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (ADVOGADO) HORST VILMAR FUCHS (ADVOGADO) DANNY FABRICIO CABRAL GOMES (ADVOGADO) WILSON FURTADO ROBERTO (ADVOGADO) ELIZABETH CERQUEIRA COSTA ALVES (ADVOGADO) VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34739 434	10/02/2020 16:23	<u>DESPACHO</u>	DESPACHO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Ariquemes - 4ª Vara Cível

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2365, Bairro Setor Institucional, CEP 76872-853, Ariquemes,

Processo: 7008844-29.2017.8.22.0002

Classe Processual: Cumprimento de sentença

Assunto: Assistência Judiciária Gratuita, Honorários Advocatícios, Correção Monetária, Causas Supervenientes à Sentença

Valor da Causa: R\$ 26.751,27

EXEQUENTE: WADSON KUNDZINS CPF nº 389.590.892-49, AVENIDA CANDEIAS 4258, - JARDIM PAULISTANO JARDIM PAULISTA - 76871-253 - ARIQUEMES - RONDÔNIA

ADVOGADO DO EXEQUENTE: SILMAR KUNDZINS OAB nº RO8735, SIDNEI DONA OAB nº RO377B

EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A CNPJ nº 11.669.325/0001-88, AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA 365, SALA 23 PRAIA DO CANTO - 29055-131 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

ADVOGADO DO EXECUTADO: HORST VILMAR FUCHS OAB nº AC4250, DANNY FABRICIO CABRAL GOMES OAB nº MS6337, ROBERTO DUARTE JUNIOR OAB nº AC2485, MARINA BELANDI SCHEFFER OAB nº AC3232, ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES OAB nº AC3406, WILSON FURTADO ROBERTO OAB nº PB12189, ELIZABETH CERQUEIRA COSTA ALVES OAB nº ES13066, VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA OAB nº DF19680

Vistos.

1. OFICIE-SE à Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória - ES, no Autos do processo n.º 0021350-12.2019.8.08.002, para que assim, o Exequente WADSON KUNDZINS, CPF 389.590.892-49 passe a integrar os quadros de credores naquele processo pelo crédito de R\$ 49.842,32 e entre na devida ordem de preferência nos pagamentos a serem realizados.

2. Arquive-se.



Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA - 10/02/2020 16:23:10
<http://pjepeg.tjro.jus.br:80/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021016230000000000032751032>
Número do documento: 20021016230000000000032751032

Num. 34739434 - Pág. 1

SERVE A DECISÃO COMO OFÍCIO.

Ariquemes, 10 de fevereiro de 2020

Larissa Pinho de Alencar Lima
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA - 10/02/2020 16:23:10
<http://pjepeg.tjro.jus.br:80/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021016230000000000032751032>
Número do documento: 20021016230000000000032751032

Num. 34739434 - Pág. 2

2337
22

Silmar Kundzins
ADVOGADA
OAB/RO 8725

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA VARA DE
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE VITÓRIA/ES.

Distribuição por dependência

PROCESSO N.º 0021350-12.2019.8.08.0024

WADSON KUNDZINS, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF nº 389.590.892-49 e RG nº 459870 SSP/RO, residente e domiciliado na Avenida Candeias, nº 4258, Bairro jardim Paulistano, nesta cidade de Ariquemes/RO, Telefone 98130-8984, email: radicalmotoswk@gmail.com, por intermédio de seus Advogados legalmente constituídos com procuração em anexo e endereço profissional no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, à presença de V. Exa., considerando a decretação de **FALÊNCIA** de **YMPACTUS COMERCIAL LTDA**, requerer, na forma do art. 7.º, parágrafo 1.º, art. 9.º e art. 99, IV da Lei n.º 11.101/05, a **HABILITAÇÃO DE SEU CRÉDITO**, nos termos seguintes:

1. Que é credor da falida, pela quantia de **R\$ 49.842,32 (quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos)** referente ao processo **7008844-29.2017.8.22.0002** sentenciado pela 4ª vara cível de

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.
Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908
email: silmaradvogada@gmail.com

Ariquemes/RO, com transitado em julgado, devidamente atualizado conforme documentos em anexo.

2. Que seu crédito refere-se à cobrança de valores investidos e não pagos pela Falida, estando classificado como quirografário (art. 83 da Lei de Falência).

CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO (PARTE CRÉDITO CLIENTE).....R\$ 41.912,86

3. Que os créditos de honorários advocatícios sucumbenciais sejam classificados como de natureza de crédito alimentar com preferência e classificação (art. 151 da lei de Falência).

CRÉDITO ALIMENTAR (HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIAIS).....R\$ 7.929,46

4. À vista do exposto, requer seja seu crédito incluído no respectivo quadro dos credores da Falida declinada, com o prosseguimento do feito até final decisão, requerendo que todas as intimações sejam procedidas na pessoa dos advogados signatários da presente da seguinte forma:

CRÉDITO ALIMENTAR (HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIAIS).....R\$ 7.929,46
CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO (PARTE CRÉDITO CLIENTE).....R\$ 41.912,86
TOTAL DO VALOR DEVIDO:..... R\$ 49.842,32

VALOR ATUALIZADO - DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES

Data sentença: 26/07/2017

Valor Principal:..... R\$ 26.751,27

Juros e atualização monetária:..... R\$ 11.008,06

Honorários sucumbenciais (10%):..... R\$ 3.775,93

Honorários de execução (10%):..... R\$ 4.153,53

Valor da Multa (10%):..... R\$ 4.153,53

TOTAL DO VALOR DEVIDO:..... R\$ 49.842,32

(quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Conforme tabela ao final.

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.
Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908
email: silmaradvogada@gmail.com

2338
 [assinatura]

Resultado do Cálculo

Base de Cálculo da Correção										
Data Inicial	Data Final	Valor Inicial	Data Inicial Juros	Valor Corrigido	Índice	Data Início Juros	Dias Juros	Dias Juros 6%	Dias Juros 12%	Juros Moratórios
25/07/2017	02/2/2020	R\$ 26.571,27	26/07/2017	R\$ 28.983,34	1,0907772	26/07/2017	821	0	921	R\$ 37.759,34
				R\$ 28.983,34						R\$ 37.759,34

Honorários de Sucumbência (10%) R\$ 3.775,93

Total • Honorários de Sucumbência: R\$ 41.535,27

Valor da Multa (10%) R\$ 4.153,53

Total • Multa: R\$ 45.688,80

Honorários de Execução (10%) R\$ 4.153,53

Total • Honorários de Execução: R\$ 49.842,32

Data Realização do(s) Cálculo(s): 03/02/2020

Obs: Serviço Informativo. Referências para os juros: data inicial até 10/01/2003 taxa de 6%aa, de 11/01/2003 até hoje 12%aa

Termos em que,

Pede deferimento

Ariquemes, 03 de janeiro de 2020.

Silmar Kundzins

OAB/RO 8735

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02,

Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525

Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908

email: silmaradvogada@gmail.com

Mais Cálculos - Atualização Monetária

Base de Cálculo da Correção

Data Inicial	Data Final	Valor Inicial	Data Inicial Juros	Valor Corrigido	Índice	Data Início Juros	Dias Juros	Dias Juros 6%	Dias Juros 12%
26/07/2017	02/02/2020	R\$ 26.571,27	26/07/2017	R\$ 28.983,34	1.0907772	26/07/2017	921	0	921
				R\$ 28.983,34					

Honorários de Sucumbência (10%) :

R\$ 3.775,93

Total + Honorários de Sucumbência:

R\$ 41.535,27

Valor da Multa (10%):

R\$ 4.153,53

Total + Multa:

R\$ 45.688,80

Honorários de Execução (10%):

R\$ 4.153,53

Total + Honorários de Execução:

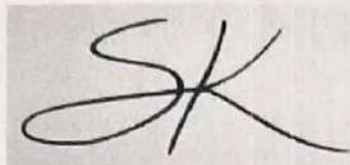
R\$ 49.842,32

Data Realização do(s) Cálculo(s): 03/02/2020

Obs: Serviço Informativo. Referências para os juros, data inicial até 10/01/2003 taxa de 6%aa, de 11/01/2003 até hoje 12%aa.

APCALCPROCESSUAL - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2339
B2



Sidmar Kundzins
ADVOGADA
OAB/RO 6735

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARIQUEMES (RO).

PROCESSO N.º 7008844-29.2017.8.22.0002

EXEQUENTE: WADSON KUNDZINS

EXECUTADO: YMPACTUS COMERCIAL LTDA

WADSON KUNDZINS, já qualificado nos Autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus Advogados legalmente constituídos com procuração em anexo e endereço profissional no rodapé desta, expor e ao final requerer:

1 – NOVAS INFORMAÇÕES

Foi disponibilizado em 16/12/2019, um ofício GABJU-OF Circular nº 007/2019 e decisão no site do E. TJ/AC. Emitido pelo Juízo da 2.ª Vara Cível da comarca de Rio Branco/AC.

O Referido Ofício e decisão informam que a ora Executada esta com processo de falência tramitando na comarca de Vitória/ES, sob o **PROCESSO n.º 0021350-12.2019.8.08.0024**.

Esclarece que em razão do processo de falência, nenhum

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02.
Ariqueemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908

Ofício de penhora enviado anteriormente solicitando penhora no rosto dos autos, habilitação de crédito, etc, foi ou será recebido/processado nos autos do processo que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco- AC.

Informa ainda que os referidos ofícios devem ser enviados ao juízo falimentar situado na Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, para que os Exequentes sejam submetidos ao concurso de Credores da Falida-Executada, e assim, integrem a sua devida ordem de preferência nos pagamentos.

Assim diante das novas informações requer o desarquivamento dos autos, bem como que Vossa Excelência envie via OFÍCIO os documentos e valores devidamente atualizados para que integrem o concurso de credores conforme orientação oficial da 2ª vara cível de Rio Branco/AC.

Segue em anexo petição de solicitação de habilitação com os valores devidamente atualizados de **R\$ 49.842,32;** (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos) a serem enviados via Ofício para habilitação de crédito junto a Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória - ES, no autos do processo n.º **0021350-12.2019.8.08.0024**, para que assim, o Exequente passe a integrar os quadros de credores naquele processo, e entre na devida ordem de preferência nos pagamentos a serem realizados.

Anexo segue juntada do ofício e decisão emitidos pela 2.ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco- AC para vossa apreciação;

Termos em

Pede deferimento

Ariquemes, 03 de janeiro de 2020.

Silmar Kundzins
OAB/RO 8735

Avenida Tancredo Neves, Bairro Setor 03, n. 2.703, Sala 02,
Ariquemes-RO. CEP: 76.870-525
Telefone: (69) 98424-4585 / 3536-8908

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

459870 19/08/2016

WADSON KUNDZINS

Rovaldo Kundzins
Maria Eunice Kundzins

Faxinal- PR 06/10/1971

Cert. Casamento nº 3949, Liv 018 Fls.039
Emiss. Ariquemes- RO Data Exp. 21/10/1994

38959089249 *Julio Andre* *per da Silva*
00001- 2ª Via *icpccr/pcmo*

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.110 DE 26/04/83

2340
B2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

2341
BQ

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 82420206909643

Nome original: ofício 0300616-83.2017.pdf

Data: 14/02/2020 17:27:46

Remetente:

Bernadete Muntowski

São Bento do Sul - 1ª Vara

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para manifestação.

Assunto: Ofício a ser juntado aos autos 0021350-12.2019.8.08.0024



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - São Bento do Sul
1ª Vara

Ofício n. 0300616-83.2017.8.24.0058-0012

São Bento do Sul, 07 de fevereiro de 2020

Autos n. 0300616-83.2017.8.24.0058

Ação: Cumprimento de Sentença
Autor: Luciano Bueno de Oliveira/
Réu: Ympactus Comercial Ltda. (Telexfree Inc) e outros/
Juiz de Direito: Marcus Alexsander Dexheimer
Chefe de Cartório e.e.: João Antonio Branco Pio

Senhor(a) Juiz(a),

Tenho a honra de comparecer perante Vossa Excelência para solicitar-lhe seus bons préstimos, no sentido de informar a este Juízo a data do trânsito em julgado da decisão que decretou a falência da ora executada (Ympactus Comercial Ltda), nos autos n. 0021350-12.2019.8.08.0024, ora em trâmite perante essa Vara.

Valho-me do ensejo para reiterar os mais elevados protestos de consideração.

Marcus Alexsander Dexheimer
Juiz de Direito
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei nº 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a".

Juízo de Direito da Vara de Recuperação Judicial e Falência da Comarca de Vitória/ES
Rua Muniz Freire, SN, Centro
Vitória-ES
CEP 29015-140

Endereço: Av. São Bento, 401, Rio Negro - CEP 89287-355, Fone: (47) 3631-1928, São Bento do Sul-SC - E-mail: saobento.vara1@tjsc.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

2342
BQ

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720202298848

Nome original: 0048399-33.2017.8.17.2001_oficio.pdf

Data: 18/02/2020 12:45:53

Remetente:

Tayssa

Diretoria Cível do 1º Grau

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: SEGUE OFÍCIO 57914861, RELATIVO AO PROCESSO 0048399-33.2017.8.17.2001.

Telexpue



Tribunal de Justiça de Pernambuco
PJe - Processo Judicial Eletrônico

Número: 0048399-33.2017.8.17.2001

18/02/2020

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Órgão julgador: Seção B da 3ª Vara Cível da Capital

Última distribuição : 22/09/2017

Valor da causa: R\$ 3.786,11

Processo referência: 0800224-44.2013.8.01.0001

Assuntos: Levantamento de Valor

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELY DE SOUZA PINTO JUNIOR (EXEQUENTE)		HENRIQUE MOURA DE BARROS E SILVA (ADVOGADO)	
MASSA FALIDA DA YMPACTUS COMERCIAL S/A (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57914 861	17/02/2020 18:07	Ofício	Ofício

2343
82

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 3ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0048399-33.2017.8.17.2001
EXEQUENTE: ELY DE SOUZA PINTO JUNIOR

EXECUTADO: MASSA FALIDA DA YMPACTUS COMERCIAL S/A

OFÍCIO

RECIFE, 13 de fevereiro de 2020.

Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) de Direito da Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES
Fórum Moniz Freire, Rua Muniz Freire, s/nº - Centro CEP 29015-140 - Vitória/ES

Assunto: Informação da existência de demanda judicial.

Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) de Direito,
Cumprimentando-o(a) preliminarmente, por meio deste venho informar a Vossa Excelência a existência da supraindicada demanda judicial contra a massa falida da empresa executada Ympactus Comercial S/A - CNPJ: 01.669.325/0001-88, a qual teve sua falência decretada no bojo dos autos nº 0021350-12.2019.8.08.0024, em trâmite perante Vosso Juízo. Tudo conforme Despacho ID 57797619 proferido nos autos da ação em epígrafe.

Renovo votos de estima.

Respeitosamente,

JULIO CEZAR SANTOS DA SILVA
Juiz de Direito

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br - PJe-Processo Judicial Eletrônico - Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: JULIO CEZAR SANTOS DA SILVA - 17/02/2020 18:07:53
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021718075292800000056963121>
Número do documento: 20021718075292800000056963121

Num. 57914861 - Pág. 1

2344
Done

Habilitação de crédito em vosso processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024 - Falência - Ofício expedido em nosso processo nº 1027931-31.2017.8.26.0562 - Cumprimento de Sentença (autos digitais)

De: PAULO HENRIQUE SIMOES <psimoes@tjsp.jus.br>
Para: "1falencia-vitoria@tjes.jus.br" <1falencia-vitoria@tjes.jus.br>
Data: Sexta-feira - 31/Janeiro/2020 10:08
Assunto: Habilitação de crédito em vosso processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024 - Falência - Ofício expedido em nosso processo nº 1027931-31.2017.8.26.0562 - Cumprimento de Sentença (autos digitais)
Anexos: TEXT.htm; image001.png; petição.pdf; oficio.pdf; Mime.822

Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a), bom dia !

Pelo presente, expedido nos autos do nosso processo nº 1027931-31.2017.8.26.0562 - Cumprimento de Sentença (autos digitais), onde constam como partes Keller Moraes dos Reis X Ympactus Comercial Ltda, **e com referência ao vosso processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024 ? Falência, onde constam como partes Sharlyton Domingos Beltrão X Ympactus Comercial S/A**, encaminho para os devidos fins, ofício expedido em nosso processo, solicitando a habilitação do crédito do autor Keller Moraes dos Reis no vosso processo.

Em anexo, encaminho petição do autor e ofício expedido, para ilustrar o supra informado.

Qualquer comunicação sobre este processo ou qualquer outro em trâmite perante o cartório da 7ª Vara Cível de Santos/SP, devem ser feitas pelo e-mail :santos7cv@tjsp.jus.br

Atenciosamente



PAULO HENRIQUE SIMOES
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

7º Ofício Cível

Rua Bitencourt, 144 - Vila Nova - Santos/SP - CEP: 11013-300

Tel: (13) 4009-3607

E-mail: psimoes@tjsp.jus.br

2345
Lau



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SANTOS

FORO DE SANTOS

7ª VARA CÍVEL

Rua Bittencourt, 144, Salas 42/44, Centro - CEP 11013-300, Fone: (13)

4009-3607, Santos-SP - E-mail: santos7cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº: 1027931-31.2017.8.26.0562
Classe - Assunto: Cumprimento de Sentença - Penhora / Depósito / Avaliação
Exequente: Keller Moraes dos Reis
Executado: Ympactus Comercial Ltda

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Justiça Gratuita

Santos, 20 de janeiro de 2020.

Com referência ao vosso processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024 - Falência, onde constam como partes Sharlyton Domingos Beltrão X Ympactus Comercial S/A

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a),

Pelo presente, e com referência ao vosso processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024 - Falência, onde constam como partes Sharlyton Domingos Beltrão X Ympactus Comercial S/A, solicito a Vossa Senhoria as providências cabíveis, para que seja habilitado no vosso processo, o crédito de KELLER MORAIS DOS REIS (portador do RG nº 13.201.844 e CPF nº 088.171.496-83), autor do nosso processo constante no cabeçalho deste ofício, no importe de R\$ 14.804,58 (quatorze mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos), importância esta atualizada até janeiro/2020.

Tudo para cumprimento do despacho : "Fls 333 - diante do noticiado, expeça-se ofício conforme requerido".

Para processos físicos, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de processos digitais, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (santos7cv@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). CLAUDIO TEIXEIRA VILLAR**

1027931-31.2017.8.26.0562

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANGELA MARIA DE BASTOS E SILVA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4B09C2C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SANTOS
FORO DE SANTOS
7ª VARA CÍVEL

Rua Bittencourt, 144, Salas 42/44, Centro - CEP 11013-300, Fone: (13)
4009-3607, Santos-SP - E-mail: santos7cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao(À)

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da Vara de Recuperação Judicial e
Falências da Comarca de Vitória – ES.

1027931-31.2017.8.26.0562

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANGELA MARIA DE BASTOS E SILVA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4B09C2C.

2346
PauloSérgio Pinto de AlmeidaADLOG 1701-018/SP 292.540

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SANTOS.

KELLER MORAIS DOS REIS, nos autos do processo em epígrafe que move perante este D. Juízo, em face de **YMPACTUS COMERCIAL LTDA**, vem, expor e requerer o quanto segue.

Em consulta a Ação Cível Pública, autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001, em tramite na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco-AC, verificou-se atualmente existe uma ação de falência, na comarca de Vitória- Vara de Recuperação Judicial e Falência, autos nº **0021350-12.2019.8.08.0024**.

Dessa forma, requer se digne Vossa Excelência determinar a z. Serventia que encaminhe um ofício determinando a habilitação do crédito do autor no valor de. R\$ 14.804,58, conforme cálculo atualizado, até 18.01.2020.

Cumpre informar que o autor é beneficiário da justiça gratuita e que a ação de falência tramita por meio físico, o que demandaria gastos com a contratação de advogado, para peticionamento, além de outras diligências.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 14 de julho de 2018.

Sérgio Pinto de Almeida

OAB/SP 292.540

Página 1 de 1

Imprimir Voltar

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: janeiro/2020
 Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
 Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 29/07/2013
 Acréscimo de 0,00% referente a multa.
 Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS	JUROS MORATÓRIOS	MULTA	TOTAL
1		20/2/2013	2.850,00	4.142,70	0,00	3.231,31	0,00	7.374,01
2		24/5/2013	2.921,25	4.174,48	0,00	3.256,09	0,00	7.430,57
Sub-Total							R\$ 14.804,58	
TOTAL GERAL							R\$ 14.804,58	

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA. Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTSP20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DCD.

4 Mr

2347
Paulo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0005669-76.2013.8.01.0001
Classe Cautelar Inominada
Autor Ministério Público do Estado do Acre
Réu Ympactus Comercial Ltda e outros

Autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001
Classe Ação Civil Pública
Autor Ministério Público do Estado do Acre
Réu Ympactus Comercial Ltda e outros

Autos n.º 0005902-34.2017.8.01.0001
Classe Petição
Requerente Ministério Público do Estado do Acre
Requerido Ympactus Comercial Ltda e outros

Autos n.º 0005213-87.2017.8.01.0001
Classe Petição
Requerente Ministério Público do Estado do Acre
Requerido Ympactus Comercial Ltda e outros

Autos n.º 0006576-12.2017.8.01.0001
Classe Petição
Requerente Ministério Público do Estado do Acre
Requerido Ympactus Comercial Ltda e outros

Decisão

O Ministério Público do Estado do Acre ajuizou ação cautelar preparatória em face de Ympactus Comercial Ltda e outros, em trâmite nos autos n.º 0005669-76.2013.8.01.0001, solicitando a concessão de medidas acautelatórias como a suspensão das atividades da empresa requerida (Telexfree) e a declaração de indisponibilidade de bens e valores dos requeridos, dentre outras.

Os pedidos acautelatórios foram em grande parte deferidos liminarmente por meio de decisão confirmada em sentença já transitada em julgado. Como consequência, foram bloqueados valores através do BacenJud, os quais permanecem em contas judiciais vinculadas a este juízo.

A ação principal (ação civil pública) vinculada à cautelar n.º 0005669-76.2013.8.01.0001 foi ajuizada pelo Ministério Público do Acre em face dos mesmos réus e tramitou nos autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001, nos quais foi proferida sentença já transitada em julgada que, em linhas gerais, confirmou as medidas acautelatórias, declarou a ilicitude do negócio realizado pela empresa Ympactus Comercial Ltda, em razão de

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5471, Rio Branco-AC - E-mail: vaciv2rb@tjac.jus.br - Mod. 19620 - Autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THAIS QUEIROZ BORGES DE OLIVEIRA ABOU KHALIL, liberado nos autos em 10/12/2019 às 12:02. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0800224-44.2013.8.01.0001 e código 24732AB.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA, Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WST520700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.jsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DCF.

Planilh



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

caracterizar-se como pirâmide financeira (Telexfree), declarou a nulidade de todos os negócios jurídicos firmados com os chamados "divulgadores", estabelecendo parâmetros para devolução de valores, e determinou a liquidação judicial da pessoa jurídica.

Como decorrência do trânsito em julgado da sentença proferida na ação civil pública nº 0800224-44.2013.8.01.0001, os réus ajuizaram ação de liquidação judicial de Ympactus Comercial Ltda, em trâmite nos autos nº 0707082-44.2017.8.01.0001, nos quais foi proferida sentença de extinção sem análise de mérito, por ausência de pressuposto processual. Atualmente os autos estão em instância superior para julgamento de recurso de apelação.

O negócio empreendido por Ympactus Comercial Ltda (Telexfree) envolveu milhares de pessoas. Algumas ajuizaram ações individuais de conhecimento, desvinculando-se dos efeitos da sentença proferida na ação coletiva (art. 104, CDC). Outras ajuizaram ações individuais de liquidação da sentença coletiva perante os juízos de seus domicílios. Em ambos os casos, foram apurados créditos e iniciadas ações de cumprimento de sentença, redundando em milhares de penhoras no rosto dos autos; solicitações de disponibilização de valores; solicitações de reserva de valores; solicitações de informações sobre o curso dos processos em trâmite perante esta Unidade; habilitações de crédito, dentre outras solicitações das mais diversas.

Como forma de melhor organizar as solicitações apresentadas por terceiros interessados e por outros juízos, foram formados os autos incidentais nº 0005213-87.2017.8.01.0001, 0005902-34.2017.8.01.0001 e 0006576-12.2017.8.01.0001.

O extenso volume de solicitações enviadas a todos os processos que envolvem o litígio em questão, desde a ação cautelar preparatória até os incidentes instaurados para melhor organiza-las, inviabilizou análises e respostas individuais. Por isso, a comunicação às partes e aos juízos que processam feitos atrelados à ação coletiva a respeito das principais movimentações processuais tem-se dado por intermédio do auxílio da Corregedoria Geral da Justiça.

A última movimentação processual de maior relevância ocorreu no bojo dos autos nº 0707082-44.2017.8.01.0001, nos quais se processa a liquidação judicial de Ympactus Comercial Ltda., e consistiu na prolação de sentença que declarou ausência de pressuposto de prosseguimento regular do processo, pois se constatou a impossibilidade de remuneração do liquidante nomeado, tendo em vista que os juízos fiscais que também determinaram a indisponibilidade de bens e valores da Ympactus, assim como o Ministério Público Estadual, discordaram que a remuneração se desse por meio dos recursos depositados perante este juízo. A sentença em questão determinou a remessa dos valores em depósito judicial para conta judicial vinculada à 1ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo (autos nº 0035400-56.2016.4.02.5001) e, conforme já indicado, o processo atualmente tramita perante o Tribunal de Justiça do Acre, para julgamento de recurso de apelação interposto.

Houve solicitação deste juízo à Corregedoria Geral da Justiça para que informasse aos demais juízos acerca da extinção do processo de liquidação judicial e da ordem de remessa dos valores para conta vinculada ao juízo fiscal acima referido, contudo, a comunicação ainda não se efetivou porque a Corregedoria considerou pertinente o aguardo do trânsito em julgado da sentença, o que ainda não se efetivou porque pende de julgamento o recurso de apelação interposto por Ympactus Comercial.

Contudo, depois de haver sido proferida a sentença que extinguiu o processo

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5471, Rio Branco-AC - E-mail: vaciv2rb@tjac.jus.br - Mod. 19620 - Autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THAIS QUEIROZ BORGES DE OLIVEIRA ABOU KHALIL, liberado nos autos em 10/12/2019 às 12:02. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0800224-44.2013.8.01.0001 e código 24732AB.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA, Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTS20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjap.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DCF.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

de liquidação judicial de Ympactus Comercial, aportou aos autos expediente oriundo da Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória-ES, dando conta da decretação da falência da empresa (processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024).

A falência sujeita todos os credores, que somente podem exercer direitos sobre bens do falido na forma da Lei nº 11.101/05 (art. 115). Credores fiscais e trabalhistas também se submetem ao concurso e o fruto de penhoras perpetradas antes da quebra deve ser destinado ao juízo falimentar, conforme precedentes do STJ (REsp 188.418/RS, CC 27785 / PA), o que por certo também se aplica às demais classes de credores, inclusive quirografários. **Portanto, a decretação da quebra tornou sem efeitos todas as penhoras efetivadas no rosto dos autos, assim como as solicitações de envio ou reserva de valores e outras que se referem ao patrimônio da falida.**

Conforme já relatado, a ação civil pública nº 0800224-44.2013.8.01.0001 e a ação cautelar que a antecedeu (nº 0005669-76.2013.8.01.0001) já foram julgadas em caráter definitivo. Mantêm-se em trâmite apenas porque há bens e valores que foram inicialmente declarados indisponíveis e que foram objeto de penhoras efetivadas por diversos outros juízos. Porém, como os créditos garantidos por tais constrições estarão sujeitos ao concurso de credores no âmbito da falência, não há fundamento para que as ações se mantenham em curso e também para que se recebam novas ordens de constrição.

Acerca dos valores que estão em depósito judicial vinculado à ação cautelar nº 0005669-76.2013.8.01.0001 e à ação civil pública nº 0800224-44.2013.8.01.0001, houve solicitação do juízo falimentar para que fossem transferidos para conta judicial vinculada a este último, o que será objeto de análise em instância superior, pois o processo de liquidação judicial, no qual se havia determinado destinação diversa aos recursos (ao juízo fiscal), está em grau de recurso. Isso não impede, contudo, que os processos sejam arquivados e posteriormente retirados do arquivo, tão somente para cumprir o que vier a ser determinado em instância superior acerca da destinação do depósito judicial.

Os incidentes instaurados para concentrar pedidos formulados por terceiros estranhos à lide e também solicitações oriundas de outros juízos (0005213-87.2017.8.01.0001, 0005902-34.2017.8.01.0001 e 0006576-12.2017.8.01.0001) também não têm razão para permanecer em trâmite, pois conforme dito todos os credores estarão submetidos à falência, que fez cair por terra todos os atos de constrição perpetrados até o momento.

Sublinhe-se, por oportuno, que o juízo da falência ordenou ao falido a apresentação da lista de credores (art. 99, III, da Lei nº 11.101/05), a ser publicada via edital, na forma do art. 99, parágrafo único, da Lei em questão. Conforme a sistemática estabelecida pela Lei de Falências (11.101/05), após a publicação do edital, os credores poderão apresentar habilitação ou divergência perante o administrador judicial, dentro do prazo estabelecido no art. 7º, § 1º, da mesma Lei. Em seguida, o administrador judicial fará publicar nova lista de credores, em face da qual também é possível apresentar impugnação, tudo conforme preconizam os arts. 7º, § 2º e 8º da Lei nº 11.101/05. **Por essa razão, ficará a cargo dos credores o acompanhamento da ação falimentar e a adoção das providências necessárias à inclusão ou correção de seus créditos perante o rol de credores da falida, tudo isso junto ao juízo da falência.**

Em relação aos expedientes de pp. 27.894/27.929, 27.938/27.947, 27.948/27.957, 28.010/28.044, 28.045/28.053, 28.054/28.062, 28.063/28.072 e

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5471, Rio Branco-AC - E-mail: vaciv2rb@tjac.jus.br - Mod. 19620 - Autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THAIS QUEIROZ BORGES DE OLIVEIRA ABU KHALIL, liberado nos autos em 10/12/2019 às 12:02. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0800224-44.2013.8.01.0001 e código 24732AB.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA, Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTS20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DCF.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

28.073/28.082, que noticiam a alienação judicial de bens de propriedade dos réus, considerando que a decisão de pp. 27.932/27.937 foi proferida anteriormente à decretação da quebra, seguindo precedentes do STJ (REsp 188.418/RS, CC 27785 / PA), determino que sejam respondidos com determinação para que os frutos da arrematação sejam encaminhados ao juízo falimentar (processo nº 0021350-12.2019.8.08.0024, Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória-ES).

Diante dos fundamentos expostos e de todas as peculiaridades que envolvem o presente feito, decido:

1) indeferir o processamento de pedidos de habilitação de crédito dirigidos aos autos nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001**, pois em nenhuma das referidas ações se processa concurso de credores;

2) indeferir o processamento de pedidos de liquidação individual e cumprimento de sentença individual no bojo dos autos nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001**. As pretensões individuais devem ser postuladas por meio de ações autônomas, dirigidas aos juízos do domicílio da parte;

3) indeferir os pedidos de disponibilização dos anexos à perícia realizada nos autos da ação civil pública nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, pois neles e nos demais atos processuais não constam informações individuais acerca de "divulgadores";

4) registrar que houve decisão judicial impondo aos réus que disponibilizassem o acesso aos *back offices*, mas referida decisão foi reformada em instância superior. Por isso, ficam indeferidos todos os pedidos de acesso a *back office*;

5) considerar, por meio da presente Decisão, decididas todas as solicitações apresentadas por terceiros que não são parte na ação cautelar preparatória nº **0005669-76.2013.8.01.0001** e na ação civil pública nº **0800224-44.2013.8.01.0001**;

6) registrar que os processos nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001** já não tramitam em segredo de justiça;

7) considerar, por meio da presente Decisão, respondidas todas as solicitações de informações acerca do andamento dos processos **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001**;

8) determinar ao Cartório que envie esforços para promover a juntada de todas as petições, expedientes e demais documentos vinculados aos autos nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001** e que, concluída a tarefa, faça

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5471. Rio Branco-AC - E-mail: vaciv2rb@tjac.jus.br - Mod. 19620 - Autos nº 0800224-44.2013.8.01.0001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THAIS QUEIROZ BORGES DE OLIVEIRA ABOU KHALIL, liberado nos autos em 10/12/2019 às 12:02. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0800224-44.2013.8.01.0001 e código 24732AB.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA, Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTST0700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjap.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DCF.

b o n

to 10

2349
Duke



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

republicar em todos eles a presente Decisão;

9) determinar ao Cartório que expeça certidões de objeto e pé das ações nº **0800224-44.2013.8.01.0001** e **0005669-76.2013.8.01.0001**, disponibilizando-as nos autos e enviando ao Tribunal de Justiça para que sejam também disponibilizadas na página oficial na rede mundial de computadores;

10) determinar ao Cartório que responda aos ofícios de pp. 27.894/27.929, 27.938/27.947, 27.948/27.957, 28.010/28.044, 28.045/28.053, 28.054/28.062, 28.063/28.072 e 28.073/28.082, informando que os valores provenientes da arrematação dos veículos deverão ser transferidos para conta judicial vinculada à ação de falência nº 0021350-12.2019.8.08.0024, em trâmite perante a Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória-ES;

11) determinar ao Cartório que não receba novos atos de penhora ou qualquer forma de constrição (reserva de valores, disponibilização de valores, dentre outros) dirigidos aos autos nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001** e que informe aos oficiais de justiça acerca da decretação da falência de Ympactus Comercial no bojo dos autos nº 0021350-12.2019.8.08.0024, em trâmite perante a Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória-ES, disponibilizando-lhes cópia da presente Decisão;

12) solicitar à Corregedoria Geral de Justiça que informe a todos os juízos cíveis do Brasil, por meio de suas respectivas Corregedorias Gerais, acerca do arquivamento dos autos da ação cautelar preparatória nº **0005669-76.2013.8.01.0001**, da ação civil pública nº **0800224-44.2013.8.01.0001** e dos incidentes nº **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001**, em razão de haver sido decretada a falência de Ympactus Comercial no bojo dos autos nº 0021350-12.2019.8.08.0024, em trâmite perante a Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória-ES, atraindo todos os créditos ao concurso de credores perante o juízo falimentar, conforme art. 115 da Lei nº 11.101/05. Além disso, considerando que a decretação da quebra torna sem efeito os atos de penhora e demais ordens de constrições que incidam sobre bens e valores da falida e que compete aos credores o acompanhamento da ação falimentar e a adoção das providências necessárias à inclusão ou correção de seus créditos perante o rol de credores da falida, solicite-se da Corregedoria Geral da justiça que também informe aos juízos cíveis do Brasil que este juízo não receberá novos atos de penhora ou qualquer forma de constrição (reserva de valores, disponibilização de valores, dentre outros) e que nenhum dos atos de constrição anotado nas ações acima referidas serão comunicados por este juízo ao juízo falimentar;

13) considerar, por intermédio do cumprimento do item 12 da presente Decisão, respondidas todas as solicitações de informações e providências oriundas de outros juízos brasileiros e dirigidas aos autos nº **0800224-44.2013.8.01.0001**, **0005669-76.2013.8.01.0001**, **0005213-87.2017.8.01.0001**, **0005902-34.2017.8.01.0001** e **0006576-12.2017.8.01.0001**;

5

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5471, Rio Branco-AC - E-mail: vciv2rb@tjac.jus.br - Mod. 19620 - Autos n.º 0800224-44.2013.8.01.0001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THAIS QUEIROZ BORGES DE OLIVEIRA ABU KHALIL, liberado nos autos em 10/12/2019 às 12:02. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0800224-44.2013.8.01.0001 e código 24732AB.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA, Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTS20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DCF.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

14) determinar que, sobrevindo decisão no bojo dos autos do processo de liquidação judicial nº 0707082-44.2017.8.01.0001, acerca da destinação dos valores em depósitos judiciais vinculados à ação cautelar nº 0005669-76.2013.8.01.0001 e à ação civil pública nº 0800224-44.2013.8.01.0001, sejam estes desarquivados para fins de cumprimento do que vier a ser determinado e rearquivados em seguida;

15) determinar ao Cartório que comunique o teor da presente decisão aos juízes da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo; e


16) determinar ao Cartório que, antes de arquivar os autos nº 0005669-76.2013.8.01.0001 e 0800224-44.2013.8.01.0001, adote as providências estabelecidas na Instrução Normativa nº 04/2016 do Tribunal de Justiça, em relação às custas processuais.

Intimem-se. Arquivem-se.

Rio Branco-(AC), 10 de dezembro de 2019.

Thais Queiroz B. de Oliveira A. Khalil
Juíza de Direito

Não vale como certidão.

 **Imprimir**

Processo : 0021350-12.2019.8.08.0024 Petição Inicial : 201901104562 Situação : **Tramitando**
 Ação : **Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** Natureza : **Recuperação Judicial e Extrajudicial (Falência e Concordata)** Data de Cadastro: 30/07/2019
 Valor : **R\$ 51.252,62**
 Vara : **VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA**

Distribuição

Data : 30/09/2019 12:56 Motivo : **Redistribuição por Sorteio**

Partes do Processo

Autor

SHARLYTON DOMINGOS BELTRAO
 20185/ES - JORGE HENRIQUE COUTINHO SCHUNK

Réu

YMPACTUS COMERCIAL SA
 12529/ES - HORST VILMAR FUCHS

Andamentos

- 17/01/2020 Conclusos para despacho 10 Volumes
- 15/01/2020 Juntada de Aviso de recebimento (AR) AR904891421JS -> pipz promoção de vendas eireli, AR devolvido por motivo de endereço insuficiente.
- 14/01/2020 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
- 14/01/2020 Autos entregues em carga ao Advogado(a): JORGE HENRIQUE COUTINHO SCHUNK - 20185/ES. REQUERENTE EXTERNO JORGE HENRIQUE COUTINHO SCHUNK - 20185/ES TELEFONE: 3025-2461 CARGA CÓPIA DOS VOLUMES 2, 3 E 4.
- 10/01/2020 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
- 10/01/2020 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO SAMIRA DOMINGOS COUTINHO SALLES 16582/ES CARGA CÓPIA VLMS 004 AO 010 TEL: 99927-2877
- 09/01/2020 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
- 09/01/2020 Autos entregues em carga ao Advogado(a): HORST VILMAR FUCHS - 12529/ES. REQUERENTE EXTERNO HORST VILMAR FUCHS - 12529/ES - tel: 999930444, 33006155 - 10 Volumes - Carga Cópia
- 09/01/2020 Juntada de Petição de Petição (outras) 202000014744
- 08/01/2020 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
- 08/01/2020 Petição recebida 202000014744
- 08/01/2020 Protocolizada Petição 202000014744 Petição (outras) -
- 08/01/2020 Autos entregues em carga ao Advogado(a): HORST VILMAR FUCHS - 12529/ES. REQUERENTE EXTERNO HORST VILMAR FUCHS - 12529/ES - tel: 999930444, 33006155 10 volumes - carga cópia
- 17/12/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901888961
- 17/12/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901888512
- 17/12/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901862664

18/01/2020 21:52

17/12/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

16/12/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO ELIANDRA PRIMO SCHULZ OAB: 20818 CARGA CÓPIA A PARTIR DO VOLUME 4 (4 AO 10) CARGA CÓPIA

16/12/2019 Petição recebida 201901888961

16/12/2019 Protocolizada Petição 201901888961 Petição (outras) -

16/12/2019 Petição recebida 201901888512

16/12/2019 Protocolizada Petição 201901888512 Petição (outras) -

13/12/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901815759 trata-se de fax - original juntado aos autos da habilitação de crédito - 0035486-14.2019.8.08.0024

10/12/2019 Petição recebida 201901862664

10/12/2019 Protocolizada Petição 201901862664 Petição (outras) -

09/12/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901803530

09/12/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

03/12/2019 Petição recebida 201901815759 VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

03/12/2019 Petição recebida 201901803530 VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

02/12/2019 Protocolizada Petição 201901815759 Petição (outras) -

29/11/2019 Protocolizada Petição 201901803530 Petição (outras) -

27/11/2019 Autos entregues em carga ao Ministério Público. REQUERENTE EXTERNO

26/11/2019 Ato ordinatório praticado Ag remessa MP

26/11/2019 Expedição de Diversos. TERMO DE COMPARECIMENTO DOS SOCIOS DA FALIDA

26/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901780264

26/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901756023

26/11/2019 Petição recebida 201901780264

26/11/2019 Protocolizada Petição 201901780264 Petição (outras) -

25/11/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

25/11/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO JULIA AMÂNCIO MIRANDA OAB/ES 30000 CARGA COPIA (F) TEL: 999085258

21/11/2019 Petição recebida 201901756023

21/11/2019 Protocolizada Petição 201901756023 Petição (outras) -

19/11/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

18/11/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO LIGIA MARIA MARINO DE OLIVEIRA OAB/ES 20961 CARGA COPIA 009 VOLUMES TEL 996232621 30260556

13/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901710256

13/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901708323

13/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901693706 juntada fisicamente no processo no dia 08/11/2019.

13/11/2019 Juntada de Mandado juntado fisicamente no dia 08/11/2019 mandado de número 2590020.

12/11/2019 Petição recebida 201901710256

12/11/2019 Protocolizada Petição 201901710256 Petição (outras) -

11/11/2019 Petição recebida 201901708323

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA. Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTS20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjse.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 44F4DD1.

SOL

SOL

2351
Lune

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA. Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WST520700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DD1.

11/11/2019 Protocolizada Petição 201901708323 Petição (outras) -
07/11/2019 Petição recebida 201901693706
07/11/2019 Protocolizada Petição 201901693706 Petição (outras) -
07/11/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
07/11/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO GUILHERME LUIGI NAVES 23987/ES CARGA CÓPIA 004 VLMS
07/11/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
07/11/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO CARGA CÓPIA 004 VLMS GABRIEL DE OLIVEIRA CALIMAN OAB 17100/ES TEL: 99873-6010
07/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901641330
07/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901625483
07/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901615499
07/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901670058 petição juntada fisicamente no dia 06/11/2019
07/11/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901684228
06/11/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
06/11/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO cCLAUDEMIR GUAITOLINI OAB Nº 25718 CARGA CÓPIA 04 VOLUMES TEL: 99870-2388
06/11/2019 Petição recebida 201901684228
06/11/2019 Protocolizada Petição 201901684228 Petição (outras) -
04/11/2019 Petição recebida 201901670058
04/11/2019 Protocolizada Petição 201901670058 Petição (outras) -
04/11/2019 Juntada de Aviso de recebimento (AR) AR904891418JS -> of. 467/19
30/10/2019 Petição recebida 201901641330
30/10/2019 Protocolizada Petição 201901641330 Petição (outras) -
30/10/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
30/10/2019 Autos entregues em carga ao Advogado. REQUERENTE EXTERNO ALESSANDRA DE SOUZA PIMENEL 17214/ES CARGA CÓPIA TEL: 998127215
25/10/2019 Petição recebida 201901625483
25/10/2019 Protocolizada Petição 201901625483 Petição (outras) -
24/10/2019 Petição recebida 201901615499
24/10/2019 Protocolizada Petição 201901615499 Petição (outras) -
17/10/2019 Ato ordinatório praticado PRAZO COMUM- Srs. ADVOGADOS, ESTE PROCESSO SAI SOMENTE PARA CARGACÓPIA, COM DEVOLUÇÃO NO MESMO DIA, ATÉ 18 HORAS
17/10/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901566917
17/10/2019 Publicado edital intimação decisao fls.206/207 em 18/10/2019.
17/10/2019 Publicado decisão em 18/10/2019.
17/10/2019 Disponibilizado(a) decisão no Diário da Justiça Eletrônico em 17/10/2019 Lista do Diário nº 0217/2019.
16/10/2019 Petição recebida 201901566917
16/10/2019 Protocolizada Petição 201901566917 Petição (outras) -

18/01/2020 21:52

16/10/2019 Expedição de Ofício.

16/10/2019 Expedição de Diversos.

16/10/2019 Expedição de Ofício.

16/10/2019 Expedição de Aviso de recebimento (AR).

16/10/2019 Imprensa preparada Lista do Diário nº 0217/2019

14/10/2019 Decisão Proferida 1) No tocante ao requerimento de fls. 93/134, onde a empresa PIPZ Promoções de Venda Eireli requer a permanência onerosa no imóvel da falida, enquanto não ocorrer a alienação; e, subsidiariamente, seja concedido o prazo de 30 dias para encontrar um novo local para estabelecer suas atividades, com a retirada de seus bens e equipamentos, o administrador judicial informa a este juízo, às fls. 156/160, que o contrato de cessão de uso e fruição firmado entre a falida e a SIMTERNET ocorrera a título gratuito, retirando da falida o direito à percepção de aluguéis, e, mesmo havendo aditivo contratual onde a falida dá quitação integral à SIMTERNET quanto aos débitos relacionados ao antigo contrato de locação, estão em aberto o pagamento das taxas condominiais dos meses de 02/2018 à 07/2018, persistindo a inadimplência em relação a taxas condominiais posteriores ao período abarcados pela quitação, totalizando o montante de R\$ 101.927,76, opinando, ao final, pela manutenção do lacre no estabelecimento empresarial da falida. Pois bem. O peticionante alicerça a sua fundamentação no fato de que paga valores de aluguéis a empresa SIMTERNET (R\$ 8.000,00), suportando as despesas condominiais das salas de propriedade da falida, no total de R\$ 8.755,37, razão pela qual a sua manutenção onerosa no imóvel contribuiria para a redução de custos da massa falida. Não obstante a inexistência de prova nos autos de que o valor pago - R\$ 8.000,00 - a título de aluguel pelas salas represente o real valor de mercado dos imóveis para locação; e, existindo, ainda, diversos débitos condominiais pendentes de pagamento relativos aos contratos de locação das salas entabuladas pela SIMTERNET e a empresa peticionante, conforme informações de débito em aberto constantes dos documentos de cobrança de condomínio juntados aos autos, a manutenção da mesma nos imóveis se revela, claramente, como onerosa à massa falida. Diante

Ver Decisão

10/10/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901529949 juntada em gabinete

10/10/2019 Petição recebida 201901529949

10/10/2019 Protocolizada Petição 201901529949 Petição (outras) -

01/10/2019 Conclusos para despacho

01/10/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901470905

01/10/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901470903

01/10/2019 Petição recebida 201901470905

01/10/2019 Protocolizada Petição 201901470905 Petição (outras) -

01/10/2019 Petição recebida 201901470903

01/10/2019 Protocolizada Petição 201901470903 Petição (outras) -

01/10/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

30/09/2019 Remetidos os Autos (outros motivos) da Distribuição ao VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

30/09/2019 Redistribuído por sorteio em razão de Outros

30/09/2019 Recebido pelo Distribuidor VITÓRIA - DISTRIBUIÇÃO

30/09/2019 Remetidos os Autos (outros motivos) para VITÓRIA - DISTRIBUIÇÃO VITÓRIA - DISTRIBUIÇÃO (redistribuir)

30/09/2019 Publicado despacho em 01/10/2019.

30/09/2019 Disponibilizado(a) despacho no Diário da Justiça Eletrônico em 30/09/2019 Lista do Diário nº 0051/2019.

27/09/2019 Juntada de Aviso de recebimento (AR) AR031302536JS

27/09/2019 Juntada de Diversos Malotes digitais devolvidos (códigos de rastreabilidade nºs 80820191407281 e 80820191407282)

27/09/2019 Imprensa preparada Lista do Diário nº 0051/2019

26/09/2019 Recebido o Mandado para Cumprimento Mandado No.2590011

2352
Cauê

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA. Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTST20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjap.jus.br/esaj>. Informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF-4DD1.

- 25/09/2019 Expedição de Mandado. Mandado No.2590011
- 24/09/2019 Recebido o Mandado para Cumprimento Mandado No.2590020
- 23/09/2019 Proferido despacho de mero expediente. 1) Tendo em vista o teor da Resolução nº 023/2019 publicada em 20 de setembro de 2019, REMETAM-SE os autos à Vara de Recuperação e Falência de Vitória, com as devidas baixas. 2) Diligencie-se.
Ver Despacho
- 19/09/2019 Expedição de Mandado. Mandado No.2590020
- 19/09/2019 Expedição de Mandado. Mandado No.2590011 - REMESSA CANCELADA
- 17/09/2019 Conclusos para decisão
- 17/09/2019 Expedição de Mandado.
- 17/09/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901390215
- 17/09/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901354821
- 17/09/2019 Petição recebida 201901390215
- 17/09/2019 Protocolizada Petição 201901390215 Petição (outras) - PROPOSTA DE HONORÁRIOS E SEU PLANO DE TRABALHO
- 12/09/2019 Publicado decisão em 13/09/2019.
- 12/09/2019 Disponibilizado(a) decisão no Diário da Justiça Eletrônico em 12/09/2019 Lista do Diário nº 0049/2019.
- 11/09/2019 Imprensa preparada Lista do Diário nº 0049/2019
- 11/09/2019 Expedição de Outros documentos. Malotes Digitais para a 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco/AC, aos Juízes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Federais de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Espírito Santo e 1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Espírito Santo.
- 11/09/2019 Expedição de Outros documentos. Termo de compromisso de administrador judicial.
- 11/09/2019 Expedição de Certidão. Certidão de intimação do administrador judicial.
- 10/09/2019 Petição recebida 201901354821
- 10/09/2019 Protocolizada Petição 201901354821 Petição (outras) - REQUER RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO
- 09/09/2019 Decisão Proferida Em relação ao pedido do Banco Banestes S/A, reputo que o mesmo merece acolhimento, nos termos das Leis Estaduais nº 4.569/1991 e nº 8.386/2006, e reforçado pelo teor do Ofício GP nº 1.365/2018 de fls. 45 e 45/verso, da lavra do Eminentíssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo, endereçado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil. Ante o exposto, com fundamento no artigo 94, II, da Lei 11.101/05, DECRETO HOJE A FALÊNCIA DE YMPACTUS COMERCIAL S/A (TELEXPRESS), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.669.325/0001-88, com sede na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 451, Ed. Petro Tower, 20º andar, sala 2002/2003, Enseada do Suã, Vitória/ES, CEP: 29.050-335, tendo como sócios administradores CARLOS ROBERTO COSTA, CPF nº 997.944.207-78, com endereço à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 451, Ed. Petro Tower, 20º andar, sala 2002/2003, Enseada do Suã, Vitória/ES, CEP: 29.050-335 e CARLOS NATANIEL WANZELER, CPF nº 003.287.887-75, com endereço à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 451, Ed. Petro Tower, 20º andar, sala 2002/2003, Enseada do Suã, Vitória/ES, CEP: 29.050-335. Diante disso, com fulcro na Lei nº 11.101/05: 1) NOMEIO como Administrador Judicial (art. 99, IX) WALD, ANTUNES, VITA, LONGO E BLATTNER ADVOGADOS, CNPJ/MF nº 29.550.787/0001-47, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 8º andar, Conj. 81, Itaim Bibi, CEP: 04543-906, São Paulo/SP, e com filial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 2402, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-918, e-mail waldjr@wald.com.br, representada pela Drª Samantha Mendes Longo, OAB/RJ 104.119, para fins do art. 22, III, que deverá ser intimada para, em 48 horas, assinar o termo de compromisso, sob pena de substituição (arts. 33 e 34), bem como para informar um e-mail criado especificamente para o recebimento de peças referentes a esta falência. 2) O Administrador Judicial também deverá promover pessoalmente, com sua equipe, a arrecadação de bens, documentos e livros (art. 110), se houver, bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts
- Ver Decisão
- 09/09/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901338176 Juntada em gabinete.
- 06/09/2019 Petição recebida 201901338176
- 06/09/2019 Protocolizada Petição 201901338176 Petição (outras) - MANIFESTAR-SE
- 04/09/2019 Conclusos para decisão

18/01/2020 21:52

04/09/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901299046

02/09/2019 Petição recebida 201901299046

02/09/2019 Protocolizada Petição 201901299046 Petição (outras) - requerer a procedência de todos os pedidos

30/08/2019 Publicado despacho em 02/09/2019.

30/08/2019 Disponibilizado(a) despacho no Diário da Justiça Eletrônico em 30/08/2019 Lista do Diário nº 0047/2019.

29/08/2019 Imprensa preparada Lista do Diário nº 0047/2019

28/08/2019 Proferido despacho de mero expediente 1) INTIME-SE o Autor para ciência do teor do petitório de fl. 36, bem como para que se manifeste em 05 (cinco) dias. 2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos.

[Ver Despacho](#)

28/08/2019 Conclusos para decisão

28/08/2019 Juntada de Petição de Petição (outras) 201901272408

27/08/2019 Petição recebida 201901272408

27/08/2019 Protocolizada Petição 201901272408 Petição (outras) - PROCURAÇÃO E INFORMA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DA DÍVIDA

22/08/2019 Decisão Proferida 1) Trata-se de demanda ajuizada por SHARLYTON DOMINGOS BELTRÃO em face de YMPACTUS COMERCIAL S/A (TELEXFREE), objetivando a decretação da falência da empresa Requerida, com fundamento no art. 94, II, da Lei 11.101/05 (Lei de Falência). 2) Argumenta o Requerente ser credor da importância de R\$ 51.252,62 (cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos) representada pela Certidão expedida pela 9ª Vara Cível de Vitória/ES, em razão do título executivo judicial originário do feito nº 0043758-70.2014.8.08.0024, sendo que a empresa devedora, devidamente citada, não pagou e não nomeou bens à penhora (fls. 10/12). Registra, ainda, que protestou o referido título por falta de pagamento, sem que houvesse oposição da Requerida. Assim, conclui que restou configurado o fato jurídico ensejador da presunção da insolvência e autorizativo do pedido de decretação de falência. 3) Dessa forma, reputo presentes os requisitos do pedido falimentar pelo devedor (arts. 94, II e 97, da Lei 11.101/05), estando preenchidos, ainda, os requisitos essenciais da petição inicial, nos termos dos arts. 319 e 320, ambos do CPC. 4) DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, previstos pelo art. 98, do CPC/15, tendo em vista que o Requerente afirma estar desempregado e sem recursos financeiros para custear as despesas processuais, preenchendo, assim, os requisitos elencados no art. 99, § 3º, do referido diploma legal. 5) CITE-SE a Requerida, na pessoa do seu representante legal, a apresentar sua CONTESTAÇÃO no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 98, da Lei 11.101/05. O devedor poderá ainda, no prazo da contestação, apresentar depósito elisivo da falência, no valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor apontado como devido, na forma do parágrafo único, do art. 98, da Lei 11.101/05. 6) Em sendo oferecida a defesa no prazo assinalado, INTIME-SE o Requerente, por seu patrono, para em 15 (quinze) dias manifestar-se em réplica. 7) Cite-se. Intime-se. D

[Ver Decisão](#)

19/08/2019 Decisão Proferida 1) Trata-se de demanda ajuizada por SHARLYTON DOMINGOS BELTRÃO em face de YMPACTUS COMERCIAL S/A (TELEXFREE), objetivando a decretação da falência da empresa Requerida, com fundamento no art. 94, II, da Lei 11.101/05 (Lei de Falência). 2) Argumenta o Requerente ser credor da importância de R\$ 51.252,62 (cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos) representada pela Certidão expedida pela 9ª Vara Cível de Vitória/ES, em razão do título executivo judicial originário do feito nº 0043758-70.2014.8.08.0024, sendo que a empresa devedora, devidamente citada, não pagou e não nomeou bens à penhora (fls. 10/12). Registra, ainda, que protestou o referido título por falta de pagamento, sem que houvesse oposição da Requerida. Assim, conclui que restou configurado o fato jurídico ensejador da presunção da insolvência e autorizativo do pedido de decretação de falência. 3) Dessa forma, reputo presentes os requisitos do pedido falimentar pelo devedor (arts. 94, II e 97, da Lei 11.101/05), estando preenchidos, ainda, os requisitos essenciais da petição inicial, nos termos dos arts. 319 e 320, ambos do CPC. 4) DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, previstos pelo art. 98, do CPC/15, tendo em vista que o Requerente afirma estar desempregado e sem recursos financeiros para custear as despesas processuais, preenchendo, assim, os requisitos elencados no art. 99, § 3º, do referido diploma legal. 5) CITE-SE a Requerida, na pessoa do seu representante legal, a apresentar sua CONTESTAÇÃO no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 98, da Lei 11.101/05. O devedor poderá ainda, no prazo da contestação, apresentar depósito elisivo da f

16/08/2019 Conclusos para decisão

31/07/2019 Recebidos os autos VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL

30/07/2019 Remetidos os Autos (outros motivos) da Distribuição ao VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL VITÓRIA - 1ª VARA CÍVEL

30/07/2019 Distribuído por sorteio

18/01/2020 21:52

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA. Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WST20700085793. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjse.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DD1.

2353
Paul

Informações de Custas

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SERGIO PINTO DE ALMEIDA. Protocolado em 18/01/2020 às 22:39:56, sob o número WSTS20700085703. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1027931-31.2017.8.26.0562 e o código 4AF4DD1.

2354

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DA COMARCA DE VITÓRIA/ES

Autos nº 0021350-12.2019.8.08.0024

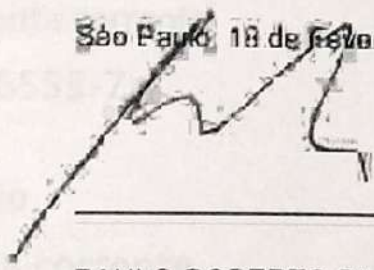


LUCIANA RUIZ JUANILLA, por seu advogado que
esta subscreve, nos autos da FALÊNCIA de YMPACTUS COMERCIAL LTDA., em
trâmite perante esse DD. Juízo e respectiva Secretaria, vem, respeitosamente, à
presença de Vossa Excelência, requerer sua juntada da inclusa *guia de custas*
recolhida, para regular prosseguimento de seu requerimento de HABILITAÇÃO.

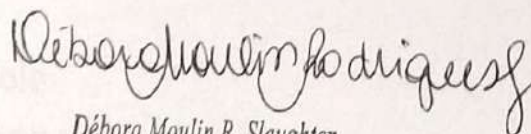
Estando em termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 18 de Fevereiro de 2020.



PAULO ROBERTO PINTO
OAB/SP Nº 88.037



Débora Moulin R. Slaughter
Advogada
OAB/ES 19.477



2355

boleto/títulos

R\$ 1.298,99

situação da transação

pago em 19/02/2020

cedente

PDJUD-ES

código de barras

858300000122 989902562028 012312000190
6900000000004

agência

conta corrente

9688

06555-7

tipo do pagamento

Débito em conta corrente

valor do documento

R\$ 1.298,99

controle

202002198622848

**pagamento efetuado em 19/02/2020 às 13:54:05
via Aplicativo**

autenticação

C15B7368755D729031E654F73FE1F11D37DAF0FA

Vitória, ES – 03 de fevereiro de 2020

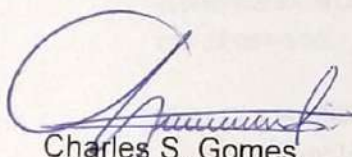
REF.: OFÍCIO Nº 105/2020

PROCESSO Nº 0021350-12.2019.8.08.0024

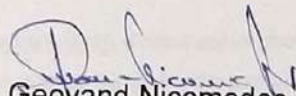
Ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Recuperação Judicial e Falência de
Vitória/ES

Em atenção ao ofício em epígrafe, informamos que procedemos a vinculação da
conta judicial **271-7.983.401** a essa vara, conforme vossa solicitação.

Cordiais Saudações,



Charles S. Gomes
Gerente de Relacionamento
Matr.03-008134-3



Geovand Nicomedes da Silva
Gerente Administrativo
Matr.03-007813-5

AO JUÍZO DA 13ª VARA ESPECIALIZADA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE VITÓRIA/ES

COMARCA DA CAPITAL

Processo: 0021350-12.2019.8.08.0024

Requerente: SHARLYTON DOMINGOS BELTRÃO

Requeridos: YMPACTUS COMERCIAL S.A. e outros

02/03/2020
16:56h
VITORIA - VARA DE RECUP

202000264022

CARLOS ROBERTO COSTA, brasileiro, casado, empresário, portador de C.I nº M3051121 - SESP/MG, inscrito no CPF sob o nº 997.944.207-78, com domicílio residencial à Avenida Antônio Gil Veloso, 2500, Ed. Marlin, apartamento 801, bairro Itapoã, município de Vila Velha-ES, Cep.: 29.101-735;

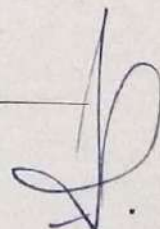
CARLOS NATANAEL WANZELER, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identificação RG nº 906.999, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob nº 003.287.887-75, com domicílio residencial à Rua Luiz Gabeira, 170, apartamento 203, bairro Barro Vermelho, município de Vitória-ES, CEP 29.057-570;

ambos por seu Advogado DR. HORST VILMAR FUCHS, (Procurações oportunamente juntadas) inscrito na OAB/ES sob nº 12.529 e com inscrições subsidiárias conforme arrolado ao final, com escritório à Rua Coronel Sodré, 482, centro, município de Vila Velha-ES, CEP 29.100-080, sob endereço eletrônico horstvfuchs@gmail.com, onde recebe as intimações e notificações de estilo, vem perante Vossa Excelência expor e requerer:

01. Foi requerido a este juízo que os autos do processo de autofalência fossem apensados ao presente processo (fls. 1768 e 1769), manifestando-se desfavoravelmente o Ministério Público (fls 1807) o que foi indeferido em razão do arquivamento daqueles (decisão publicada aos 03.02.2019) nos seguintes termos:

12) Indefiro o requerimento formulado pelo falido às fls. 1.768/1.769, competindo ao mesmo providenciar aos autos os documentos que pretende extrair dos autos do processo de autofalência n. 0029324-71.2017.8.08.0024.

Rua Coronel Sodré, 482, Centro, Vila Velha-ES, CEP 29.100-080
Contatos: 27 3300 6155 / financeiro@costaefuchs.adv.br
www.costaefuchs.adv.br



2358
8

O pedido foi postulado em razão da necessidade de uniformização dos dados dos credores ali apontados.

O2. Assim, considerando tais premissas, vêm os falidos apresentar os documentos que entendem, por ora, serem indispensáveis e cabíveis para cumprir suas obrigações perante este Juízo, sendo (todas as folhas apontadas referem-se à numeração recebida aos autos do processo de autofalência que tramitou nesta vara, processo 0029324-71.2017.8.08.0024):

Anexo 01 – Folhas 02 a 12 – petição inicial da ação de autofalência.

Anexo 02 – folhas 97 a 165v – decisão em segunda instância (que transitou em julgado) da Ação Civil Pública que tramitou no Tribunal de Justiça do Acre – Proc. 0800224-44.2013.8.01.0001 e estabelece os parâmetros para ressarcimento dos divulgadores.

Anexo 03 – folhas 708 e 719 – Anexo II daquela ação – Documentos contábeis relativo a 2013 a 2017 da falida Ympactus.

Anexo 04 – folhas 720 a 738 – Anexo III daquela ação – Relação de credores da falida Ympactus.

Anexo 05 – folhas 743 a 765 – Anexo IV daquela ação – Relação de bens imóveis da falida Ympactus.

Anexo 06 – folhas 786 a 788 – Anexo VI daquela ação – Relação dos Administradores da falida Ympactus e endereços destes.

DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS:

Requer-se, por consequência, seja recebida presente petição com seus anexos para dar-lhes o devido processamento e acrescer ao quadro de credores o que consta do anexo 05 (folhas 743 a 765 da ação de autofalência).

Nestes termos, requer deferimento.

Vila Velha - ES, 25 de novembro de 2019.


HORST VILMAR FUCHS

OAB/ES 12.529.

2359
80

PROCESSO: 0021350-12.2019.8.08.0024

13ª VARA ESPECIALIZADA

ANEXO 01

Folhas 02 a 12

Petição inicial da ação de autofalência que tramitou sob nº
0029324-71.2017.8.08.0024 nesta mesma vara especializada.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL ESPECIALIZADA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DA GRANDE VITÓRIA (ES).



YMPACTUS COMERCIAL S/A EM LIQUIDAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.669.325/0001-88, estabelecida em Vitória (ES), à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 451, Ed. Petro Tower, 20º andar, sala 2002/2003, Enseada do Suá, CEP 29.050-335; neste ato representando por sua Liquidante EUCLIDES FERREIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.734.972/0001-66, com sede em Vitória (ES) à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 955, edifício Global Tower, sala 1008, Enseada do Suá, CEP 29.050-335, vem respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência por seus advogados que a esta subscrevem, com endereço em Campo Grande (MS), à Rua Manoel Inácio de Souza, 2145, CEP 79021-190, onde recebem intimações, ingressar com a presente

AUTOFALÊNCIA.

com fulcro nos artigos 97, I e 105 da Lei nº 11.101/2005, pelas razões de fato e direito que passa a expor:

I – DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO PRESENTE FEITO

1. Nos termos da resolução nº 07/2015, do TJES, [art. 2º], “competem à 13ª Vara Cível Especializada Empresarial, de Recuperação Judicial e Falência de Vitória, processar e julgar os feitos relativos às seguintes matérias: I - recuperação judicial e falência de empresário e de sociedade empresária e seus respectivos incidentes (g.n.), com competência na Comarca da Capital (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão) [art. 1º]”.
2. Tratando a hipótese de pedido de autofalência de sociedade empresária sediada nesta Capital, competente para sua apreciação é a 13ª Vara Cível Especializada Empresarial, de Recuperação Judicial e Falência de Vitória (ES).

II – DAS RAZÕES QUE LEVARAM AO PEDIDO DE AUTOFALÊNCIA

www.cabralgomes.com

Campo Grande
Rua Manoel Inácio de Souza 2145
79021-190 Campo Grande MS Brasil
T. + 55 67 3025-2500

Vitória
Rua Professor Almeida Coutin 125
SL 1616 29050-565 Vitória ES Brasil
T. +55 (27) 3207-7000

2361
82

3. Tramitou pela 2ª. Vara Cível da Comarca de Rio Branco (AC), a ação civil pública nº 0800224-44.2013.8.01.0001, proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE** em face da Autora, onde foi pleiteado e por aquele Juízo deferido o bloqueio de seus bens e a paralização de suas atividades.

4. A distribuição da ação civil pública e a suspensão liminar de suas atividades motivaram o ingresso de um pedido de recuperação judicial pela Requerente (processo nº 0035955-70.2013.8.08.0024), pedido este que foi rejeitado por este r. Juízo falimentar de Vitória (ES).

5. Tal decisão foi integralmente mantida pelo TJES e posteriormente reformada pelo **Superior Tribunal de Justiça** que deu parcial provimento ao recurso especial interposto (**REsp nº 1478001**) ao entender que não poderia o Tribunal *a quo* indeferir o processamento do pedido de recuperação judicial e julgar improcedente o pedido **com** resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do CPC vigente à época dos fatos. O acórdão do STJ transitou em julgado em data de 15/08/2017, após decisão definitiva do **Supremo Tribunal Federal**, podendo, portanto, a Autora ingressar com um novo pedido de recuperação judicial.

6. Ocorre que a ação civil pública proposta junto à 2ª. Vara Cível de Rio Branco (AC) foi julgada parcialmente procedente, tendo constado do item "D" da sentença transitada em julgado em 31/03/2017 (fls. 20.796), a determinação de liquidação da sociedade empresária YMPACTUS nos seguintes termos:

D) com amparo no art. 670 do CPC de 1939, vigente por força do art. 1.218, VII, do atual CPC, determinar a dissolução da pessoa jurídica Ympactus Comercial Ltda., remetendo os sócios ao procedimento de liquidação, a iniciar-se no prazo de trinta dias, contado do trânsito em julgado desta Sentença, na forma do art. 955 e seguintes do Decreto-Lei 1.608/39 (arts. 1.111 do CC e 1.218, VII, do CPC), em autos apartados;

7. De forma a cumprir escrupulosamente com os termos da sentença prolatada nos autos da ação civil pública, **e iniciar o processo de devolução de valores aos Divulgadores-Credores**, CARLOS ROBERTO COSTA e CARLOS NATANIEL WANZELER, únicos sócios remanescentes da empresa YMPACTUS COMERCIAL S/A, realizaram assembleia de sócios para deliberar acerca da liquidação da empresa, conforme disposto no art. 20¹, do Capítulo VII, do Estatuto Social, de conformidade com a norma prevista no art. 657, do DL 1.608/1939, tudo nos termos da sentença da ação civil pública, para que seja apurado todo o passivo da YMPACTUS COMERCIAL S/A, arrecadado e realizado todo o ativo e, nos termos da lei, destinado o produto da arrecadação para pagamento do passivo apurado.

8. Assim, debatidos os possíveis candidatos a liquidante, foi aprovado por unanimidade pelos sócios o nome do Sr. **JOSÉ EUCLIDES FERREIRA**, brasileiro, casado, advogado com registro na OAB/ES 14.002, economista com registro no CORECON/ES 1126, inscrito no CPF 860.719.557-34, Cart. Identidade 539.404 SSP/ES, profissional com larga experiência e forte atuação em processos de recuperação judicial e falência, cujo vasto *curriculum* segue em anexo.

¹ Capítulo VII – da Liquidação

Art. 20 - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, competindo à mesma Assembleia estabelecer a forma de liquidação e eleger o liquidante e os membros do conselho fiscal que funcionarão durante o período de liquidação.

2362
23

cabralgomesthronicke

Cabral Gomes & Thronicke Advogados Associados

9. Cabe ressaltar que aludida nomeação é exercida através do escritório de advogados **EUCLIDES FERREIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.734.972/0001-66, com sede em Vitória (ES), à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 955, edifício Global Tower, sala 1008, Enseada do Suá, cujos profissionais com experiência multidisciplinar atendem às expectativas para os trabalhos a serem realizados, dentre os quais o completo mapeamento de todos os direitos e obrigações da Requerente no sentido de defender o interesse dos credores, da Massa Falida e da sociedade em geral.

10. A aprovação observou não só a experiência profissional do indicado a liquidante **EUCLIDES FERREIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, mas também a sua nomeação como administrador judicial, nos termos da lei nº 11.101/2005, nos autos da recuperação judicial de nº **0000078-34.2015.8.08.0013**, proposta por **SIMTERNET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ 08.362.807/0001-86, em curso na 1ª Vara Cível da Comarca de Castelo, no Estado do Espírito Santo.

11. Com efeito, a Seção III, da lei nº 11.101/2005 elenca os critérios de nomeação do profissional para o exercício do *munus*, que, uma vez nomeado, a ele se aplicam as regras do funcionalismo público, em especial a fé pública que lhe é imputada. Ademais, tal escolha foi unânime entre os sócios, devendo prevalecer o disposto no § 3º do art. 657 do Decreto-Lei 1.608/1939: "*§ 3º Em qualquer caso, porém, poderão os interessados, se concordes, indicar, em petição, o liquidante*".

12. Dessa forma, uma vez aferida sua idoneidade nos autos daquele procedimento

2363

bloqueado (bens móveis e imóveis) são insuficientes para saldar o passivo e, visando o princípio da economia processual e da celeridade, afigura-se mais adequado suprimir essa fase de liquidação e, em consequência, dar continuidade ao feito sob o prisma falimentar, já que ambos os institutos tem a mesma finalidade, qual seja, realizar o ativo (levantar bens) e quitar o passivo (pagamento das dívidas) da massa falida, sendo que na liquidação, uma vez sendo o passivo superior ao ativo, inevitavelmente o liquidante deverá requerer a falência.

Corroborando com o acima descrito, acerca do tema, o Prof. Ricardo Negrão, afirma que:

"Falência é um processo de execução coletiva, no qual todo o patrimônio de um empresário declarado falido pessoa física ou jurídica é arrecadado, visando pagamento da universalidade de seus credores, de forma completa ou proporcional. É um processo judicial complexo que compreende a arrecadação dos bens, sua administração e conservação, bem como a verificação e o acerto dos créditos, para posterior liquidação dos bens e rateio entre os credores. Compreende também a punição de atos criminosos praticados pelo devedor falido". (NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. São Paulo: Saraiva, 2003-2004, v. I, p. 21). (...)

A chamada autofalência ocorre quando, o devedor verifica a inviabilidade da continuidade da atividade empresarial, por crise econômico-financeira, ficando impossibilitado de atender aos requisitos para pleitear a recuperação judicial (art. 105, caput, da Lei 11.101/2005).

Assim, uma vez admitida a falência pelo Autor, os autos e seus apensos, devem ser remetidos para Comarca de Vitória/ES, local do principal estabelecimento do devedor, visto que Juízo da falência é universal.

Isto significa que todas as ações referentes aos bens, interesses e negócios da massa falida serão processadas e julgadas pelo juízo em que tramita o processo de execução concursal por falência (art. 76). É a chamada aptidão atrativa do juízo falimentar, ao qual conferiu a lei a competência para conhecer e julgar todas as medidas judiciais de conteúdo patrimonial, referentes ao falido ou à massa falida.

No caso em questão, *data venia* a empresa requerente, colhe-se de claridade solar que o caminho final da liquidação deságua na falência, sendo desnecessário a movimentação do judiciário, de novos gastos e decurso de tempo para, ao final, dar início ao processo falimentar.

Veja Excelência que tão somente os valores de créditos tributários (os quais são preferenciais) superam vastamente os valores bloqueados, sendo que ainda existem milhares de credores quirografários, o que resulta em evidente desnecessidade da presente liquidação, podendo-se, caso autorizado por este juízo e anuído pelo requerente, dar-se início, diretamente, ao processo falimentar. (...)

15. Diante da quota do *Parquet*, em data de 29/08/2017 houve despacho prolatado pela Juíza titular da 2ª. Vara Cível de Rio Branco (AC) com o seguinte teor (fls. 439):

Despacho

Diante das ponderações apresentadas pelo Ministério Público às pp. 433/438, determino a intimação da parte requerente para que se manifeste, no prazo de quinze dias, sobre interesse em postular autofalência, a teor do art. 97, I, da Lei nº 11.101/05.

Registro que eventual falência da parte autora deverá ser processada perante o juízo local do principal estabelecimento, conforme art. 3º da L.F.

Sobresto a análise dos pedidos de pp. 430 e 431/432, que serão apreciados após manifestação do requerente.

Rio Branco-AC, 29 de agosto de 2017.

16. De fato, o Fisco cobra indevidamente da Autora a quantia de R\$ 3.154.036.920,25 (três bilhões, cento e cinquenta e quatro mil, trinta e seis mil, novecentos e vinte reais e vinte e

2364
8
x

cinco centavos), valor este superior ao seu ativo, que é de cerca de R\$ 700.000,00 (setecentos milhões de reais) que se encontram bloqueados por força de determinação judicial.²

17. A Autora está discutindo judicialmente todos os débitos tributários, entretanto, apesar dos referidos débitos encontrarem-se *sub judice*, a Requerente não exerce suas atividades empresariais há cerca de quatro anos, não possuindo, a médio prazo, qualquer fonte de renda que viabilize o retorno de suas atividades.³

18. Ademais, nos termos da sentença da ação civil pública, a Autora deve a seus Divulgadores cerca de R\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais).

19. Assim, tendo em vista as dificuldades para se proceder com a liquidação, não restou à Autora outro caminho a não ser ingressar com o presente pedido de autofalência.

III – DO DIREITO

20. Dispõe o art. 97, I, da Lei 11.101/2005⁴ que o próprio devedor pode requerer sua autofalência, sendo que o art. 105, *caput*, da Lei 11.101/2005⁵ assevera que o devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial.

21. **JORGE LOBO** (*apud MILANI*), tratando sobre os aspectos da crise econômico-financeira, leciona que:

A verificação se a empresa se encontra em 'estado de crise econômico-financeira' deve dar-se caso a caso, por ser uma questão puramente de fato, embora com consequências jurídicas e legais; o seu conceito, como acentuei alhures, é 'metajurídico, aberto e cambiante' e abarca as noções clássicas, de índole essencialmente financeira, de (a) inadimplemento de obrigação pecuniária, (b) iliquidez e (c) insolvência, embora nelas não se esgote, visto que as dificuldades da empresa podem ser de ordem administrativa gerencial, estrutural, operacional, societária, sucessória etc., as quais, a curto e médio prazo, podem converter-se em crise financeira de nefastas consequências (...).⁶

22. Colha-se a respeito, a lição de ESTEVEZ e DE SOUZA:

O empresário⁷ ou a sociedade empresária que se ache em crise econômico-financeira que impossibilite pagar seus credores e que seja insuscetível de recuperação

² Em números históricos.

³ De forma a questionar as absurdas cobranças tributárias a Liquidanda ingressou com duas ações declaratórias – processo nº 0011776-41.2017.4.02.5001 (2ª. Vara Federal de Vitória) e processo nº 0035400-56.2016.4.02.5001 (1ª. Vara Federal de Vitória).

⁴ Art. 97. Podem requerer a falência do devedor:

I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei;"

⁵ Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos: (...)"

⁶ MILANI, Mario Sérgio. Lei de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência comentada. Malheiros Editores, São Paulo, 2011. P. 435.

⁷ Diz-se empresário porque a lei não restringe a sua aplicação às sociedades, podendo incidir sobre o empresário individual.

judicial passa a se encontrar em situação que pode ser denominada de estado de insolvência.⁸

A autofalência⁹ é a abertura do concurso universal de credores por iniciativa do devedor "em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial"¹⁰. Note-se que, para requerê-la, o devedor tem que estar "num iminente estado de insolvência ou de falta previsível de liquidez" que torne inviável o prosseguimento da atividade empresarial e saldar as dívidas exigíveis contraídas com seus credores.¹¹ Trata-se de uma forma distinta da liquidação prevista no art. 1.102 do Código Civil justamente devido à presumível insuficiência de ativos que possam fazer frente a todo o passivo do devedor.¹²

A confissão da falência em juízo e sua consequente decretação é obrigação legal imposta ao devedor pelo art. 105 da Lei de Falências, até para que torne público sua situação econômico-financeira e permita a liquidação de seu patrimônio de forma a salvaguardar os interesses dos credores (*pars conditio creditorum*) e "evitar a desagregação patrimonial e dispersão prematura de ativos"^{13, 14}.

23. Numa superficial análise dos demonstrativos contábeis, vislumbra-se com evidência a debilidade financeira e econômica da Requerente, não lhe restando outra alternativa, lamentavelmente, senão o pedido de autofalência, subscrito nesta oportunidade por seu Liquidante, esclarecendo não ser possível para a Requerente a utilização da recuperação judicial.

24. Estando configuradas as condições para a autofalência, a decretação da quebra é medida que se impõe, como se verifica do seguinte julgado da lavra do TJRS, dentre outros colhido à ventura e ora transcrito:

APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE AUTOFALÊNCIA COM FUNDAMENTO NO ART. 105 DA LEI N.º 11.101/05. INEXISTÊNCIA DE ENCERRAMENTO FORMAL DAS ATIVIDADES NA JUNTA COMERCIAL. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. INSOLVIBILIDADE DEMONSTRADA. NECESSIDADE DE DECRETAÇÃO DA QUEBRA.

Mérito do recurso em exame

1. O pedido de falência formulado pelo próprio devedor está previsto no art. 105 da Lei 11.101/2005 e diz respeito à possibilidade deste, quando se encontrar em crise econômico-financeira e não for possível pedir a recuperação judicial desta. Em função disso, o empresário ou a sociedade empresária deverá efetuar o pleito para decretação da quebra perante o Juízo universal corretpetitivo, oportunidade na qual deverá apontar os motivos que o impede de continuar a sua atividade empresarial.

2. No caso em exame o pedido está regularmente instruído, no qual estão comprovados os requisitos a que alude o art. 105 da Lei n.º 11.101/05, tendo em vista que pela documentação inserta nos autos restou demonstrado o estado de insolvabilidade da

⁸ FAZZIO JUNIOR, Waldo. Nova lei de falências e recuperação de empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 187-188.

⁹ Entende Fábio Ulhoa Coelho que o termo autofalência é equivocadamente utilizado, posto que toda falência decorre de uma decisão judicial, e somente com o aval do juízo falimentar será decretada a falência daquele que o requerer, como consta em COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 292. Em complemento, pode-se dizer que é do juízo falimentar a competência de declarar e decretar falência, posto que assim define o art. 3º da Lei n.º 11.101/2005 - note-se que não se confunde autofalência com pedido de autofalência.

¹⁰ TEPEDINO, Ricardo. In: TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRAÃO, Carlos Henrique. Comentários à lei de recuperação de empresas e falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 335-336.

¹¹ FAZZIO JUNIOR, Waldo. Nova lei de falências e recuperação de empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 245.

¹² Há raras hipóteses em que pode ocorrer a autofalência do devedor e que se apure, ao final, uma suficiência de ativos como, por exemplo, a ausência de interesse dos credores em apresentar habilitação.

¹³ FAZZIO JUNIOR, Waldo. Nova lei de falências e recuperação de empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 246.

¹⁴ ESTEVEZ, André Fernandes. DE SOUZA, Rafael Fritsch. A Autofalência como dever: reflexos do descumprimento do disposto no artigo 105 da Lei n.º 11.101/2005. Juris Síntese n.º 91 - Set/Oct de 2011.

requerente e a impossibilidade de saldar seus débitos oportunamente, conforme os livros contábeis apresentados no feito, referentes aos últimos exercícios nos quais manteve suas atividades.

3. De acordo com a documentação inserta, no exercício de 2011 a parte recorrente encerrou as atividades de fato com o passivo total acumulado de R\$ 52.551,98. Note-se que, após três exercícios, a empresa apenas aumentou as suas dívidas em mais de 600%, perfazendo um débito total de R\$ 332.611,14, restando evidente a crise econômica que a assolava e não conseguia superar, razão pela qual a decretação de sua falência é a medida impositiva.

4. Dessa forma, deve ser dado provimento ao apelo, a fim de reformar a sentença recorrida e decretar a falência da parte apelante, com base no art. 105 da Lei n.º 11.101/05. **Dado parcial provimento ao apelo.**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 70073047268 (Nº CNJ: 0068841-47.2017.8.21.7000). QUINTA CÂMARA CÍVEL. COMARCA DE CHARQUEADAS. APELANTE: ISODOORS ISOLAMENTO TERMICO PARA CAMARAS FRIGORIFICAS LTDA. APELADO: A JUSTICA

25. Por sua pertinência ao caso telado, pede vênica para transcrever trechos do voto do Desembargador Relator:

Mérito do recurso em exame

Preambularmente, é de ser ressaltado que o pedido de falência formulado pelo próprio devedor está previsto no art. 105 da Lei 11.101/2005 e diz respeito à possibilidade deste, quando se encontrar em crise econômico-financeira e não for possível pedir a recuperação judicial desta. Em função disso, o empresário ou a sociedade empresária deverá efetuar o pleito para decretação da quebra perante o Juízo universal correspondente, oportunidade na qual deverá apontar os motivos que o impede de continuar a atividade empresarial exercida.

O jurista Fazzio Júnior¹⁵ a esse respeito ensina o que segue:

Faculta-se ao devedor a solicitação da abertura de um procedimento falitário se estão presentes os sinais de uma iminente insolvência ou de falta previsível de liquidez.

Por outro lado, a petição inicial também deverá estar acompanhada de documentos que demonstrem a causa de pedir, bem como os elementos que permitem dar ao processo falimentar uma tramitação transparente e célere.

Ademais, os documentos que deverão estar constar no pedido de autofalência elencados em lei são transcritos a seguir:

I - demonstrações contábeis referentes aos três últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório do fluxo de caixa; II - relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos; III - relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade; IV - prova da condição de empresário, contrato social ou estatuto em vigor, ou se não houver a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de todos seus bens pessoais; V - os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei; VI - relação de seus administradores nos últimos cinco anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária.

É oportuno ressaltar que o inciso VI da norma legal precitada estende a obrigação a que alude o art. 104, inciso I, alínea "b", da Lei de Quebras, no que concerne a

¹⁵ Fazzio Júnior, Waldo. *Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 241/242.

identificação dos administradores da sociedade empresária requerente do pedido de autofalência. A esse respeito, é oportuno trazer à baila a lição do ilustre professor Ricardo Negrão¹⁶, ao asseverar que:

O último inciso (VI) amplia a obrigação contida no art. 104, I, B, estendendo a obrigação de identificar os administradores da sociedade em crise econômico-financeira ao período de cinco anos anterior ao pedido de autofalência. O texto reproduz a regra do art. 43 da Lei n.º 6.024/74, que trata da responsabilidade dos administradores e membros do Conselho fiscal das instituições financeiras. Contudo, diversamente do que acentua referido dispositivo, a previsão falimentar não encontra fundamento nos efeitos da falência sobre a responsabilidade dos administradores.

Nem há como identificar o período de cinco anos com a responsabilidade sobre os contratos, o pagamento de tributos, a ineficácia de atos em período suspeito ou a prescrição de ação, visando apurar a responsabilidade dos administradores.

Portanto, feitas tais considerações, entendo que no caso em exame o pedido está regularmente instruído, no qual estão comprovados os requisitos a que alude o art. 105 da Lei n.º 11.101/05, tendo em vista que pela documentação inserta nos autos restou demonstrado o estado de insolvabilidade da requerente e a impossibilidade de saldar seus débitos oportunamente, conforme os livros contábeis apresentados no feito, referentes aos últimos exercícios nos quais manteve suas atividades empresariais.

De acordo com a documentação inserta, no exercício de 2011 a parte recorrente encerrou as atividades de fato com o passivo total acumulado de R\$ 52.551,98. Note-se que após três exercícios, a empresa apenas aumentou as suas dívidas em mais de 600%, perfazendo um débito total de R\$ 332.611,14, restando evidente a crise econômico-que a assolava e que não conseguiria superar, razão pela qual a decretação de sua falência é a medida impositiva.

Dessa forma, deve ser dado provimento ao apelo, a fim de reformar a sentença recorrida e decretar a falência da parte apelante, com base no art. 105 da Lei n.º 11.101/05, conforme salientado anteriormente, pois sequer foi feito o encerramento administrativo da empresa com a baixa desta junto a Junta Comercial.

III - Dispositivo

Ante o exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar e, no mérito, dar parcial provimento ao apelo, reformando a sentença de primeiro grau, para deferir o pedido de autofalência da requerente, decretando a quebra desta e determinar ao Juízo *a quo* que adote as demais providências legais cabíveis à espécie naquele grau de jurisdição.

26. Assim, a decretação da autofalência é medida impositiva, o que desde já se requer.

IV - DA JUSTIÇA GRATUITA

27. Excelência, em razão de sua dramática situação financeira, a Autora requer os benefícios da Justiça Gratuita, pois não tem condições de arcar com o pagamento das custas.

¹⁶ Negrão, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresa e de falências: Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 2ª ed. Ver. F. atual - São Paulo: Saraiva, 2008, p.24/25.

judiciais sem que isso prejudique a sua recuperação econômica, fazendo jus aos benefícios previstos no art. 4º da Lei 1.060/1950¹⁷ e no art. 5º, XXIV, "a" e XXXV, da CF.¹⁸

28. Ademais, todas as suas contas bancárias estão bloqueadas por força de decisão prolatada pela 2ª. Vara Cível de Rio Branco nos autos da ação civil pública nº 0800224-44.2013.8.01.0001, não tendo a Autora, neste momento, como dispor de seus valores bloqueados.

29. O Superior Tribunal de Justiça possui sólido entendimento no sentido de conceder os benefícios da Justiça a pessoas jurídicas¹⁹ e a Jurisprudência Pátria de há muito admite a liberação do pagamento das custas judiciais por empresas em estado de falência.²⁰

30. Assim, requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.

V – DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS

31. Diante do exposto, sempre respeitosamente requer:

¹⁷ "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

¹⁸ "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

.XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; (...)

.XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;"

¹⁹ "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – JUSTIÇA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – INVERSÃO DO JULGADO – IMPOSSIBILIDADE – INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ – 1- Nos termos da jurisprudência desta Corte, a pessoa jurídica pode obter o benefício da justiça gratuita se provar que não tem condições de arcar com as despesas do processo. 2- É inviável a revisão do entendimento exarado pelo tribunal de origem acerca da comprovação da hipossuficiência, pois demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é inadmissível em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula nº 7/STJ. 3- Agravo regimental não provido. (STJ – AgRg-AI 748.163 – (2006/0036648-4) – 3ª T. – Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva – DJe 26.11.2012 – p. 828)."

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE – IMPUGNAÇÃO – FALTA DE REQUISITOS – ÔNUS DO IMPUGNANTE – SÚMULA 7/STJ – 1- Na hipótese em exame, adotando-se o suporte fático-probatório formado no âmbito do eg. Tribunal de Justiça estadual - cujo reexame é vedado a esta col. Corte de Justiça, nos termos da Súmula 7/STJ -, conclui-se pela manutenção da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que o agravante "não conseguiu refutar a presunção de veracidade dos documentos carreados aos autos em apenso pelo Impugnado". 2- Na hipótese de impugnação do deferimento da assistência judiciária gratuita, cabe ao impugnante comprovar a ausência dos requisitos legais para a concessão do benefício, ônus do qual não se incumbiu o ora agravante, segundo assentado pelo acórdão recorrido. 3- Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AgRg-AG-REsp. 112.547 – (2011/0262824-7) – 4ª T. – Rel. Min. Raul Araújo – DJe 13.11.2012 – p. 599)"

²⁰ "HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM FALÊNCIA – APELAÇÃO DA MASSA FALIDA – BENEFICIÁRIA DE JUSTIÇA GRATUITA – PREPARO DESNECESSÁRIO – DESERÇÃO INOCORRENTE – Honorários advocatícios cabíveis em habilitação contenciosa – Recurso provido parcialmente. (TJPR – ApCiv 0139658-3 – (3087) – Rolândia – 7ª C.Civ. – Rel. Des. Mendonça de Anunciação – DJPR 04.10.2004)."

"CIVIL – PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – 1- JUSTIÇA GRATUITA – DECLARAÇÃO POBREZA IDÔNEA – II- NULIDADE SENTENÇA – ANÁLISE MÉRITO – MÉRITO – FALÊNCIA – Suspensão de ações e execuções promovidas pelos credores - Habilitação no juízo universal. (TJPE – AC 0143593-6 – 2ª C.Civ. – Rel. Des. Adalberto de Oliveira Melo – DJe 18.09.2012 – p. 90)."

2369
IX

- (i) Seja recebido o presente pedido de autofalência, com o fim de **ser decretada a falência da YMPACTUS COMERCIAL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.669.325/0001-88, estabelecida em Vitória (ES), à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 451, Ed. Petro Tower, 20º andar, sala 2002/2003, Enseada do Sua, CEP 29.050-335, juntando-se, para tanto, toda a documentação empresarial e contábil exigida no **art. 105 da Lei 11.101/2005**;²¹
- (ii) Seja determinada a expedição dos ofícios de praxe;
- (iii) Seja determinada a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em desfavor da devedora **YMPACTUS COMERCIAL S/A**, nos termos do art. 6º, *caput*, da LRF;²²
- (iv) Seja nomeado Administrador Judicial o **LIQUIDANTE (EULIDES FERREIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS)**, na pessoa de seu representante legal, Sr. **JOSÉ EULIDES FERREIRA JUNIOR**, que deverá ser intimado para assinar o respectivo termo de compromisso;
- (v) Seja intimado o *Parquet* Estadual e comunicados por carta, todos os órgãos fazendários;
- (vi) Em razão das peculiaridades do caso, e em respeito ao Princípio da Eficiência, que seja autorizado o trespasse para estes autos de toda a documentação que instruiu a recuperação judicial nº **0035955-70.2013.8.08.0024**, já transitada em julgado;
- (vii) Em respeito ao Princípio da Funcionalidade, requer a juntada por linha dos documentos que instruem a presente, observando-se os requerimentos efetuados nesta peça, sendo que os signatários atestam sua veracidade na forma da Lei, sendo que na hipótese de Vossa Excelência entender estar faltando algum documento, que dê à Autora o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de eventual documentação faltante;
- (viii) Seja concedido à Autora os benefícios da Justiça Gratuita previstos no **art. 4º da Lei 1.060/1950** e no **art. 5º, XXIV, "a" e XXXV, da CF**.

²¹ "Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos:

I - demonstrações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração de resultados acumulados;

c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

d) relatório do fluxo de caixa;

II - relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos;

III - relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade;

IV - prova da condição de empresário, contrato social ou estatuto em vigor ou, se não houver, a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de seus bens pessoais;

V - os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei;

VI - relação de seus administradores nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária."

²² "Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

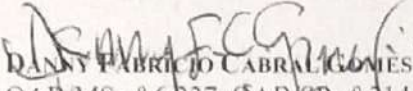
32. Invocando o Direito constitucional ao sigilo fiscal, pede-se que as declarações de impostos de renda apresentadas em cumprimento à **Lei 11.101/2005** seja recebidas e devidamente acauteladas em Cartório, sob Segredo de Justiça, de modo que o acesso a eles fique restrito tão somente a Vossa Excelência, ao Administrador Judicial e ao representante do Ministério Público.

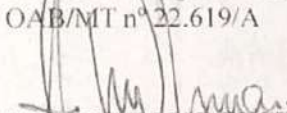
Por derradeiro, protesta pela juntada do instrumento procuratório no prazo de 15 (quinze) dias e requer com fulcro nos §§ 2º, 4º e 5º do art. 272 do NCPC que da autuação e das intimações conste exclusivamente os nomes dos advogados **DANNY FABRÍCIO CABRAL GOMES** (OAB/MS 6.337) e **HORST VILMAR FUCHS** (OAB/ES 12.529), sob pena de nulidade.²³

Dá a causa o valor de R\$ 3.400.036.920,25 (três bilhões, quatrocentos milhões, trinta e seis mil, novecentos e vinte reais e vinte e cinco centavos).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Vitória (ES), 29 de setembro de 2017.


DANNY FABRÍCIO CABRAL GOMES
OAB/MS nº 6.337, OAB/SP nº 314.062
OAB/DF nº 40.070, OAB/ES nº 20.608
OAB/MT nº 22.619/A


HORST VILMAR FUCHS
OAB/ES 12.529, OAB/SP 342.363, OAB/RJ 188.905, OAB/PR 68.985
OAB/SC 39.909-A, OAB/MG 149.171, OAB/MS 17.600-A, OAB/RN 1.017-A,
OAB/AL 11.926-A, OAB/BA 41.773, OAB/GO 40.217-A, OAB/AM 1.017
OAB/RS 94.663-A, OAB/PA 21.005-A, OAB/AC 4.250, OAB/PE 1.799-A,
OAB/MT 20.987-A, OAB-TO 6.576, OAB/DF 48.803, OAB/RR 502-A,
OAB/PI 13.703, OAB/RO 7.429, OAB/SE 1.029-A.

autofalência Ympactus

²³ Segundo o Eg. STJ: "A intimação do acórdão proferido pela Corte de origem, ainda no processo de conhecimento, sem a observância do pedido do ora recorrente de que as futuras intimações fossem feitas em nome dos advogados apontados pela parte implica afronta à regra do art. 236, § 1º, do CPC, cuidando-se de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício e que enseja a nulidade dos atos processuais subsequentes, nos termos da reiterada orientação deste Pretório. Precedentes" (REsp 1213920/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 05/08/2011).

2371
§

PROCESSO: 0021350-12.2019.8.08.0024

13ª VARA ESPECIALIZADA

ANEXO 02

Folhas 97 a 165v - decisão em segunda instância (que transitou em julgado) da Ação Civil Pública que tramitou no Tribunal de Justiça do Acre - Proc. 0800224-44.2013.8.01.0001 e estabelece os parâmetros para ressarcimento dos divulgadores.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2372
fls. 2694

Acórdão n.º : 3.967
Classe : Apelação n.º 0800224-44.2013.8.01.0001
Foro de Origem : Rio Branco
Órgão : Segunda Câmara Cível
Relator : Des. Roberto Barros
Revisor : Des. Júnior Alberto
Apelante : Y. C. LTDA
Advogado : Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogada : Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado : ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado : Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado : Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado : Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado : Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Advogado : Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Apelante : C. R. C.
Advogado : Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogada : Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado : ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado : Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado : Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado : Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado : Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Advogado : Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Apelante : C. N. W.
Advogado : Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogada : Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado : ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado : Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado : Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado : Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado : Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Advogado : Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Apelante : J. M. M.
Advogado : Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogada : Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado : ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado : Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado : Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado : Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado : Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Advogado : Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Apelado : M. P. do E. do A.
Promotor : Marco Aurélio Ribeiro
Apelante : M. P. do E. do A.
Promotor : Marco Aurélio Ribeiro
Apelado : Y. C. LTDA
Advogado : Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogada : Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado : ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado : Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado : Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado : Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado : Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Advogado : Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Apelado : C. R. C.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Advogado	: Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogada	: Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado	: ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado	: Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado	: Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado	: Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado	: Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Apelado	: Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Advogado	: C. N. W.
Advogada	: Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogado	: Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado	: ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado	: Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado	: Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado	: Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado	: Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Apelado	: Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Advogado	: J. M. M.
Advogada	: Roberto Duarte Júnior (OAB: 2485/AC)
Advogado	: Marina Belandi Scheffer (OAB: 3232/AC)
Advogado	: ALEXANDRO TEIXEIRA RODRIGUES (OAB: 3406/AC)
Advogado	: Horst Vilmar Fuchs (OAB: 12529/ES)
Advogado	: Danny Fabricio Cabral Gomes (OAB: 6337/MS)
Advogado	: Wilson Furtado Roberto (OAB: 12189/PB)
Advogado	: Elizabeth Cerqueira Costa (OAB: 13066/ES)
Advogado	: Vinicius de Figueiredo Teixeira (OAB: 19680/DF)
Terceiro	: D. C. C.
Advogado	: Cristovam Martins Joaquim (OAB: 81462/SP)
Advogado	: Michel stamatopoulos (OAB: 367341/SP)
Terceiro	: P. R. C.
Advogado	: Michel stamatopoulos (OAB: 367341/SP)
Terceiro	: C. F. N. F.
Advogado	: Arnaldo Sorrentino (OAB: 44747/SP)
Terceiro	: A. P. de C.
Advogado	: Marcelo Aperecido Batista Seba (OAB: 15816/DF)
Advogado	: Karen Melo de Souza Borges (OAB: 249581/DF)
Advogado	: Thalisson de Albuquerque Campos (OAB: 31652/DF)
Advogado	: Vinicius Gustavo Martins da Cruz (OAB: 36427/DF)
Advogado	: Ederson de Sousa Lima (OAB: 43096/DF)
Assunto	: Contratos de Consumo

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CASO TELEXFREE. MARKETING
MULTINÍVEL X PIRÂMIDE FINANCEIRA. RECURSO DOS
RÉUS. PRELIMINARES. DECISÃO SANEADORA.
PRECLUSÃO. ALEGAÇÕES DE SUSPEIÇÃO E
IMPEDIMENTO. PERITO DO JUÍZO. ATRIBUIÇÃO DE
EFEITO SUSPENSIVO OPE JUDICIS. PRECLUSÃO.
AGRAVOS RETIDOS. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-
FÉ. DESPROVIMENTO. PRODUÇÃO DE PROVAS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2373
Rs 26043
Diogo 98

DOCUMENTAIS E TESTEMUNHAIS. DEPOIMENTO DOS PERITOS. RESPOSTA A QUESITO COMPLEMENTAR. ENCERRAMENTO DA FASE INSTRUTÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO. MÉRITO. PIRÂMIDE FINANCEIRA. CARACTERIZAÇÃO. LAUDOS CONCLUSIVOS. ILICITUDE. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. LITIGÂNCIA MÁ-FÉ. ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISSOLUÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. RECURSO DO AUTOR. DEVOLUÇÃO DE VALORES. ACIONISTAS DIRETORES. EXCLUSÃO DO ROL DE BENEFICIÁRIOS. DESPROVIMENTO. DANOS MORAIS COLETIVOS. FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES - FEDDC. FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS. RATEIO. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. **Síntese da ação:** Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Acre em face da Ympactus Comercial e seus sócios -, representante no Brasil da empresa norte americana TelexFree Inc, comercializadora do serviço de telefonia VoIP (**Voice over Internet Protocol**), denominado 99telexfree, sob a alegação de que se constituía em pirâmide financeira.

2. **Defesa dos réus:** Preliminares de incompetência absoluta do juízo *a quo*, ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público, inépcia da petição inicial, impossibilidade jurídica do pedido e impossibilidade de pedido cumulativo, inaplicabilidade do CDC, descabimento da ação coletiva. Mérito: inexistência de pirâmide financeira e a viabilidade do negócio, absurdez do requerimento de dissolução coletiva e da ofensa ao livre exercício da atividade econômica, validade dos negócios entabulados com os divulgadores.

3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

impossibilidade de devolução dos valores pagos, abuso do poder de ação e da litigância de má-fé.

3. Sentença: parcial procedência dos pedidos, com a declaração de nulidade do contrato entabulado com os partners e divulgadores, devolução dos valores recebidos a título de Fundo de Caução Retornável, kits Ad Central e AdCentral Family, deduzidas as bonificações e contas 99TelexFree ativadas, condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, dissolução da pessoa jurídica e desconsideração da personalidade jurídica.

4. Julgamento dos recursos dos réus:

4.1. Rejeitadas as preliminares de incompetência absoluta da 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, ilegitimidade ativa do Ministério Público, inépcia da petição inicial, impossibilidade jurídica do pedido e impossibilidade de pedido de condenação cumulativo, em decisão saneadora, o desprovimento do recurso (agravo de instrumento n. 0100307-02.2016.8.01.0000), interposto em face dessa decisão, impõe-se óbice à reanálise do tema em grau de apelação, porquanto matéria preclusa.

4.2. Julgado o agravo de instrumento n. 0100307-02.2016.8.01.0000, afinal desprovido, em que os recorrentes insurgiam-se em face da decisão que não atribuiu efeito suspensivo *ope judicis* ao apelo, não merece conhecimento a mesma pretensão formulada nesse último recurso.

4.3. Arguido o impedimento/suspeição da pessoa jurídica nomeada para realização da prova pericial (autos n. 0000027-88.2014.8.01.0001 e 0705061-66.2015.8.01.0001), com ambas as exceções rejeitadas pelo juízo *a quo*, resultando a interposição de agravo de instrumento tão somente quanto à última (agravo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2324
Ns. 26945
Digo 94

de instrumento n. 0100295-85.2016.8.01.0000), igualmente julgado e desprovido, afigura-se defeso conhecer novamente destas alegações em sede de apelação.

4.4. Os agravos retidos interpostos na vigência do Código de Processo Civil/1973, se tempestivos, merecem conhecimento, ainda que não mais previsto o recurso no atual Código de Processo Civil.

4.5. Não prospera, todavia, a insurgência do recorrente Carlos Nataniel Wanzeler quanto à aplicação de multa por litigância de má-fé, pois diante da constatação de que ele registrara o domínio telexfree.com, figurando como seu administrador, além de integrar a presidência da sociedade norte americana TelexFree Inc, apresenta-se frágil, senão frontalmente contrária à prova coligida, a escusa em apresentar o data center e a senha de acesso, que se mostraram essenciais na produção da prova pericial.

4.6. Impõe-se rejeitar o agravo retido interposto em face da decisão que deliberou pelo encerramento da instrução processual, na medida em que a prova pericial tornou despicienda a produção de outras provas, mesmo que inicialmente tenham sido deferidas em decisão saneadora. Desde que o feito encontre-se devidamente instruído não configura cerceamento de defesa a não realização de audiência de instrução e julgamento.

4.7. Pontos controvertidos fixados por ocasião da decisão saneadora: (I) a origem dos recursos que custeariam o pagamento de benefícios da rede TelexFree, se da venda de contas VoIP 99TelexFree ou do cadastramento de novos membros à rede; (II) a caracterização da atividade negocial desenvolvida pela Ympactus, se pirâmide financeira ou rede de marketing multinível; (III) se sustentável ou não a atividade desenvolvida, caso cessadas novas adesões à rede TelexFree.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

4.8. Os laudos periciais são concludentes no sentido de que a maior fonte de recursos que suportavam o pagamento de benefícios da rede TelexFree eram provenientes da venda de kits AdCentral e AdCentral Family aos divulgadores. Em contrapartida, os maiores ganhos dos divulgadores tinham como origem a postagem de anúncios e não a venda de contas VoIP TelexFree.

4.9. Acresça-se a constatação de que o negócio, conquanto possuísse alguns elementos do marketing multinível, apresentava características que o definiam como pirâmide financeira.

4.10. Os cenários projetados e as características do negócio apontam para sua inviabilidade, ainda que levada em consideração a cláusula 13.2 do Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos, segundo a qual a recompra das contas VoIPs distribuídas aos divulgadores em remuneração dos anúncios postados na internet constituía mera faculdade.

4.11. Afiguram-se corretas as conclusões de que a recompra das contas VoIP aos divulgadores constituía-se em prática regular, distinta da faculdade alardeada pela cláusula 13.2, e mesmo o maior atrativo do negócio. Prova disso é que no período de operação 92% (noventa e dois por cento) dos divulgadores solicitaram a recompra.

4.12. Não padece de inconstitucionalidade a dissolução da pessoa jurídica, quando constatado que sua única atividade restringe-se à celebração de contratos com partners e divulgadores, nos moldes do Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos, cuja ilicitude restou declarada na sentença. É certo, ademais, que a livre associação subordina-se à licitude da atividade, do que se extrai que a livre iniciativa e o exercício do trabalho possuem limitação constitucional.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2375
fls. 36947
Dado 100

4.13. A desconsideração da personalidade jurídica para estender aos acionistas a responsabilidade pelas obrigações da pessoa jurídica encontra guarida na legislação pátria.

4.14. A condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos é perfeitamente compatível com a ação civil pública. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. O *quantum* indenizatório de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) não é exagerado, principalmente quando consideradas as cifras movimentadas pela rede telexfree no Brasil.

4.15. Não merece acolhida a alegação de que o autor é litigante de má-fé ou praticou abuso do direito de petição. A procedência de seus pedidos e a análise detida dos atos praticados durante o trâmite do processo são incompatíveis com a aplicação das sanções do art. 17 do Código de Processo Civil ao Ministério Público Estadual.

4.16. Rejeitam-se os argumentos dos apelantes alicerçados em documentos que dizem serem novos, quando não influem na modificação das conclusões acerca da natureza do negócio capitaneado pela Ympactus Comercial S/A.

5. Julgamento do recurso do autor:

5.1. Determinada a desconsideração da personalidade jurídica, de modo a estender aos sócios ou acionistas a responsabilidade pelas obrigações impostas à ré Ympactus Comercial S/A, não se afigura impositiva a exclusão do rol daqueles que serão beneficiados com a devolução de valores (partner ou divulgador), já que o patrimônio de todos, nos quais, por óbvio, incluem-se esses montantes não terá outro destino senão integrar o grande fundo por assim dizer que suportará as indenizações.

5.2. O art. 13 da Lei 7.347/85 determina que as condenações em dinheiro reverterão a um fundo gerido por



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais. O dispositivo não possui comando exclusivo, autorizando que tais valores sejam rateados entre os fundos federal e estaduais. Desse modo, é lícito que o valor arbitrado a título de indenização por danos morais coletivos seja distribuído na proporção de 2/3 e 1/3, respectivamente ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores FEDDC, criado pela Lei Estadual n. 1.341/2000 e ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, respectivamente.

6. dispositivo:

6.1. Recursos dos réus parcialmente conhecidos e desprovidos. Recurso do autor conhecido e parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n. 0800224-44.2013.8.01.0001, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, não conhecer das preliminares suscitadas pelos réus. No mérito, à unanimidade, conhecer, em parte do recurso da Y. C. LTDA. e outros e, na parte conhecida, desprover os agravos retidos e o apelo, na sua integralidade. À unanimidade, dar parcial provimento ao apelo do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do relator. Deferido o pedido do advogado presente à sessão, representante da Y. C. LTDA, DANNY FABRÍCIO CABRAL GOMES, de dispensa de leitura do relatório dos autos, passando, então, à sustentação oral, nos termos do voto do relator e das mídias digitais arquivadas.

Rio Branco, 03/02/2017.

Des. Waldirene Cordeiro
Presidente

Des. Roberto Barros
Relator

RELATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2376
fls. 2694
Dado 101

O Excelentíssimo Senhor Des. Roberto Barros, Relator:

Trata-se de duplo recurso de apelação interposto por **Ympactus Comercial S/A e outros** e pelo **Ministério Público do Estado do Acre** em face da sentença proferida nos autos da ação civil pública n. 0800224-44.2013.8.01.0001, que julgou procedentes em parte os pedidos formulados pelo autor, nos termos do seguinte dispositivo:

3) DISPOSITIVO

Diante dos fundamentos expostos, confirmo integralmente as medidas acautelatórias determinadas na Sentença proferida nos autos n.º 0005669-76.2013.8.01.0001 e julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público Estadual em detrimento de Ympactus Comercial Ltda., Carlos Roberto Costa, Carlos Nataniel Wanzeler e James Matthew Merrill para:

A) com amparo nos arts. 104, II e 166, II, do Código Civil, declarar a nulidade de todos os contratos firmados entre os divulgadores da rede Telexfree e a ré Ympactus Comercial Ltda., formalizados através da adesão ao Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos e a outros instrumentos contratuais que o antecederam, em razão da ilicitude de seus objetos, que versam sobre pirâmide financeira;

B) com amparo no art. 182 do Código Civil e como consequência da nulidade dos negócios jurídicos determinada no item A, determinar o restabelecimento das partes contratantes ao estado em que se achavam antes da contratação. Para tanto, condeno a ré Ympactus Comercial Ltda. a:

B.1) devolver a todos os Partners os valores recebidos a título de Fundo de Caução Retornável;

B.2) devolver a todos os divulgadores AdCentral os valores recebidos a título de Fundo de Caução Retornável e a título do kit contendo dez contas VOIP 99 Telexfree;

B.3) devolver a todos os divulgadores AdCentral Family os valores recebidos a título de Fundo de Caução Retornável e a título do kit contendo cinquenta contas VOIP 99 Telexfree;

B.4) no ato da devolução dos valores indicados nos itens B2 e B3, os divulgadores deverão restituir à ré Ympactus Comercial Ltda. as contas 99Telexfree que receberam em forma de kits, mas caso



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

as tenham ativado, o valor que pagaram pelas contas não restituídas deverá ser abatido do montante total a receber, na proporção US\$28,90 para os divulgadores AdCentral e US\$27,50 para os divulgadores AdCentral Family;

B.5) do montante a ser devolvido aos divulgadores AdCentral e AdCentral Family a ré Ympactus Comercial Ltda. deverá deduzir os valores que os mesmos receberam a título de qualquer das bonificações da Rede Telexfree, inclusive em razão da recompra de contas recebidas por anúncios postados. Do montante a ser restituído aos partners deverão ser deduzidos os valores que os mesmos receberam a título de comissões de venda;

B.6) considerando que os contratos celebrados estabelecem valores em dólares norte-americanos, as devoluções aos partners e divulgadores e os abatimentos do que os mesmos receberam a título de bonificação na rede, gratificação de venda ou contas ativadas, deverão ser considerados em Reais, pelos montante efetivamente pagos e recebidos;

B.7) Os valores a serem restituídos pela ré Ympactus Comercial Ltda. aos divulgadores deverão ser atualizados monetariamente a partir do efetivo pagamento do Fundo de Caução Retornável e dos kits AdCentral ou AdCentral Family, conforme o caso, e sujeitos a juros legais desde a citação (que se deu por meio de comparecimento espontâneo da empresa ré aos autos, em 29/07/2013 p. 880/964).

Os valores das contas ativadas que serão abatidos do montante a ser recebido pelos divulgadores (conforme item B4) deverão ser atualizados monetariamente a partir da data da aquisição dos kits AdCentral e AdCentral Family e sujeitos a juros legais desde a citação.

Os valores das comissões de venda que serão abatidos dos montantes a serem restituídos aos partners e os valores de todas as bonificações recebidas pelos divulgadores, inclusive a título de recompra de anúncios recebidos por postagens de anúncios, deverão ser atualizados monetariamente a partir do recebimento e sujeitos a juros legais a contar da citação.

B.8) considerando que a presente ação é coletiva, os valores determinados nos itens B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7 deverão ser apurados em liquidação de sentença, que poderá ser proposta por cada interessado, no foro do seu domicílio;

C) com amparo nos arts. 186 e 927 do Código Civil, condenar a ré Ympactus Comercial Ltda. a pagar indenização por danos extrapatrimoniais coletivos, no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), sujeito a correção monetária a partir desta data e a juros legais a contar da citação. O valor da condenação será revertido em favor do Fundo Nacional



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

de Defesa dos Direitos Difusos (art. 13 da Lei nº 7.347/85);

D) com amparo no art. 670 do CPC de 1939, vigente por força do art. 1.218, VII, do atual CPC, determinar a dissolução da pessoa jurídica Ympactus Comercial Ltda., remetendo os sócios ao procedimento de liquidação, a iniciar-se no prazo de trinta dias, contado do trânsito em julgado desta Sentença, na forma do art. 955 e seguintes do Decreto-Lei 1.608/39 (arts. 1.111 do CC e 1.218, VII, do CPC), em autos apartados;

E) com amparo no art. 50 do CC, determinar a desconsideração da personalidade jurídica da ré Ympactus Comercial Ltda., estendendo todas as responsabilidades decorrentes da presente Sentença aos seus sócios administradores, os réus Carlos Roberto Costa, Carlos Nataniel Wanzeler;

F) condenar todos os réus à obrigação de não fazer, consistente em não celebrar novos contratos semelhantes ao que foi disciplinado no Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos e em seus antecessores, por meio da pessoa jurídica ré ou por qualquer outro meio, sob pena de multa de R\$100.000,00 (cem mil reais) por cada novo contrato celebrado.

Declaro extinto o processo, com análise do mérito (art. 269, I, CPC).

Considerando que o autor decaiu em parte mínima do pedido, condeno os réus ao pagamento das despesas processuais. Sem honorários advocatícios, pois o autor é o Ministério Público Estadual.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1) Os réus postularam a expedição de alvará judicial para pagamento de débitos ao Hotel Desing Tijuca.

Inferre-se que o pleito já foi acatado por intermédio da decisão proferida nas pp. 41.570/41.571, dos autos da ação cautelar em apenso, que reputou suficiente a caução apresentada como garantia do juízo. Inferre-se, também, que referida decisão foi objeto de recurso de agravo de instrumento, o qual por sua vez considerou-se prejudicado com o advento da sentença proferida nos referidos autos, decidindo-se que a questão deveria ser levada à baila através do recurso de apelação.

Por isso, oportunizo ao autor que informe e demonstre se a questão foi suscitada no âmbito do recurso de apelação interposto em face da sentença proferida nos autos da ação cautelar, devendo também demonstrar o conteúdo de eventual decisão proferida pelo E. Tribunal de Justiça, haja vista que referida ação ainda não foi devolvida a este juízo.

4.2) Indefero o pedido de pp. 20.307/20.322, por meio do qual o assistente técnico dos réus postula



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

expedição de alvará judicial para liberação do montante fixado a título de honorários, haja vista que a decisão de pp. 16.040/16.042 condicionou o levantamento dos valores à apresentação da anuência de ambos os juízes federais que também decretaram a indisponibilidade do patrimônio dos réus, mas ainda não foi apresentada a anuência do juiz criminal.

4.3) Estendo aos pedidos de habilitação formulados nas pp. 20.323/20.332, 20.593/20.602, 20.659/20.671 e 20.646/20.653 o que foi decidido nas pp. 40.715/40.718, item 8, e 40.068/40.075, item 12, dos autos da ação cautelar em apenso, determinando a intimação dos solicitantes.

4.4) Quanto ao julgado e aos documentos apresentados pelos réus nas pp. 20.406/20.489 e 20.572/20.589, reputo-os prejudicados, haja vista que não guardam pertinência com a questão posta em julgamento.

4.5) Certifiquem-se as penhoras no resto dos autos determinadas nas pp. 20.498/20.523, comunicando-se aos juízes solicitantes o que foi decidido nas pp. 40.715/40.718, item 3, o que também deverá ser feito em relação às solicitações de pp. 20.525/20.533, 20.535/20.536, 20.540/20.569, 20.603/20.613, 20.641/20.644

4.6) Informe o Cartório o que foi solicitado nas pp. 20.534, 20.537, 20.570/20.571, 20.640, 20.656, 20.657, 20.658, 20.676, 20.677 e forneça a certidão requerida na p. 20.672

4.7) Informe-se ao respectivo juízo o recebimento da solicitação de pp. 20.538/20.539, a ser atendida após o cumprimento desta Sentença, caso haja saldo remanescente.

4.8) Intimem-se as partes para que tenham ciência do conteúdo dos documentos de pp. 20.616/20.633 e 20.634/20.639.

5) PROVIDÊNCIAS FINAIS

Publique-se, inclusive por meio de edital, para amplo conhecimento dos interessados. Intimem-se.

Cumram-se as determinações contidas no item "4" desta Sentença.

Comunique-se o teor da presente Sentença aos juízes da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal e 1ª Vara Federal Criminal do Espírito Santo e ao E. Relator do recurso de apelação interposto nos autos da ação cautelar preparatória em apenso.

Após o trânsito em julgado, contem-se as custas processuais e intimem-se os réus para pagamento em trinta dias, sob pena de comunicação à Fazenda Pública, para inclusão em Dívida Ativa.

Oficie-se à Junta Comercial do Espírito Santo para que seja averbada a determinação de dissolução perante o registro da empresa, enquanto persistir a liquidação (art. 51, § 1º, CC).

Findo o prazo a que se refere o item "D" da parte



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

dispositiva, certifique-se os réus posses fiéis postularam a liquidação da pessoa jurídica ré em autos apartados. Na hipótese negativa, os autos deverão ser traridos à conclusão.

Ao final, em não havendo outras solicitações, arquivem-se os autos.

Em face dessa sentença, as partes interpuseram embargos de declaração (páginas 20.876/20.889 e 21.296/21.304), devidamente contrarrazoados (páginas 21.530/21.533 e 21.829/21.837), mas rejeitados pela decisão de páginas 22.665/22.675.

Passo seguinte, foram interpostos recursos de apelação, dos réus às páginas 23.096/23.351 e do autor às páginas 23.744/23.758, contrarrazoados às páginas 23.926/23.978 e 24.086/24.090, e recebidos pela decisão de páginas 24.244/24.247, que posteriormente viria a ser impugnada pelo agravo de instrumento n. 0100295-85.2016.8.01.0000, também sob minha relatoria.

O recurso de apelação interposto pelos réus trouxe as seguintes matérias, aqui expostas com brevidade, tal qual índice constante das razões recursais:

- 1 Da ação civil pública movida pelo MPAC;
- 2 Das razões de reforma da sentença recorrida;
 - 2.1 Preliminarmente Da análise dos agravos retidos;
 - 2.2. Preliminarmente Da necessidade de reforma da sentença recorrida em virtude da incompetência absoluta da 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco/AC para apreciar e julgar a ação civil pública e da negativa de vigência ao art. 93 do CDC, aos arts. 1º e 86 e 113 do CPC e ao art. 16 da Lei n. 7.347/1985;
 - 2.3 Do entendimento jurisprudencial diametralmente oposto ao da sentença recorrida quanto à aplicabilidade do art.16 da Lei 7.347/1985;
 - 2.4 Da ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público Estadual e da ofensa ao art. 82, III, pela sentença de piso;
 - 2.5 Da inépcia da petição inicial, da impossibilidade jurídica do pedido e de se efetuar pedido cumulativo;
 - 2.6 Preliminarmente Do descabimento da ação coletiva no caso em testilha;
- 3 Do mérito Do modelo de negócios da Recorrente Impactus e do equívoco da sentença recorrida;
- 4 Da instrução processual realizada nos autos;
- 5 Da 'verdade' e da comprovação de inexistência de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

pirâmide financeira e da viabilidade econômica e da legalidade do negócio;

6 Das provas produzidas pelos Recorrentes;

6.1 Do primeiro ponto controvertido (O que custeava o pagamento dos benefícios da rede TelexFree (pares binários, royalties, Team Builder) são os recursos advindos das vendas das contas VoIP 99TelexFree ou os recursos advindos dos cadastramentos de novos membros à rede (caracterizado pelo pagamento do Fundo de Caução Retornável e do Kit AdCentral ou AdCentral Family);

6.2 Do segundo ponto controvertido (A atividade comercial desenvolvida pela empresa ré caracteriza-se como uma 'pirâmide financeira', sustentada pelo cadastramento de pessoas, ou como uma rede de marketing multinível, destinada à venda direta das contas VoIPTelexFree?);

6.3 Do terceiro controvertido a atividade desenvolvida pela empresa ré seria sustentável se cessassem novas adesões à rede TelexFree (através de pagamento do Fundo de Caução Retornável e do Kit ADCentral ou ADCentral Family);

7 Da premissa impossível e da absoluta má-fé da EY Equívoco teratológico da sentença recorrida;

8 Do estoque e da premissa equivocada da sentença recorrida;

9 Dos fundamentos legais da Suspeição da EY e da nulidade do 'laudo pericial' por ela confeccionado;

9.1 Da aplicabilidade dos arts. 135, II, e IV; 138, III; e 423 do CPC;

9.2 Do histórico da EY;

9.3 Da inexplicável e reiterada campanha da EY para tentar induzir este r. Juízo ao erro;

9.3.1 Da indução ao erro quanto aos cenários projetados e do venire contra factum proprium;

9.3.2 Da indução ao erro quanto ao custo do minuto;

9.3.3 Da indução ao erro quanto aos custos de infraestrutura e terminação;

9.3.4 Da criação de factoides;

9.3.5 Da indução ao erro quanto à 'Cláusula 11.2' do contrato firmado entre a Ympactus e seus Divulgadores e da manipulação do pacta sunt servanda pela EY;

9.3.6 Da indução ao erro quanto à forma de transferência de níveis entre os Divulgadores;

9.3.7 Da indução ao erro quanto aos custos de bonificações e comissões;

9.3.8 Da 'não concordância' da EY e de sua flagrante parcialidade e claro interesse no deslinde da causa;

9.3.9 Da nova relativização do pacta sunt servanda e da indução ao erro quanto ao teor da 'cláusula 12.2' do contrato antigo (17/09/2012) firmado entre a Ympactus e seus Divulgadores;

9.3.10 Da indução ao erro quanto ao período de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

funcionamento da rede apurado;

9.3.11 Da confusão da EY quanto ao pagamento antecipado;

9.4 Da verdadeira simbiose entre os peritos da EY e os assistentes periciais do Ministério Público;

9.5 Da ilicitude da prova pericial produzida pela EY e da ofensa ao art. 5º, LVI da Constituição Federal;

9.6 Da ofensa ao art. 332 do CPC;

9.7 Da jurisprudência quanto à seriedade e isenção do laudo pericial;

9.8 Da impossibilidade da prova ilícita por derivação e a conduta antiética da EY;

9.9 Da falta de conhecimento técnico da EY no mercado de marketing multinível e da decretação de imprestabilidade do laudo;

9.10 da confissão da EY e da necessidade de reforma da sentença recorrida;

10 Da absurda determinação de dissolução da Recorrente e da ofensa ao livre exercício da atividade econômica previsto no art. 170 da Constituição Federal;

11 Da reforma da decisão quanto aos danos morais coletivos;

12 Da impossibilidade de constituição da personalidade jurídica da Recorrente Ympactus Comercial S/A;

13 do abuso do poder de ação e da litigância de má-fé do Ministério Público;

14 Conclusões;

15 Da imperiosa necessidade do presente recurso ser recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo;

16 Do Prequestionamento;

17 Do Requerimento;

O Ministério Público, de seu turno, interpôs recurso de apelação às páginas **23.744/23.758**, nas quais pugnou pela reforma parcial da sentença, especificamente para excluir os sócios da Ympactus Comercial do rol de beneficiados pela devolução elencada no item B e seguintes da sentença e para destinar o todo ou ao menos parte da condenação por danos morais coletivos ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor FEDDC.

Distribuídos ao meu gabinete, proferi decisões e despachos às páginas 24.465, 24.980/24.981, 25.038/25.039, 25.850/25.851, 26.183/26.186, 26.294, e 26.472/26.473, dos quais se destacam as relativas à autuação em apartado dos expedientes encaminhados por outros juízos, requerimentos dos divulgadores, da Fazenda Nacional (ingresso no feito e respectiva remessa à Justiça Federal) e à análise



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

de requerimento dos réus apelantes (certidões de objeto e pé e inconstitucionalidade incidental da Lei Estadual n. 3.166/2016). Também deliberar sobre o pedido de liberação de valores para pagamento de honorários advocatícios, formulado pela apelante Ympactus Comercial S/A, deferindo-o em parte (páginas 26.593/26.602).

Entrementes, os réus apelantes postularam a juntada de documentos às páginas 25.065/25.068 (Boletim de Proteção do Consumidor/Investidor), páginas 25.149/25.154 (matéria veiculada na Revista Exame), 26.503/26.558 (sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de Vitória e informes sobre planos de telefonia) 26.563/26.578 (documentos diversos), atribuindo-lhes a qualidade de novos.

A Procuradoria Geral de Justiça emitiu manifestação, de lavra do Procurador de Justiça Cosmo Lima de Souza, no qual opinou pelo desprovemento de ambos os apelos (páginas 25.280/25.304).

Pautado para o dia 09/12/2016, às 15:00hs, os réus apelantes postularam às páginas 26.703/26.702 a retirada do processo de pauta, sob o argumento de que as partes teriam demonstrado interesse em conciliar.

Os réus apelantes também peticionaram para juntar mídia com documentos, sob a alegação de que havia sido impossível fazê-lo em virtude da extensão e do tamanho (página 26.707). Segundo a certidão de página 26.708, os arquivos somavam aproximadamente 750.000 páginas em formato pdf, cuja juntada aos autos demandaria mais de um ano.

Em seguida, veio aos autos contrato de honorários, em atendimento à decisão de páginas 26.593/26.602.

Deliberei pela retirada de pauta, mas fi-lo em vista da complexidade da matéria indicar a necessidade de pauta exclusiva. Em seguida, determinei a remessa dos autos à Procuradoria Geral de Justiça para que se manifestasse sobre os documentos juntados pelos réus. A manifestação está jungida às páginas 26.777/26.784.

É o relatório.

VOTO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

O Excelentíssimo Senhor Des. Roberto Barros, Relator:

Antes de ingressar na análise dos apelos, faz-se necessário trazer breve resumo das circunstâncias que acompanharam a discussão judicial no primeiro grau de jurisdição.

1. Considerações iniciais

Os recursos de apelação dizem respeito a um dos casos mais numerosos trazidos ao conhecimento do Poder Judiciário acreano na década em curso. O caso telexfree, como ficou conhecido, assumiu dimensões nacionais e internacionais, em vista do imenso número de pessoas envolvidas e recursos financeiros movimentados.

Segundo o *Parquet* o negócio entabulado entre a pessoa Jurídica Ympactus Comercial Ltda., tratava-se não de marketing multinível, mas de verdadeira estrutura piramidal ou de uma variação do esquema Ponzi, haja vista que os recursos que lhe davam sustentabilidade não eram provenientes da venda das contas de telefonia VOIP, denominadas 99Telexfree, mas no recrutamento de novos membros.

Os litígios judiciais tiveram início com o ajuizamento pelo Ministério Público Estadual da ação cautelar preparatória n. 0005669-76.2013.8.01.0001, na qual o autor obteve medida cautelar para bloqueio dos valores existentes nas contas bancárias dos réus e a suspensão de todas as atividades da Ympactus Comercial Ltda.

Os pedidos insertos na ação cautelar inominada foram julgados procedentes pelo juízo *a quo*, cuja sentença foi posteriormente confirmada pela 2ª Câmara Cível, em voto relatado pela Desembargadora Regina Ferrari (acórdão n. 1.597).

Sucessivamente, os apelantes insurgiram-se contra o julgamento por meio de embargos declaratórios, afinal rejeitados (acórdão n. 1.798), e recursos especial e extraordinário, ambos admitidos na origem. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o feito encontra-se sob a relatoria da Ministra Isabel Galloti (Recurso Especial n. 1.574.200 - AC), para julgamento de agravo regimental interposto em face de decisão do Ministro Francisco Falcão, que negou seguimento ao recurso, em decisão de

2380
fls. 280
15



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

20/01/2016.

Ainda pendente de julgamento o Recurso Especial no Agravo de Instrumento n. 0001475-36.2013.8.01.0000. Interposto em face da decisão liminar proferida na ação cautelar (Resp n. 1420659/AC).

Retroagindo à época da concessão da medida liminar na ação cautelar, o Ministério Público do Estado do Acre ajuizou esta ação civil pública, na qual postulou a declaração de nulidade dos negócios jurídicos celebrados entre os divulgadores e a empresa ré, porquanto ilícitos e envolvidos em simulação, a reparação de danos individuais e coletivos, a dissolução da pessoa jurídica, dentre outros.

Os réus apresentaram defesa, salientando a inexistência de pirâmide e a viabilidade do negócio; incompetência absoluta do juízo *a quo*; ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público Estadual; inépcia da petição inicial; impossibilidade jurídica do pedido e impossibilidade de pedido cumulativo; inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor; descabimento da ação coletiva; absurdez do requerimento de dissolução coletiva e da ofensa ao livre exercício da atividade econômica; validade dos negócios entabulados com os divulgadores; impossibilidade de devolução dos valores pagos; abuso do poder de ação e litigância de má-fé.

Diversas questões foram objeto de discussão na ação civil pública, tais como, revogação da inversão do ônus da prova; aplicação de multas por litigância de má-fé aos réus; exibição de documentos (livros contábeis, data center, movimentação financeira); rejeição das preliminares arguidas pelos réus; impedimento/suspensão da pessoa jurídica Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda. para atuar como perita do juízo; liberação de parte dos valores bloqueados na ação cautelar incidental para fins de pagamento de obrigações assumidas em empreendimento hoteleiro; encerramento da instrução e indeferimento de produção de outras provas; e, após a sentença, recebimento dos apelos apenas no efeito devolutivo; disponibilização dos back offices dos divulgadores etc.

Em vista das decisões proferidas ao longo da ação preparatória e da ação civil pública, um sem número de recursos foi interposto diretamente ao juízo *a quo* - o Ministério Público em menor quantidade; embargos de declaração, agravos retidos, embora apenas dois tivessem o julgamento reiterado nas razões de apelo. Junto ao Tribunal de Justiça agravos de instrumento, agravos regimentais, embargos de

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível



2381
fls. 26/59
11/0

declaração, sem contar os recursos de apelação, dentre os quais figura o apelo ora em julgamento. Perante os Tribunais Superiores, como dito, pendem de julgamento recursos especiais e extraordinários. Registra-se, ainda, ter havido reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal (Rcl 17.462/AC).

Muitos foram os pedidos de assistência litisconsorcial formulados pelos divulgadores da apelante Ympactus. Esses pleitos restaram indeferidos com base no item 12 da decisão proferida às páginas 40.068/40.075 dos autos da ação cautelar.

Além dos pedidos de assistência litisconsorcial, também vieram aos autos inúmeros expedientes de outros juízos que a despeito da ação coletiva receberam ações individuais ajuizadas pelos divulgadores. Há, assim, penhoras no rosto dos autos e pedidos de reserva de numerários. Em relação a esses, confira-se o item 3 da decisão de páginas 40.715/40.718 da ação cautelar.

De igual forma, pedidos de habilitação de crédito foram apresentados em profusão, sendo indeferidos com base no item 7 da decisão de páginas 40.715/40.718 da ação cautelar.

Os divulgadores, tão logo proferida a sentença, ingressaram com pedidos de liquidação de sentença diretamente nos autos da ação civil pública, os quais foram igualmente indeferidos, sob o fundamento de que a execução individual da ação coletiva deveria ocorrer em autos apartados.

Todos esses pedidos, somados à vasta produção documental carreada pelas partes, contribuíram para que os autos assomassem em volume, atingindo mais de vinte e seis mil páginas, cujo manuseio somente não se tornou impossível porque se trata de processo eletrônico.

Proferida a sentença, que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados pelo autor, ambas as partes pretendem reformá-la no todo ou em parte, do que cuidarei nos próximos tópicos.

2. Do apelo interposto pelos réus

2.1. Dos pressupostos de admissibilidade recursal

Em vista da prejudicialidade representada pelo recurso dos réus e também porque interpostos por primeiro, analiso-o com precedência ao apelo do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Ministério Público.

Os réus são sucumbentes; o recurso é cabível, encontra-se preparado (pagina 23.352); é tempestivo, já que a decisão de páginas **22.665/22.675** fora disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 12/11/2015, com início do prazo em 16/11 (páginas 22.676), enquanto a interposição do apelo deu-se em 30/11/2015 (página 23.096).

Razão disso, conheço do recurso, mas não de forma integral, vez que o recurso traz questões acobertadas pela preclusão, afetando parte do interesse recursal, como adiante será explanado.

2.2. Das preliminares suscitadas pelos apelantes. Preclusão

Nos subitens 2.2 a 2.6, os apelantes arguíram preliminares de incompetência absoluta da 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, legitimidade ativa do Ministério Público do Estado do Acre, inépcia da petição inicial da ação civil pública, impossibilidade jurídica do pedido e cumulação indevida de pedidos e descabimento da ação coletiva no caso em testilha.

A questão, contudo, não é nova, pois já objeto do despacho saneador.

A propósito, eis o que dispôs o juízo a quo na sentença objurgada, *verbis*:

"Todas as teses preliminares foram objeto de apreciação em decisão saneadora, havendo sido rechaçadas. Desde então não ocorreu qualquer alteração fática capaz de ensejar a modificação do que já restou decidido, tornando desnecessária nova análise de todas as preliminares reiteradas pelos réus em alegações finais.

Também restou decidido que os negócios jurídicos firmados entre a empresa ré e os divulgadores, em essência, não se referem a relações de consumo, afastando-se por esse motivo a incidência das regras do Código de Defesa do Consumidor, inclusive a que possibilita a inversão do ônus da prova. Por conseguinte, manteve-se a regra ordinária de distribuição probatória, prevista no art. 333 do CPC.

Registre-se, por oportuno, que são aplicáveis ao caso em exame as regras expressas no Título III, do Código de Defesa do Consumidor, já que o feito se refere a ação coletiva, à qual são aplicáveis tais determinações, independente de versar ou não sobre relações consumeristas (art. 21 da Lei nº 7.347/85).", (sic)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

De efeito, a decisão saneadora encontra-se junta às páginas 8.210/8.233. Todas as preliminares arguidas pelos réus foram analisadas e repelidas naquela ocasião.

Inconformados com esse *decisum* os ora apelantes interuseram embargos de declaração (pp 8.309/8.344), rejeitados liminarmente (pp. 8.346/8.349), seguidos de novos embargos de declaração (pp. 8.370/8.385), igualmente rejeitados, com aplicação de multa no importe de dez mil reais (pp. 8.397/8.398).

Fora interposto agravo de instrumento, autuado sob n. 000229-68.2014.8.01.0000 e distribuído à relatoria da Desembargadora Regina Ferrari, que não obstante ter-lhe conferido parcial efeito suspensivo, apresentou voto pelo desprovemento do recurso, no que foi seguida à unanimidade pelos demais membros da Segunda Câmara Cível.

Por oportuno, transcrevo a ementa do acórdão n. 814:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. "DESPACHO" SANEADOR. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL SINGULAR PARA JULGAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE ABRANGÊNCIA NACIONAL. ILEGALIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INÉPCIA DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PEDIDO CONDENATORIO E COMINATORIO ANTE A LITERALIDADE DO ART. 3º DA LACP. ÔNUS DO AUTOR DA DEMANDA COLETIVA DE ARCAR COM HONORÁRIOS DA PERÍCIA. APLICAÇÃO DA "TERCEIRA TESE" FORMADA NO ERESP n. 981.949/RS PARA CONFERIR A FAZENDA PÚBLICA VINCULADA AO AUTOR DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA O ÔNUS DE ARCAR COM AS DESPESAS DO EXPERT. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 232 DO STJ. PERDA PARCIAL DO INTERESSE RECURSAL. PRECLUSÃO LÓGICA. INCOLUMIDADE À VIGÊNCIA DO ARTIGO 18 DA LACP. OMISSÕES DA DECISÃO AGRAVADA E INAPLICABILIDADE DA MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 538 DO CPC. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 179 DO CPC. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO NEMO TENETUR SE DETEGERE. INOCORRÊNCIA. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR SUSPENSIVA DA ATIVIDADE NEGOCIAL COM BASE NA CONTRATAÇÃO DE SEGURO. SUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA SUSPENSÃO DA ATIVIDADE NEGOCIAL DESENVOLVIDA PELA PESSOA JURÍDICA AGRAVANTE. FREQUENTIONADA. A MATÉRIA INERACONSTITUCIONAL E CONSTITUCIONAL SUSCITADA.

1. Malgrado a redação conferida ao artigo 16 da LACP, a sentença genérica proferida em ação civil coletiva não tem sua eficácia e efeitos limitados à trincheira territorial do órgão prolator. Precedentes STJ.
2. Informado pelo princípio da presunção de legitimidade ativa só pela afirmação de direito coletivo, o caráter econômico e a eventual inexistência de relação de consumo entre os contendores não retira do Ministério Público a legitimidade ad causam na ação civil pública de notória relevância social.
3. Não subsiste a inépcia da inicial quando a causa de

2382
11/2/2017
11/2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

pedir e os pedidos são compatíveis entre si, a partir da leitura da peça inaugural de demanda coletiva (teoria da asserção), que veicula pretensão de obrigação de pagar, fazer e não-fazer, porquanto a conjunção "ou" expressa no artigo 3º da LACP deve ser tomada em sentido aditivo. Precedentes do STJ;

4. Interposto o recurso no desiderato de compelir o Órgão Ministerial ao adiantamento das despesas da prova pericial, o ato voluntário dos recorrentes de arcar com parcela dos honorários do expert representa comportamento contraditório ensejador de preclusão lógica que retira o interesse de agir neste ponto da insurgência.

5. O Superior Tribunal de Justiça adotou a chamada "terceira tese" por meio do EREsp n. 981.949/RS, de modo a harmonizar o dever de adiantar os honorários periciais à dinâmica do código de processo civil mantendo-se incólume a vigência do art. 18 da LACP.

6. O magistrado não é obrigado a refutar um a um dos argumentos sufragados pelo recorrente bastando abordar as questões necessárias à solução da controvérsia.

7. Não demonstrado o prejuízo na prática de atos processual durante o recesso forense inexistente desrespeito ao 179 do CPC.

8. O juiz como destinatário da prova pode praticar os atos instrutórios pertinentes ao deslinde das questões controvertidas postas na demanda, podendo, inclusive, solicitar a exibição da coisa ou documento de quem o possuir. Por essa razão, o réu não se exonera do dever de exibir a prova que, apesar de faticamente não se encontrar em seu poder, mas dela pode dispor juridicamente.

9. O princípio nemo tenetur se detegere no campo processual cível é informado pelo dever, e não faculdade, de cooperação, salvo diante de autoincriminação, o que inócorre na espécie à vista dos pontos controvertidos fixados na origem.

10. Presentes os fortes indícios de que a atividade negocial não tem sustentabilidade por se reger sob a forma de "pirâmide financeira", assentados em ação cautelar preparatória já sentenciada, não há razão para revogação da suspensão do funcionamento da pessoa jurídica, inclusive mediante a pactuação de seguro e sob a alegação genérica de violação ao disposto no artigo 170 da CF/88.

11. Admitida, doravante, a intervenção do Estado do Acre, na qualidade de terceiro interessado, todavia prejudicado o pleito de reconsideração da decisão concessiva de efeito suspensivo ativo.

12. Declarada a perda parcial do interesse recursal pela preclusão lógica, com a consequente revogação da antecipação de tutela recursal outrora concedida. Questões preliminares rejeitadas.

13. Agravo de Instrumento desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 0000229-68.2014.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

desprover o agravo de instrumento, nos termos do voto da relatora e das mídias eletrônicas.

O Agravo de Instrumento n. 000229-68.2014.8.01.0000 foi, ainda, objeto de impugnação por embargos declaratórios, rejeitados em acórdão lavrado sob n. 933, *verbis*:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. VICIOS NÃO CARACTERIZADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada. Não cabimento para provocar novo julgamento da lide.

2. Ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento, os aclaratórios não podem ser acolhidos quando inexistentes as hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil. Precedentes do STJ.

3. Embargos Declaratórios rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração n. 0000229-68.2014.8.01.0000/50000, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, rejeitar os embargos, nos termos do voto da relatora e das mídias eletrônicas.

Os recursos extraordinário e especial foram admitidos pela então Vice-Presidente, Desembargadora Cezarinete Angelim, seguindo-se à remessa à instância superior.

Nesse cenário, afigura-se óbice à (re)análise das preliminares arguidas pelos apelantes, porquanto já enfrentadas anteriormente pela decisão saneadora proferida pelo juízo *a quo* e quando do julgamento do agravo de instrumento interposto pelos ora apelantes.

Mesmo a preliminar de descabimento da ação civil pública, suscitada desde a contestação, por não versar a discussão sobre relação de consumo, direitos coletivos, individuais homogêneos, de natureza indivisível e indisponível, está imbricada à legitimidade do próprio Ministério Público, o que também atrai a incidência da preclusão.

Eis o trecho das razões recursais que alicerçam essa conclusão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

"Pelo exposto, deve-se aplicar o disposto no art. 267, VI do CPC e reformar a sentença para o fim de extinguir o feito em virtude de que o Parquet, ora Apelado, além de não ser parte legítima, não tem verdadeiro interesse processual, inexistindo, portanto, a possibilidade jurídica do pedido". (p. 23.152)

Aplicam-se à matéria as disposições do art. 473 do Código de Processo Civil/1973:

Art. 473. É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.

Vale dizer, as questões já decididas não podem ser objeto de reanálise, ainda que acenadas no bojo da apelação, sob pena de emprestar ao efeito devolutivo do apelo amplitude inexistente.

Transcrevo alguns esclarecedores julgados que corroboram o quanto afirmo:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO AFASTADA NO DESPACHO SANEADOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. QUESTÃO RENOVADA NA APELAÇÃO. PRECLUSÃO. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme assentado na jurisprudência desta Corte, "Afastada a prescrição no despacho saneador e não havendo recurso, opera-se a preclusão, não sendo admissível a rediscussão da matéria no âmbito de apelação. Precedentes: AgREsp 1.013.225/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 04.02.09; AgREsp 1.069.442/PR, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 03.11.08; AgREsp 1.045.481/PR, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 28.08.08; REsp 706.754/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 05.05.08; REsp 595.776/MG, Rel. Min. Denise Arruda, DJU 04.12.06." (REsp 1.147.112/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/8/2010, DJe de 19/8/2010) 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 411.528/MG, Rel. Ministro PAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 11/05/2015)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA - CONEXÃO - DESPACHO SANEADOR - NOVA ANÁLISE - IMPOSSIBILIDADE - PRECLUSÃO - RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM 1. Decidida a questão da conexão em despacho saneador, não há que se analisá-la novamente em sede de apelação, sob pena de vulneração do instituto da preclusão, ao se proferir nova decisão sobre a mesma matéria. 3. Sentença cassada.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

(TJ-AC - AC: 10024038241324002 MG, Relator: José Arthur Filho, Data de Julgamento: 07/07/2015, Câmara Cível, 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/07/2015)

APELAÇÃO CÍVEL. MUNICÍPIO DE CASA NOVA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO NO DESPACHO SANEADOR. DECISÃO NÃO AGRAVADA. PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO EM SEDE DE APELAÇÃO. RECURSO EXTEMPORÂNEO E INADEQUADO.

(...)

2. Considerando que o despacho saneador ostenta natureza de decisão interlocutória, a irrisignação do apelante contra a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva não é só extemporânea, como também inadequada, pois deveria ter lançado mão do recurso de agravo, no momento oportuno.

3. Não havendo, nos autos, qualquer notícia da interposição de agravo contra o despacho saneador, a questão encontra-se abarcada pela preclusão, sendo terminantemente vedada a reapreciação pelo Poder Judiciário, de ofício ou mediante provocação.

4. As questões de ordem pública não se submetem à preclusão temporal, razão pela qual costuma-se afirmar que podem ser alegadas em qualquer tempo e grau de jurisdição; não obstante, uma vez decididas pelo magistrado, subordinam-se à preclusão consumativa como qualquer outra. Apelo não conhecido.

(TJ-BA - APL: 00015371120108050052 BA 0001537-11.2010.8.05.0052, Relator: Rosita Falcão de Almeida Maia, Data de Julgamento: 26/11/2013, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 27/11/2013)

Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. ART. 473 DO CPC.

A matéria ora devolvida ao Tribunal foi objeto de apreciação judicial anterior, razão pela qual vedada a sua rediscussão. Preclusão configurada, nos termos do art. 473 do Código de Processo Civil. Precedentes do STJ e do TJRS. Negado seguimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento N° 70060982147, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Delgado, Julgado em 21/08/2014)

Isso posto, **VOTO** pelo **não conhecimento** das preliminares arguidas no recurso manejado pelos réus.

2.3. Da atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Preclusão

No item 15 das razões recursais, os réus advogaram a necessidade imperiosa de atribuição de efeito suspensivo ao apelo, asserindo que sua ausência

25

(2384) del
2384
R\$ 2384,00
2384

Este documento foi liberado nos autos em 08/02/2017 às 16:20, é cópia do original assinado digitalmente por ROBERTO BARROS DOS SANTOS. Para verificar a autenticidade acesse o site <http://pca.tj-ac.br> informe o processo 0800224-44.2013.8.01.0001 e código 1EE8D2.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

geraria situações drásticas de *periculum in mora* para si e para a coletividade de divulgadores.

Sustentaram serem gritantes os prejuízos e embaraços causados aos seus negócios, além de ser inegável que os recursos interpostos poderiam sofrer longa demora em sua tramitação, em evidência do *periculum in mora*, ao passo de não causar nenhum dano ao Ministério Público ou a terceiros.

Advogaram que o *fumus boni iuris* estava diretamente imbricado ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e na absoluta impenhorabilidade da remuneração, prevista no art. 7º, X, da Constituição da República, e art. 649, IV, do Código de Processo Civil.

Acresceram que se divisava o *fumus boni iuris* no fato de que a decisão recorrida fora proferida por juiz absolutamente incompetente e ignorara a ilegitimidade ativa do Parquet para representar não-consumidores detentores de direitos não homogêneos e disponíveis.

Ainda fundamentando a presença de *periculum in mora*, afirmaram ser inadmissível a restrição às suas atividades empresarial e econômica, fazendo com que permanecessem em situação de miserabilidade e sem possibilidade de sustento.

Todavia, à exceção da argumentação voltada à incompetência do juízo *a quo* e à ilegitimidade ativa do Parquet, todas as demais assertivas do apelante foram reproduzidas no agravo de instrumento n. 0100307-02.2016.8.01.0000, interposto em face da decisão proferida às páginas 24.244/24.247, cujo julgamento ocorreu no dia 2 de dezembro de 2016.

Vale dizer, tal qual as alegações de incompetência absoluta e ilegitimidade ativa deixaram de ser conhecidas neste apelo em virtude da preclusão, também a pretensão para que seja atribuído efeito suspensivo impróprio ao recurso de apelação encontrará óbice no art. 473 do Código de Processo Civil de 1973, vez que o agravo de instrumento n. 0100307-02.2016.8.01.0000 foi desprovido, à unanimidade, conforme acórdão assim ementado (acórdão n. 3.836):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CASO TELEXFREE. JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATORIOS EM FACE DA SENTENÇA E RECEBIMENTO DA APELAÇÃO EM APENAS UM EFEITO. DECISÕES DISTINTAS ATACADAS NO MESMO RECURSO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. IMPERIOSA AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE. INÍCIO DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA EFETIVA CIÊNCIA DE CADA DECISÃO. CONHECIMENTO

Endereço: Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, CEP 69.915-631, Tel. 68 3302-0444/0445, Rio Branco-AC - Mod. 500239 - Autos n.º 08/0224-44.2013.8.01.0001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

PARCIAL. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO. CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS CONCEDIDAS NA AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO OPE LEGIS. INEXISTÊNCIA. CONCESSÃO OPE JUDICIS. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. OBRIGAÇÃO DE DISPONIBILIZAR ACESSO AOS BACK OFFICES DOS DIVULGADORES. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. PODER GERAL DE CAUTELA. DELIBERAÇÃO POSTERIOR À SENTENÇA E CONCOMITANTE AO RECEBIMENTO DOS APELOS. IMPOSSIBILIDADE. ARTS. 463 E 800 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/1973.

1. Agravo de instrumento interposto pelos réus na ação civil pública n. 0800224-44.2013.8.01.0001 (caso telexfree), no qual se insurgem contra as decisões de páginas 22.665/22.675 e 24.244/24.247, sob argumentação de que o primeiro decisum impusera novas condições para levantamento de valores relativos ao investimento hoteleiro da agravante Ympactus Comercial SA e que o segundo deixara de receber recurso de apelação no efeito suspensivo, negara-lhes acesso aos extratos dos depósitos judiciais e os obrigara a disponibilizar informações dos back offices dos divulgadores em sítio na internet.
2. Conquanto o princípio da unirrecorribilidade não proíba a interposição de único recurso para combater decisões distintas, a tempestividade deve ser aferida a partir da ciência inequívoca de cada um dos atos judiciais objurgados.
3. Nessa toada, constatado que a decisão de páginas 22.665/22.675 fora disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico que circulara dia 12/11/2015 e que na edição nº 5.579, do Diário de Justiça Eletrônico, disponibilizada na sexta-feira, 12/02/2016, a partir da qual os agravantes computaram o decêndio legal para interpor o agravo de instrumento, constou apenas ato ordinatório destinado à cientificação dos advogados dos divulgadores da telexfree interessados em integrar o feito como assistentes ou em habilitar seus créditos, apenas a parte do recuso que impugna a decisão de páginas 24.244/24.247 merece conhecimento.
4. Em suma, não é o ato ordinatório publicado no Diário Oficial Eletrônico de 12 de fevereiro de 2016 o início do prazo recursal para impugnação da decisão de página 22.665/22.675, mas, sim, a intimação constante do Diário de Justiça Eletrônico que circulou dia 12/11/2015, o que torna preclusa qualquer impugnação desse decisum pelo agravo em análise.
5. O recurso de apelação interposto em face da sentença que confirmou as medidas acauteladoras concedidas por ocasião do julgamento da ação cautelar preparatória deve ser recebido apenas no efeito devolutivo, a teor do art. 520, VII, do Código de Processo Civil/1973.
6. Ademais, inexistente a presença de requisitos para conferir ope judicis o almejado efeito suspensivo, mormente quando a dissolução da pessoa jurídica Ympactus Comercial S/A está condicionada ao trânsito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

- em julgado da decisão proferida na ação civil pública e nenhuma medida de transferência de patrimônio poderá ser efetivada, sem caução idônea.
7. Não há na decisão de páginas 24.244/24.247 qualquer determinação para que seja franqueado acesso ao saldo das contas vinculadas, mas não às informações aos respectivos extratos, muito pelo contrário.
8. É vedado ao julgador a quo conceder medida amparada no poder geral de cautela após ter sido proferida sentença e entregue a prestação jurisdicional. Assim, não obstante os agravantes escudarem-se na impossibilidade material de cumprir a obrigação de disponibilizar acesso aos back offices dos divulgadores nos sites www.telxfree.com ou www.telxfree.com.br, condicionando a implementação da sugestão de utilização de domínio alternativo ao pagamento de custos necessários, certo é que uma vez interposto o recurso pelas partes toda e qualquer medida cautelar deveria ser dirigida ao Tribunal de Justiça, consoante inteligência dos arts. 463, 798 e 800, do Código de Processo Civil/1973.
9. O afastamento dessa determinação não ensejara obstáculos aos divulgadores que pretendem executar a sentença coletiva, ainda que provisoriamente, haja vista a possibilidade de pleitearem a exibição dos dados relativos às movimentações financeiras entabuladas com a agravante Ympactus Comercial SA. Precedentes jurisprudenciais deste Tribunal de Justiça.
10. Agravo de instrumento parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido.

Razão disso, VOTO pelo não conhecimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao apelo dos réus.

2.4. Das alegações de suspeição da perita oficial, Ernest & Young. Preclusão.

No item 9, dividido em subitens de 9.1 a 9.10, os apelantes sustentaram a parcialidade da empresa perita, Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda, e a nulidade do laudo pericial por ela confeccionado.

Compulsando os autos, verifica-se que logo após ter sido nomeada pelo juízo a quo como perita a Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda. atravessara petição na qual reportara ter sido instada pelos representantes judiciais dos réus a dar-se por suspeita em vista de anteriores tratativas, afinal infrutíferas, visando à contratação de seus serviços. A empresa perita, conquanto reconhecesse a existência



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

dos contatos, não anuía com a suspeição (páginas 8.394/8.396).

Nesse ponto, breves parênteses, já que os autos da ação civil pública contaram com manifestações tanto da Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda. quanto da Ernest & Young Audidores Independentes, ambas em sentidos diametralmente opostos, pois enquanto a primeira afastara de si qualquer suspeição, como já visto, a segunda declinara do múnus (páginas 8.937/8.838). O Juízo a quo indeferiu esse último pleito (páginas 8.956/8.957), no entanto, como esclarecido posteriormente, trata-se de pessoas jurídicas distintas (páginas 9.126/9.127).

Apesar disso, a ré Ympactus Comercial S/A interpôs agravo de instrumento (autos n. 0000524-08.2014.8.01.0000) em face da decisão de páginas 8.956/8.957, insurgindo-se quanto ao indeferimento da recusa. Ocorre que o recurso teve negado o seguimento em vista da deficiente formação do instrumento, consoante decisão monocrática publicada em 14 de março de 2014. Eis o trecho mais elucidativo do *decisum*:

A ser assim, compulsando os autos (verso e anverso), observe que o presente recurso de Agravo de Instrumento não merece seguimento, e assim o digo, ante a constatação da ausência de requisito recursal essencial de admissibilidade, qual seja, juntada do instrumento procuratório ao(s) causidico(s) subscritores do mencionado recurso, como exige o Código de Processo Civil. (destaques do original)

Entrementes, a ré Ympactus Comercial S/A formulou exceção de impedimento, autuada sob n. 0000027-88.2014.8.01.0001, posteriormente rejeitada, consoante decisão que se encontra jungida aos autos da ação civil pública (páginas 9.475/9.480). Extraio algumas passagens dessa decisão:

É fato incontroverso (admitido pela excepta) e demonstrado pelos documentos colacionados aos autos (pp. 24/30 e 49/66) a existência de tratativas entre as partes, que culminaram na apresentação de minuta para discussão colacionada nas pp. 49/66.

Também é incontroverso que após a apresentação da referida minuta, datada de abril de 2013, as negociações não avançaram e a contratação não se efetivou.

No entender da excipiente, tais acontecimentos impedem a excepta de exercer a função de perita, por força do que dispõe o art. 134, II, combinado com o art. 138, III, ambos do CPC:

...



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Entretanto, a situação relatada não se subsume às referidas regras processuais, que seriam aplicáveis acaso a excepta houvesse participado da ação na qual foi nomeada perita, porém exercendo função diversa como mandatária ou testemunha, o que por certo não ocorreu.

Poder-se-ia sustentar a suspeição da excepta, fundada na regra do art. 135, IV, do CPC (aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa), acaso houvesse realmente prestado à excipiente os serviços propostos na minuta de pp. 49/66 que, muito embora não sejam idênticos, assemelham-se ao objeto da perícia.

Os argumentos da excipiente não se sustentam. Haveria quebra do dever de sigilo profissional acaso a perita fosse chamada a divulgar informações as quais teve acesso quando da elaboração de outro trabalho. Porém, a excepta não realizou qualquer trabalho à excipiente, nem tampouco está sendo chamada a divulgar qualquer informação que lhe tenha sido passada por ocasião das negociações que manteve com a excipiente. O objeto do trabalho da excepta é responder aos questionamentos formulados pelo juízo e pelas partes na ação na qual foi nomeada perita, possibilitando a elucidação dos pontos controvertidos da demanda.

Para tanto, a perita poderá valer-se de toda a documentação presente nos autos, admitindo-se-lhe, ainda, todas as diligências relacionadas no art. 429 do CPC.

As normas de confidencialidade transcritas pela excipiente em sua inicial deixam clara a proibição do auditor independente revelar informações que obteve e tem conhecimento em função de seu trabalho na entidade auditada (1.6.1.2 das Normas Brasileiras de Contabilidade). Por certo tal vedação não será violada pela excepta no curso de sua função de perita porque jamais auditou a empresa excipiente.

Quanto ao segundo argumento suscitado pela excipiente, no sentido de que o valor exorbitante solicitado pela excepta a título de honorários periciais justificaria a substituição desta última, tenho que é questão a ser definida nos autos da ação principal, onde será definido o valor dos honorários. Ademais, a circunstância não configura nenhuma hipótese de impedimento ou mesmo de suspeição.

Em face dessa decisão não foi interposto o recurso cabível, qual seja, agravo de instrumento, tomando preclusa toda e qualquer impugnação baseada em tais alegações.

Eis que após a apresentação do laudo pericial complementar, a ré



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Ympactus Comercial S/A noticiou ter apresentado exceção de suspeição, nas quais formulou as mesmas alegações que se encontram reiteradas no item 9 do apelo. dentre elas, (I) a inexplicável e reiterada campanha da EY para tentar induzir este r. Juízo ao erro; (II) da indução ao erro quanto aos cenários projetados e do *venire* contra *factum proprium*; (III) da indução ao erro quanto ao custo do minuto, etc.

Essa última exceção de suspeição foi autuada sob n. 0705061-66.2015.8.01.0001 e igualmente rejeitada pelo juízo *a quo*, nos termos da decisão a seguir transcrita parcialmente, abrangendo os trechos mais expressivos:

Merece ser registrado que em mais de uma ocasião a excepta mencionou que pretendeu contratar a empresa perita para lhe prestar serviços e que o negócio só não foi firmado em razão da divergência quanto ao preço cobrado. Este argumento, inclusive, deu ensejo ao incidente nº 0000027-88.2014.8.01.0001, por meio do qual a excipiente arguiu o impedimento da ora excepta, sem contudo mencionar qualquer situação concreta que desabonasse a empresa.

É contraditória a postura da excipiente, que primeiro se insurge contra a nomeação da excepta como perita porque já havia pretendido ter relação comercial com a mesma, e em outro momento argui a suspeição da mesma empresa, sob argumento de que é inidônea porque está envolvida em escândalos.

...

Há fortíssimos indícios de que a própria excipiente tenha feito as fotografias, o que redundaria na intempestividade da presente exceção, já que suscitada cerca de um ano depois do ocorrido, coincidentemente apenas depois que a excepta apresentou o laudo pericial e o laudo complementar, trazendo considerações que não coadunam com os interesses da excipiente no processo.

De qualquer maneira, e ainda desconsiderando-se o argumento do autor, no sentido de que seus assistentes técnicos sequer sentaram-se à mesma mesa que os peritos durante o almoço, as fotos apresentadas pela excipiente não revelam a simbiose alegada, ou mesmo qualquer aparência de relacionamento de amizade ou de intimidade.

O excepto demonstrou que o local do almoço era próximo ao escritório onde estava sendo realizada a reunião de trabalho, não deixando nenhuma margem de dúvida de que o almoço se deu no intervalo da reunião e não em evento social como quis fazer crer a excipiente.

Enfim, o episódio não tem nenhuma relevância jurídica. Não é motivo sequer para levantar suspeitas

31



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

de comprometimento da isenção ou da imparcialidade dos peritos. Não revela qualquer fato capaz de ensejar a suspeição da empresa perita.

O que ocorreu em verdade foi que em seu laudo pericial a experta realizou estudos de viabilidade econômico-financeira do modelo de negócio sob análise, mas não considerou em seus modelos a possibilidade contratual que a excipiente tinha de não recomprar as contas dadas aos divulgadores em pagamento pelos anúncios semanais. A excipiente insurgiu-se, alegando a relevância de considerar-se a incidência da cláusula e solicitando em quesito complementar que fosse apresentado novo estudo de viabilidade que a levasse em conta. Em seu laudo complementar, a excipiente apresentou o estudo solicitado pela excipiente, mas relacionou as razões pelas quais reputava inadequada a incidência da cláusula.

Na Sentença, restou consignado que os peritos não se excederam ao apontar as razões da inconveniência de incidência da cláusula 13.2, pois faz parte de sua atribuição ponderar ao juízo todas as razões das análises efetuadas, lembrando-se que os estudos foram elaborados sob a dinâmica real da rede, que em alguns aspectos divergia das disposições contratuais.

Em suma, também este argumento não ampara a pretensão de declarar-se a suspeição da empresa perita, que desempenhou com competência a tarefa que lhe foi passada pelo juízo.

Quanto à alegação de que os peritos não teriam analisado toda a base de dados da excipiente, a Sentença também menciona que o trecho do laudo pericial no qual se baseia diz respeito apenas aos ganhos escalonados (os peritos não analisaram se todos os níveis superiores auferiram mais bonificações que os níveis inferiores). Não há qualquer dúvida de que todos os dados foram objeto de detida análise, sem o que sequer seria possível responder-se aos quesitos formulados. O assunto, aliás, não guarda qualquer relação com o presente incidente, vez que eventuais falhas do laudo pericial não ensejam suspeição do perito.

O mesmo pode ser dito em relação às teses de que a excipiente zombou do juízo ao fazer referência à p. 67; tentou induzir o juízo a erro quanto à forma de transferência de níveis entre os divulgadores (admitiu no laudo complementar que as transferências ocorriam independente de nível); quanto ao pagamento de comissões e bonificações; e quanto ao período de funcionamento da rede apurado.

Também não merece acolhida a assertiva de que o laudo pericial pode não ter sido confeccionado pela empresa



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

perita, pois alguns de seus trechos foram redigidos na terceira pessoa do plural.

...

A questão em torno do custo da infraestrutura e terminação das contas 9Telexfree também foi tratada na Sentença. Apurou-se que a excipiente não arcava com tais custos, mas que por insistência do autor, os peritos tiveram que estimá-los, o que foi feito apenas para atender a determinação judicial e não em demonstração de qualquer conduta que revele suspeição.

Também já foi mencionada na Sentença a tese de que o nome que a excipiente deu ao trabalho ("Projeto Ramsés") comprometeu sua isenção. A excipiente esclareceu que o nome foi escolhido porque o escopo da perícia era justamente desvendar se o modelo de negócio configurava ou não uma pirâmide financeira. O fato também não revela nenhuma circunstância comprometedora da imparcialidade da empresa perita.

Nenhum dos inúmeros argumentos apresentados pela excipiente para amparar sua tese de que a excipiente é suspeita para exercer a função de perita na ação principal merece acolhida. Revelam, em grande parte, o descontentamento da excipiente com o resultado da prova pericial, o que por certo não coaduna com as circunstâncias de suspeição relacionadas no art. 135 do CPC, e que se aplicam aos peritos em razão do que dispõe o art. 138, III, do CPC. Não restou apurado alegado interesse dos peritos no deslinde da causa ou mesmo qualquer violação ao Código de Ética Profissional do Contador.

Destarte, rejeito o presente incidente de suspeição da empresa Ernest & Young, mantendo-a na função de perita, para a qual foi nomeada nos autos nº 0800224-44.2013.8.01.0001, já havendo, inclusive, concluído seu mister. (destaques do original)

Sobreveio a interposição de agravo de instrumento n. 0100295-85.2016.8.01.0000, relatado pela Desembargadora Waldirene Cordeiro, de julgamento recente pelo órgão colegiado, cujo acórdão está assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. HIPÓTESES DO ART. 135, DO CPC. ROL TAXATIVO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. A exceção de suspeição do perito deve se basear nas hipóteses elencadas no art. 135, do CPC, aplicáveis aos peritos por força do art. 138, III, da mesma lei processual.

2. Para a caracterização da suspeição é necessária a comprovação da parcialidade do agente nos moldes do art. 135 do CPC, não bastando a alegação de incoerência no laudo ou irresignação quanto à



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

conclusão ou ainda, simbiose entre os funcionários do Ministério Público.

3. Recurso conhecido e desprovido.

(AI 0100295-85.2016.8.01.0000, Segunda Câmara Cível, Desembargadora Waldirene Cordeiro, j. 03 de junho de 2016)

Colaciono o seguinte trecho do voto da Desembargadora relatora:

14. In concreto, pretende a Agravante a cassação da decisão que afastou a exceção de suspeição contra a EY.

15. Pois bem. Da leitura da peça recursal que se diga tratar de repetições das peças de 'exceção de suspeição' e 'embargos de declaração' não logrou a Agravante demonstrar a existência de suspeição, conforme gira o art. 135 e art. 136, ambos do CPC-1973, porquanto o fato de ocorrer 'socialização' entre servidores do Ministério Público com o Perito da Agravada, não enseja, per si, o reconhecimento de feitura de 'laudo fictício'.

16. Fato é que, os argumentos da Agravante se acham desprovidos de provas, minguado de indícios concretos da alegada 'parcialidade' do perito, quando da apresentação do "laudo complementar". No ponto, não pode ser olvidado que para a caracterização de 'parcialidade' e 'suspeição', exige-se comprovação inequívoca de interesse pessoal do perito (no caso) ou de terceiro com quem se relaciona.

Evidencia-se, vez mais, a ocorrência de preclusão relativamente a todas as alegações de suspeição ou impedimento dirigidas pelos apelantes em face da empresa perita.

Colaciono os seguintes trechos do voto da Desembargadora relatora:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Civil

3. Recurso especial desprovido.

(REsp 893.613/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 30/03/2009)

PROCESSUAL CIVIL ? INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - INDEFERIMENTO DA PERICIA EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO - QUESTÃO DEFINITIVAMENTE JULGADA - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA EM APELAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE ? PRECLUSÃO.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.

2. Indeferimento de prova pericial por meio de decisão interlocutória contra a qual foi interposto agravo de instrumento, julgado improvido por ausência do preenchimento das formalidades legais. Matéria definitivamente julgada.

3. Nos termos do art. 473 do CPC, encontra-se preclusa matéria já definitivamente julgada, não cabendo ao Tribunal nova apreciação em sede de apelação.

4. A apelação só devolve ao Tribunal as questões impugnadas pelas partes, as apreciadas de ofício (questão de ordem) e aquelas suscitadas e não examinadas (art. 515 do CPC).

5. Questão anterior à sentença que não envolve matéria de ordem pública e já definitivamente julgada não se enquadra entre as devolvidas ao Tribunal por julgamento de apelação (art. 516 do CPC).

Recurso especial provido.

(REsp 1189458/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 07/06/2010)

Ademais disso, a suspeição ou impedimento não é matéria a ser discutida em apelação, mormente quando os fatos que a ensejam remontam a momento anterior à sentença. Incumbe à parte discuti-la por meio de exceção e interpor agravo de instrumento em face da decisão que a rejeita.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sinaliza nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPEIÇÃO DO PERITO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. PROCEDIMENTO ADEQUADO. PRECEDENTES DO STJ.

1. O acórdão recorrido abordou, de forma fundamentada, todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, razão pela qual não há que se falar na suscitada ocorrência de violação do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. O Tribunal de origem não examinou a suposta ofensa aos arts. 244 e 312 do CPC, o que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

impossibilita o julgamento do recurso neste aspecto, por ausência de prequestionamento. Incidência das Súmulas 211/STJ e 282/STF.

3. A exceção é o incidente processual adequado para arguição da suspeição de perito judicial. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 774.065/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 19/11/2015)

Defesa a rediscussão da matéria atinente à suspeição da sociedade empresária que atuou como perita do juízo, **VOTO** pelo não conhecimento desta parte do apelo.

2.5. Dos agravos retidos interpostos pelos réus

2.5.1. Considerações gerais

No item 2.1 os apelantes pugnaram pelo provimento de dois dos três agravos retidos por si interpostos. Versara o primeiro recurso sobre a aplicação de multa de dez mil reais a Carlos Natanael Wanzeller em decorrência da decisão de páginas 8.536/8.537; já o outro fora interposto em face da decisão de páginas 19.894/19.895 que indeferira a produção de prova oral e a inquirição de peritos.

Cediço que com o advento do novo Código de Processo Civil, o recurso de agravo retido deixou de existir como tal (princípio da taxatividade), todavia, tanto os agravos retidos como o apelo foram interpostos na égide da codificação processual anterior, de sorte que os pressupostos recursais devem observar o que dispunha a legislação revogada, em decorrência do princípio do isolamento dos atos processuais, segundo o qual os atos praticados sob a lei antiga são válidos e devem ser respeitados, observando-se a lei nova apenas quanto aos seguintes.

Transcrevo doutrina a respeito do tema:

Como visto, a lei processual atinge os processos em curso. A dificuldade é que o processo é um conjunto de atos sucessivos que se prolongam de forma encadeada no tempo. Disso decorre que, quando a nova lei entra em vigor, encontra atos processuais já realizados, atos que estão por se realizar, e situações pendentes (como, por exemplo, prazos em curso).

A lei nova deve respeitar os atos processuais já realizados e consumados. O processo deve ser considerado um encadeamento de atos isolados: os que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

já foram realizados na vigência da lei antiga, persistem. Os que ainda deverão ser, respeitarão a lei nova.¹

Pontes de Miranda, em comentário ao artigo 1.211 do CPC/1973, cuja redação é em essência idêntica ao art. 1.046 do Código de Processo Civil/2015, lecionou que:

"quanto o recurso que podia ser interposto conforme o direito anterior, e não mais existe no novo direito de agora, tinha de ser exercido no direito repressal no prazo conforme o direito anterior, ou deixou de existir à expiração do prazo. A lei nova não pode retroagir. (...) Enquanto a relação jurídica não se estabeleceu, ou não se extinguiu, a lei nova pode intervir."²

O Superior Tribunal de Justiça editou enunciados com a finalidade de regulamentar o direito intertemporal, chamando atenção o Enunciado Administrativo n. 7:

Enunciado administrativo número 7

Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.

Cabível o recurso de agravo retido à luz da legislação processual anterior, prossigo na análise dos demais pressupostos recursais e do mérito das irresignações.

2.5.2. Do agravo retido interposto contra a decisão de páginas 8.536/8.537

O primeiro agravo retido a ser analisado é o que os ora apelantes interpuseram em face da decisão de páginas **8.536/8.537**, que importara na aplicação de multa por litigância de má-fé a Carlos Nataniel Wanzeler, com base nos arts. 17, II, e 18, do CPC/73.

Observa-se que o autor ministerial havia postulado a exibição dos documentos listados no item I da petição inicial. Esse pleito fora deferido pela decisão que a recebera (**página 695**) e reiterado na petição em que o Ministério Público

¹ Gonçalves, Marcus Vinícius Rios, *Direito processual civil esquematizado*, 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

² MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Tomo XVII (Arts. 1.211-1.220). Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 20-21.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

especificara as provas a serem produzidas (p. 7.814). A mesma obrigação foi mencionada na decisão que rejeitou os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público em face da revogação da inversão do ônus da prova (páginas 7.850/7.854).

Todavia, ao decidir pela rejeição liminar de mais um embargo de declaração interposto pelos réus, o juízo a quo determinou à ré Ympactus que informasse "qual 'data center' armazena o site da empresa e os dados relativos ao cadastramento e movimentação de contas de divulgadores, fornecendo ao juízo senha de acesso ao banco de dados..." (páginas 8.397/8.398).

Em face dessa determinação, insurgiram-se todos os réus, asseverando a impossibilidade de cumpri-la, sob a alegação de que (páginas 8.404/8.446):

"Como já dito nestes autos o site www.telexfree.com não pertence e jamais pertenceu à Requerida Ympactus, desconhecendo a Requerida o datacenter onde o site é armazenado, bem como os dados relativos ao cadastramento e a movimentação de contas dos Divulgadores.

A Ympactus jamais teve acesso ou controle ao site de propriedade da Telexfree, sendo absolutamente impossível o fornecimento de senha de site alheio.

...
Com efeito, após o cancelamento do contrato existente entre a Ympactus e a Telexfree, fato este inclusive utilizado por este r. Juízo para negar a contratação de seguro, não houve mais qualquer troca de informações entre as partes contratantes, não tendo como serem fornecidas informações a que a Requerida não tem acesso.

...
É justa, portanto a recusa dos Requeridos, posto não possuem site ou acesso às informações pertencentes à Telexfree (site, servidores, datacenter, etc), sendo que todas as informações relativas ao cadastramento e as movimentações de contas dos Divulgadores já foram entregues a este Juízo através de protocolo, sendo tal fato inclusive já reconhecido publicamente por este Juízo, em entrevista no site Youtube em 15/09/2013". (grifos do original)

O Ministério manifestou-se pela exibição dos documentos eletrônicos em face de Carlos Wanzeler e do contrato social a empresa Telexfree, sediada nos Estados Unidos, pois informações davam conta que a Telexfree Inc e a Ympactus



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Comercial possuíam os mesmos sócios. Sustentou, ainda, que apesar das alegações de páginas 8.404/8.446, o réu Carlos Wanzeler, por intermédio da empresa Disk à Vontade registrara o domínio telexfree.com no servidor americano In2net Network Inc, figurando como seu administrador, inclusive. Refutou quaisquer das hipóteses de recusa em exhibir os documentos, conforme arts. 358 e 363, CPC. Juntou o documento de páginas 8.514/8.516, relativo às informações sobre o registro do domínio.

Em face da dissonância entre as alegações do réu Carlos Wanzeler e o documento de páginas 8.514/8.516, a decisão agravada rejeitou a escusa apresentada, determinou a apresentação do data center e aplicou multa por litigância de má-fé, cujo conteúdo, em grande parte, passo a transcrever:

Decisão

1) Considerando que na petição de pp. 8.465/8.469 o autor afirmou que não há nenhuma possibilidade de acordo nestes autos, antes de apreciar o pedido de designação de audiência de conciliação formulado pelos réus, determino que seja o autor intimado para se manifestar acerca do pedido, dos termos do novo modelo de operações de venda direta e da proposta de termo de ajustamento de conduta, todos apresentados nas pp. 8.479/8.505.

2) Diante do conteúdo do documento de pp. 8.514/8.516, defiro o pedido de pp. 8.506/8.515, determinando a intimação do réu Carlos Wanzeler para que forneça senha de acesso ao banco de dados que armazena informações relativas ao cadastro e movimentação das contas dos divulgadores, através de correspondência confidencial a mim dirigida. A obrigação deverá ser cumprida no prazo de cinco dias, sob as penas do art. 359 do CPC.

Rejeito a escusa apresentada pelos réus na petição de pp. 8.404/8.446, pois o documento de pp. 8.506/8.515 mostra que o titular do domínio telexfree.com, onde estão armazenadas as informações, é o réu Carlos Wanzeler. Além disso, as informações a serem acessadas dizem respeito aos divulgadores da empresa ré, substituídos processualmente nos autos pelo autor.

3) Intime-se o réu Carlos Wanzeler para que traga aos autos os atos constitutivos da empresa Telexfree INC, da qual é presidente, conforme se verifica no documento de pp. 68.065/68.069, colacionado aos autos da ação cautelar em apenso, eis que tais documentos interessam ao deslinde da presente ação coletiva. A obrigação deverá ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas do art. 359 do CPC e os documentos devem estar oficialmente traduzidos.

4) Na petição de pp. 8.404/8.446 os requeridos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

alegaram a impossibilidade de informar que o data center armazena as informações acerca do cadastro e movimentação de conta dos divulgadores, assim como de fornecer senha de acesso ao banco de dados, alegando que "não possuem site ou acesso às informações pertencentes à Telexfree (site, servidores, datacenter, etc)" (p. 8.445).

Contudo, os documentos de pp. 8.514/8.516 provam que é falsa a assertiva acima transcrita, pois o réu Carlos Wanzeler não apenas tem acesso como foi quem registrou o domínio telexfree.com.

É certo que a determinação de informar qual o data center armazena as informações dos divulgadores e de fornecer a senha ao juízo foi dirigida exclusivamente à ré Ympactus Comercial Ltda., contudo, todos os réus peticionaram conjuntamente nas pp. 8.404/8.446, alegando que não dispunham das informações solicitadas, enquanto em verdade as mesmas estão armazenadas em domínio criado pelo réu Carlos Wanzeler.

Sendo assim, imponho ao réu Carlos Wanzeler a multa decorrente da litigância de má-fé, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), com amparo nos arts. 17, II e 18 do CPC.

Nas razões de agravo retido, os agravantes asseriram que não houvera má-fé ou dano processual, pois considerando que os dados referentes aos divulgadores já haviam sido juntados em três ocasiões anteriores, a produção da prova pretendida seria diabólica, preclusa e inútil. Pugnaram para que fosse afastada a responsabilidade objetiva, pois imprescindível a comprovação de dolo. Afirmaram que o fato de uma pessoa ter efetuado o registro do site não significaria necessariamente que controlasse o respectivo banco de dados (páginas 8.716/8.725).

Em contrarrazões, o órgão ministerial afirmou clarividente a má-fé, pois os dados de todos os investidores encontravam-se no domínio telexfree.com, hospedado no servidor americano In2net Network Inc. Reportou, ainda, que em audiência constatar-se que tanto a empresa norte americana Telexfree quanto a Ympactus possuíam os mesmos sócios. Refutou a alegação de que por não estarem os dados sob o poder da pessoa jurídica ré havia impedimento em apresentá-los. Pontuou, ainda, que o domínio telexfree.com fora registrado por Carlos Wanzeler, que também figurara como administrador. Por fim, afirmou que Carlos Wanzeler faltara com a verdade (páginas 9.358/9.368).





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

dados referentes à época em que a mesma manteve contrato com a Requerida Impactus Comercial S/A, tendo fornecidos os dados que deverão ser acessados exclusivamente por este juízo, e mantidos sob sigilo de justiça".

Outrossim, a prova documental jungida às páginas 8.853/8.876, demonstra que Carlos Wanzeler figurara como presidente da Telexfree Inc. O pormenor é deixado sem resposta no agravo retido, não obstante sua absoluta relevância.

Esse cenário corrobora a conclusão de que as escusas não apenas eram de frágil consistência, mas diametralmente contrárias às provas dos autos, justificando a imposição da multa por litigância de má-fé.

É cediço que todas as partes ou terceiros que participam do processo têm deveres ético-legais de portar-se na discussão judicial com veracidade, lealdade e boa-fé. É o que se infere do art. 14 do Código de Processo Civil, *verbis*:

Art. 14. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: (Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001)
I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;
II - proceder com lealdade e boa-fé;
III - não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento;
IV - não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.
V - cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.

Segundo magistério de Ovídio Baptista: "O preceito contido no art. 14 do CPC é uma manifestação do princípio geral da boa-fé objetiva, de que já se disse constituir mais do que um princípio, o verdadeiro oxigênio sem o qual a vida do Direito seria impossível"³.

O art. 14 guarda verdadeira relação simbiótica com o art. 339 e 340:

Art. 339. Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade.
Art. 340. Além dos deveres enumerados no art. 14, compete à parte:
I - comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado;
II - submeter-se a inspeção judicial, que for julgada necessária;

³ SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. 1. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2000.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

III - praticar o ato que lhe for determinado.

O desvio daquelas condutas acarreta como consequência a pecha de litigante de má-fé, consoante art. 17, a seguir transcrito:

Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso da lei ou fato incontroverso;
- II - alterar a verdade dos fatos;
- III - usar do processo para conseguir objetivo ilegítimo;
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
- VI - provocar incidentes manifestamente infundados;
- VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery conceituam o litigante de má-fé como:

"a parte ou interveniente que, no processo, age de forma maldosa, com dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária. É o 'improbus litigator', que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo, procrastinando o feito".⁴

Para Cândido Rangel Dinamarco "O inc. II do art. 17 sanciona transgressão intencional do dever de veracidade quanto aos fatos. As inveracidades só são contrárias à ética quando acompanhadas da intenção de falsear os fatos, caracterizando-se assim como mentiras".⁵

Nesse sentido, transcrevo os seguintes excertos jurisprudenciais:

BEM MOVEL. COBRANÇA. ...3. Caracteriza litigância de má-fé alterar a verdade dos fatos. Inteligência do art. 17, II, do Código de Processo Civil. Recurso parcialmente provido (TJSP, apelação 990100826077, 26ª Câmara de Direito Privado, Relator Desembargador Felipe Ferreira, j. 07/04/2010, p. 15/04/2010)

Em suma, do cotejo dos fatos, entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, é forçoso concluir pela correção da multa por litigância de má-fé aplicada

⁴ NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante*. 10ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, pág. 213.

⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, vol. 3, 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2009, pág. 269.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

ao apelante Carlos Winzeler, razão qual VOTO por desprover o agravo retido de páginas 8.716/8.725.

2.5.3. Do agravo retido interposto contra a decisão de páginas 19.894/19.895

Os apelantes também interpuseram agravo retido em face da decisão de páginas 19.894/19.895, especificamente quanto ao tópico que indeferiu a produção de prova oral formulada pelos réus, declarando encerrada a instrução.

Apresenta-se oportuno rememorar que quando da decisão saneadora, o juízo a quo deferiu a produção das provas especificadas pelas partes (páginas 8.210/8.233):

As questões tratadas nos autos versam sobre fatos e direitos, sendo necessária a dilação probatória, o que inviabiliza o julgamento antecipado da lide.

O autor solicitou a produção de prova pericial, depoimento pessoal de todos os réus, oitiva de testemunhas e apresentação, pelos réus, dos documentos que relaciona na petição inicial.

Os réus solicitam a produção de provas pericial, testemunhal e documental.

Reputo pertinentes a produção de todas as provas solicitadas pelas partes, razão porque as defiro.

Nomeio BDO RCS Auditores Independentes para realização da perícia, determinando a intimação da mesma para que apresente proposta de honorários, no prazo de cinco dias.

Apesar de ter sido deferida de provas testemunhal, pericial e documental. Certo é que esses dois últimos meios ganharam destaque durante a instrução do processo. Assim é que ao dispor sobre a intimação dos assistentes técnicos e das partes acerca do laudo pericial, a decisão de páginas 15.231/15.232, item 10, determinou que os litigantes manifestassem-se também quanto ao interesse na produção das demais provas solicitadas:

10) Intimem-se as partes acerca do conteúdo do laudo pericial juntado nas pp. 15.010/15.229, cientificando-as de que poderão retirar em Cartório o HD externo que o instruiu.

Dado o volume e complexidade da prova pericial, concedo aos assistentes técnicos o prazo de trinta dias para manifestação.

Por ocasião da especificação de provas, o autor requereu, além da prova pericial, depoimento pessoal de todos os réus, oitiva de testemunhas e exibição de documentos. Os



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

reus também pugnaram pela realização de prova pericial, além de testemunhal e documental.

Destarte, no mesmo prazo concedido para manifestação dos assistentes técnicos, as partes deverão esclarecer se têm interesse na produção das demais provas outrossolicitudes.

Os réus impugnaram o laudo pericial e reiteraram a produção de provas testemunhais e documentais e realização de audiência de instrução, na qual a empresa perita deveria responder a quesito complementar (páginas 15.431/15.442). Esse pleito fora posteriormente reiterado pelos réus (páginas 17.593/17.599). Em impugnação ao laudo complementar, os réus reiteraram o pedido de realização de audiência de instrução e julgamento para a produção das provas especificadas (páginas 18.854/18.982).

Nesse contexto foi proferida a decisão de páginas 19.894/19.895, em cujo item 15, o juízo *a quo* declarou encerrada a instrução processual:

15) Após a realização da prova pericial as partes solicitaram esclarecimentos à empresa perita, os quais foram prestados nos autos. Oportunizou-se às partes a manifestação a respeito dos esclarecimentos prestados pela empresa perita e para que informassem eventual interesse na produção de outras provas, já havendo ambas se manifestado. O autor não postulou a produção de novas provas. Os réus solicitaram a designação de audiência de instrução e julgamento para fins de oitiva de testemunhas e para que a empresa perita responda ao quesito complementar que formularam. Quanto à inquirição dos peritos, reputo desnecessária, na medida em que os esclarecimentos solicitados por ambas as partes já foram prestados, estando bastante claras as conclusões da perícia e os pontos de insurgência dos réus, não havendo mais o que ser esclarecido. Não obstante a decisão saneadora de pp.8.210/8.233 tenha deferido o pedido de produção de prova testemunhal formulado pelos réus, após a conclusão da prova pericial os mesmos não esclareceram qual a pertinência da produção de referida prova, o que efetivamente já não verifico na atual fase processual, eis que a elucidação dos pontos de controvérsia já estão suficientes os documentos e a prova pericial realizada, à qual o juiz não está adstrito, conforme se infere do art. 436 do CPC. Neste diapasão, indefiro o pedido de produção de prova oral formulado pelos réus e declaro encerrada a instrução processual. Remeto as partes às alegações finais, a serem apresentadas no prazo comum de vinte dias, o qual justifico em razão do

grande volume de documentos colacionados aos autos.
Registro que o incidente de exceção de suspensão da
empresa perita foi recebido sem efeito suspensivo,
conforme art. 138, § 1º, do CPC.

Pontuou que o recurso é manifestamente protelatório, em ofensa ao art. 17, inciso VII, do CPC, pois não obstante estarem os autos devidamente instruídos e exercido o direito de ampla defesa e contraditório, a recorrente insistia em manejar



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

recurso visando à realização de audiência em que deu por certo seriam repetidas as alegações já apresentadas e juntadas.

A juíza *a quo* manteve a decisão recorrida já ao proferir a sentença, consoante seguinte trecho:

Não obstante o conteúdo das referidas razões recursais, mantenho integralmente a decisão, reiterando a absoluta desnecessidade de dilação probatória, uma vez que os documentos apresentados por ambas as partes e a prova pericial realizada já são suficientes à elucidação dos pontos controvertidos da ação.

Admito que o direito à prova é um direito fundamental decorrente do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, estando ainda consagrado em dois Tratados Internacionais recepcionados pelo ordenamento pátrio (Convenção Americana de Direitos Humanos e Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos). Para seu efetivo exercício, não basta apenas se oportunizar às partes a produção da prova, devendo-se garantir também a participação em sua produção e o direito de se manifestar a respeito de seus resultados.

Porém, por vigorar no ordenamento pátrio o sistema de persuasão racional (art. 131 do CPC), torna-se o juiz o destinatário direto das provas produzidas no curso da ação, sendo-lhe dado indeferir a produção de provas inúteis (art. 130 do CPC), sendo exatamente esta a situação sob análise, em que os réus insistem em questionar os peritos em audiência e em produzir prova testemunhal, enquanto o juízo entende já suficientemente esclarecida a prova pericial e a insurgência dos réus quanto aos seus termos, assim como desnecessária a oitiva de testemunha, pois suficientemente esclarecidos os fatos controvertidos.

O indeferimento do pedido de dilação probatória não fere a garantia constitucional à produção da prova, tampouco enseja nulidade processual, eis que se funda no poder do juiz de impedir a realização de diligências inúteis, conforme se infere dos julgados a seguir transcritos:

...

Assim, estando o feito saneado e devidamente instruído, passa-se à análise do mérito.

O recurso de agravo retido é tempestivo, porquanto a decisão fora publicada no Diário de Justiça Eletrônico disponibilizado em 26/06/2015, com início do prazo em 30/06/2015 (página 19.920), enquanto a interposição do recurso deu-se no mesmo dia, às 17h:33min:23seg.

Entendo não assistir razão aos agravantes.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Observo que em momento posterior à apresentação do laudo pela empresa perita, o argumento que dava sustentáculo à irresignação dos réus era o de que a audiência de instrução e julgamento deveria ter lugar ante a necessidade de que a empresa perita respondesse ao quesito complementar formulado nas páginas 15.431/15.442, no entanto, o juízo *a quo*, atento para a complexidade da causa, entendeu ser mais eficaz que a manifestação da empresa perita ocorresse por meio de manifestação escrita, de sorte que a audiência seria designada apenas se houvesse insistência das partes e se apresentasse necessária (páginas 16.040/16.042):

101 Após a apresentação do laudo pericial as partes foram intimadas a se manifestar quanto ao conteúdo do mesmo, a apresentar as considerações de seus assistentes técnicos e a informar se pretendem produzir outras provas.

As manifestações das partes e de seus assistentes técnicos foram colacionadas nas pp. 15.431/15.442, 15.443/15.896, 15.898/15.907, 15.911/15.914 e 15.915/15.956 e ambas pleitearam esclarecimentos da empresa perita.

O art. 435 do CPC estabelece que a parte, que desejar esclarecimento do perito, requererá ao juiz que manda intimá-lo a comparecer à audiência, formulando desde logo as perguntas, sob forma de quesitos.

Contudo, dada a complexidade dos trabalhos apresentados pela empresa perita e dos esclarecimentos solicitados por todas as partes, reputo mais proveitoso que ditos esclarecimentos se efetivem por meio da manifestação escrita da empresa perita, após o que, em havendo insistência na coleta de esclarecimentos em audiência e em sendo realmente necessários, será agendado o ato processual.

Destarte, acolhendo desde já a solicitação de pp. 15.038/16.039, por meio da qual a empresa perita solicitou acesso aos arquivos digitais que acompanharam a manifestação dos assistentes técnicos das partes, determino a intimação da mesma para que preste os esclarecimentos solicitados pelas partes nas pp. 15.431/15.442 e 15.911/15.914, no prazo de trinta dias.

Em igual prazo, a empresa perita deverá apresentar considerações gerais acerca das críticas ao laudo pericial apontadas pelos assistentes técnicos das partes.

Vindo aos autos os esclarecimentos, intimem-se as partes para que se manifestem em quinze dias, informando se pretendem produzir outras provas.

Esses esclarecimentos foram prestados em laudo pericial contábil judicial complementar (pp. 16.327/16.443), que veio a ser objeto de nova impugnação por parte dos réus (pp 18.854/18.982).

É verdadeiro que o art. 435 da codificação processual revogada



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

estabelecia a designação de audiência para a hipótese em que a parte desejasse esclarecimento do perito e do assistente técnico, mas não se pode olvidar que o juiz poderia indeferir tal pleito, quando ausente necessidade de formulação de novos quesitos, ou determinar-lhe que se manifestasse não necessariamente em audiência.

Em comentário a esse dispositivo trago à colação o magistério de Daniel Amorim Assumpção Neves, *verbis*:

Além de impugnar por escrito o laudo pericial nos termos do art. 433, parágrafo único, do CPC, as partes podem requerer a intimação do perito e dos assistentes técnicos naturalmente da parte contrária para comparecer à audiência e prestar esclarecimentos....
O prazo previsto para o protocolo da petição que requer a presença do perito ou do assistente técnico em audiência de instrução e julgamento é de 5 dias antes da audiência de instrução e julgamento. Como o perito e o assistente técnico a serem intimados já sabem quais são as perguntas que deverão responder em audiência, admite-se que levem as respostas por escrito, o que não evitará terem de responder oralmente a outros questionamentos, caso as respostas escritas não se mostrem efetivamente esclarecedoras.⁶

Considerando que os peritos e assistentes técnicos, quando demandados a prestar esclarecimentos, são cientificados previamente dos pontos impugnados pelas partes, é desprovido de razoabilidade exigir que os prestem exclusivamente em audiência, mormente diante da complexidade que cercam os esclarecimentos.

O próprio Código de Processo Civil/1973 possuía dispositivo que condicionava a forma pelos qual os peritos manifestavam-se à complexidade da causa. A referência é ao art. 421, § 2º:

Art. 421. O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 2º Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado.

⁶ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. - 4ª ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. p. 474.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Vez mais, sirvo-me dos ensinamentos de Daniel Amorim Assumpção
Neves (op. cit. p. 474):

A prova pericial em regra é produzida antes da audiência de instrução e julgamento, e até mesmo em processos nos quais não há tal audiência, em razão da desnecessidade de produção da prova oral. Excepcionalmente, entretanto, o perito poderá exercer alguma espécie de atividade durante a audiência de instrução e julgamento.

O art. 421, § 2º, do CPC prevê a chamada perícia simples, a ser realizada na audiência de instrução e julgamento quando a natureza do fato permitir. Nessa perícia simples, o juiz inquiri o perito e os assistentes técnicos em audiência a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado. Trata-se da única forma de perícia admitida nos Juizados Especiais Estaduais (art. 35, caput, da Lei n. 9.099/1995). Apesar da boa intenção da norma em simplificar o procedimento da prova pericial, é de extrema raridade a realização da perícia simples.

Vale dizer, se em causa pouco complexa é autorizado ao juiz inquirir os peritos e assistentes por ocasião da audiência de instrução e julgamento, também é lícito concluir que ganhando em complexidade a discussão instaurada no feito a elaboração de laudo pericial compatível com esse contexto afigure-se como medida indeclinável. A mesma regra aplica-se quanto aos pedidos de esclarecimento quicá formulados pelas partes ou mesmo pelo juiz; regra, aliás, que não encontrou exceção nos autos sob análise, mormente diante do fato de que a empresa perita findou por apresentar substancial laudo pericial contábil judicial complementar.

Original assinado digitalmente por ROBERTO BARROS DOS SANTOS
Processo 0800224-44 2013.8.01.0001 e código 1EE8D2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Tal providência não representa de modo algum vulneração ao art. 5º, incisos XXXV e LV da Constituição Federal, na medida em que o indeferimento de provas desnecessárias não se afigura incompatível com o princípio de acesso ao judiciário e tampouco com o contraditório e ampla defesa. Aliás, considerando que as provas destinam-se ao convencimento do julgador, uma vez alcançado esse desiderato, tudo o mais torna-se-á desnecessário em matéria probatória. É-lhe vedado, por evidente, dizendo-se convencido, deixar de acolher essa ou aquela tese com base na não desincumbência do ônus probatória pelo sucumbente.

A corroborar tais assertivas, transcrevo os seguintes excertos jurisprudenciais:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE DE SENTENÇA. AFASTADA. DESNECESSIDADE. REPARAÇÃO DE DANOS. SEGURADORA. SUB-ROGAÇÃO LEGAL. CONFIGURADA. PAGAMENTO DE FRANQUIA. QUITAÇÃO AMPLA E IRRESTRITA. INOCORRÊNCIA. PARTE EXCLUÍDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS. SUCUMBÊNCIA RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Não há que se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de produção de prova testemunhal.
2. Sendo o juiz o destinatário das provas e entendendo estar o feito suficientemente instruído para formação de seu convencimento, a medida que se impõe é o indeferimento das provas testemunhal, prestigiando a economia e celeridade processuais sem que tal fato caracterize cerceamento de defesa. Negado provimento ao agravo retido.
(...)

(TJ-DF - APC: 20110111987765, Relator: GISELENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 07/10/2015, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 15/10/2015 . Pág.: 133)

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. ACÃO ACIDENTÁRIA. INSB. AGRAVOS RETIDOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESIGNAÇÃO DE NOVA PERÍCIA E PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. INDEFERIMENTO. DESNECESSIDADE. O juiz é o destinatário da prova, a qual é produzida em benefício de seu convencimento. Por isso, pode indeferir as provas que entender desnecessárias à instrução do processo, as diligências inúteis ou as meramente protelatorias. Exegese do art. 130 do CPC/73. Na espécie, mostra-se desnecessária a realização de nova prova pericial, pois há nos autos elementos de prova suficientes ao deslinde da controversia. Além disso, no caso, é impertinente a produção de prova oral, porque tratando-se de questão técnica a prova testemunhal dificilmente se sobrepõe ao laudo.
(...)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Apelação Cível nº 00070550926, Nona Câmara Cível,
Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares
Relatório, Julgado em 09/11/2016)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROCEDIMENTO MÉDICO PARA PACIENTE COM DIAGNÓSTICO DE PERITONITE BACTERIANA E INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. FALECIMENTO. LAUDO MÉDICO ATESTA A INEXISTÊNCIA DE FALHA NO PROCEDIMENTO MÉDICO ADOTADO. CERCEIO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO SANEADORA QUE DEFERIU A PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL E PERICIAL. CONJUNTO PROBANTE DOS AUTOS QUE SE REVELA SUFICIENTE AO DESLINDE DA DEMANDA. NADA OBSTANTE, COMPETE AO JUIZ, COMO DESTINATÁRIO FINAL DA PROVA, AFERIR A UTILIDADE DESTA PARA SEU LIVRE CONVENCIMENTO, DESDE QUE MOTIVADO, ACERCA DA TESE FORMULADA. SENTENÇA QUE SE MANTÉM.

1. "O juiz é o destinatário da prova, cabendo-lhe verificar quanto à necessidade e oportunidade para a sua produção, aferindo a utilidade da prova para formação de seu livre convencimento, que deverá ser motivado".

2. In casu, conjunto probante dos autos se revela robusto e suficiente para análise do mérito da demanda, valendo salientar que os autores colacionaram à emérita extensa prova documental, bem como a decisão saneadora deferiu a produção de prova documental e pericial, sendo que este atestou a inexistência de nexo causal entre o procedimento adotado e a fatalidade que culminou no falecimento da paciente.

3. Nada obstante, não se pode olvidar que o juiz é o destinatário da prova, cabendo-lhe verificar quanto à necessidade e oportunidade para a sua produção, aferindo a utilidade da prova para formação de seu livre convencimento, que deverá ser motivado. Jurisprudência desta Eg. Corte.

4. Inocorrência de cerceamento de defesa. Sentença que se mantém. Recurso desprovido.

(TJRS, Apelação Cível nº 0000251-44.2011.8.19.0061, Vigésima Quinta Câmara Cível, Relator: Desembargador Luiz Fernando de Andrade Pinto, Julgamento: 31/10/2016)

Forse na conclusão de que questões como a inexistência de pirâmide financeira e a viabilidade econômica do negócio, foram devidamente abordadas na prova pericial, tornando desnecessária a realização de audiência de instrução e julgamento destinada à produção de provas outras ou mesmo para a inquirição dos peritos oficiais, **VOTO** por desprover o agravo retido interposto às páginas 20.031/20.039.

Por fim, conquanto desprovido o agravo retido, não vislumbro que sua interposição possa ensejar a aplicação de multa por litigância de má-fé, amparada no art. 17, VII, CPC/1973. A questão invocada pelos recorrentes é sensível e como tal não pode ser considerada manifestamente infundada.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2.6. Mérito do apelo interposto pelos réus

2.6.1. Do tema nevrálgico. Pirâmide financeira x marketing de rede. Resumo das razões recursais

Nos itens 3, 4, 5, 6 (6.1, 6.2 e 6.3), 7 e 8, os réus centraram argumentos contra a conclusão sentencial de que seus negócios tenham configurado uma pirâmide financeira.

No início do item 3, cujo título é "do modelo de negócios da Recorrente Ympactus e do equívoco da sentença recorrida", historiaram que a apelante Ympactus Comercial representava no Brasil a empresa norte americana TelexFREE, que, por sua vez, dedicava-se ao marketing de rede ou multinível, principalmente na comercialização de produto denominado 99telexfree, ou seja, VoIP (**Voice over Internet Protocol**), cuja liderança na comercialização em nível nacional pertencia-lhe por ocasião do bloqueio judicial.

Esse conceito (marketing de rede ou multinível), segundo os apelantes, baseia-se na distribuição de produtos e serviços por meio de indicação de distribuidores independentes, que recebem bônus para isso, todavia, a sentença apelada imputou à Ympactus a criação de uma pirâmide financeira.

Afirmaram que a Ympactus somente alcançara seu desempenho fenomenal porque realmente entregara lucro e distribuíra riqueza aos divulgadores, que receberam as comissões de forma líquida, deduzidos os impostos, e que por ocasião do bloqueio judicial inexistia qualquer dívida em atraso de sua parte.

Consideraram óbvio que por se tratar de marketing de rede, o maior grau de sucesso apresentado por uns divulgadores do que outros devia-se ao empreendedorismo particular de cada um.

Referiram-se ao Estudo de Viabilidade Econômica juntado aos autos, documentos e prova pericial produzida por seus assistentes técnicos, para afirmar que o modelo de negócio não se tratara de pirâmide, sendo insustentável a afirmação da sentença em sentido contrário, porque: (I) os ganhos dos divulgadores eram limitados no tempo, pois somente era auferida receita pela compra de produtos por outros divulgadores até o quinto nível; e (II) no espaço, isto é, por apenas um ano, findo o qual deveria haver a recontratação, com o pagamento de luvas correspondentes a 20% sobre a receita.

Negaram que a estrutura do negócio fosse piramidal, afirmando-a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

geometricamente randômica, já que os ganhos ocorrendo até o 5º nível da rede de cada divulgador garantiriam a irrigação econômica multinível da rede, desconfigurando a pirâmide ou "Esquema de Ponzi".

Concluíram ter sido comprovada durante a instrução processual inexistir a imposição de verticalização dos pagamentos, que ocorriam não somente de baixo ascendente, mas em todas as direções possíveis, o que, entretanto, fora ignorado pela sentença.

Acresceram que a diferença básica entre o marketing multinível e a pirâmide é que naquele são ofertados produtos e serviços de qualidade e com preços competitivos, além de incentivos financeiros compatíveis com a venda e para atrair novos participantes. O atendimento a essas condições tornaria viável o modelo de negócio, mesmo se não houvesse mais entrada de novos membros. Já que o consumidor final utilizará o produto ainda que fizesse parte da rede, como é o caso do VoIP; esse aspecto, segundo os recorrentes, também teria sido ignorado pela sentença.

Explicaram que a atividade da Ympactus consistia na disponibilização aos Partners da possibilidade de serem Divulgadores, mediante aquisição de kits de contas VOIP 99TELEXFREE, e, que, por óbvio, tal oferta não se encontraria proibida, ressaltando que de acordo com o inciso II do art. 5º da Constituição Federal ninguém fará ou deixará de fazer algo, senão em virtude de lei.

Frisaram a ausência de indícios de desvio da atividade exercida pela recorrente, que comprovara a regularidade e sustentabilidade do negócio, consoante documentos juntados, dentre os quais o reconhecimento por parte do Ministério Público do Estado do Espírito Santo da legalidade das atividades exercidas pela requerida.

Asseriram ter sido cabalmente demonstrado que a recorrente possuía plenas condições de viabilidade e de efetuar de modo pontual e satisfatório o pagamento das comissões e bonificações.

Transcreveram o conteúdo das cláusulas 7.1 e 9.1.1 do Regulamento Geral (contrato de adesão) para afirmar serem notórias a legalidade e a sustentabilidade do negócio exercido. Evidenciaram o caráter contratual da relação havida entre a Ympactus e os Divulgadores, cujos pagamentos antecipados constituíam o fundo retornável, conforme cláusula 2.5.2, quando então adquiriam o direito de revender VoIP, que lhes geraria renda.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Também discorreram sobre a cláusula 5.2 do Regulamento Geral, transcrevendo-a, para explicar que os Divulgadores atribuíam-se o direito de divulgar os produtos, com anúncios na internet, além de poder vendê-los diretamente, no varejo. A possibilidade de obtenção de lucro com essas operações evidenciariam a sustentabilidade da atividade, sendo esse o quadro existente na época da concessão da liminar. Acresceram que o Ministério Público Estadual não comprovara sua ilação em sentido contrário, não obstante ser seu ônus, a teor do art. 333, I, do Código de Processo Civil.

Enumeraram os entendimentos adotados na sentença, segundo a qual a recorrente efetuara anúncios em páginas de pouco alcance e com textos repetitivos, sem informações relevantes sobre o pacote de conta VOIP, com foco apenas na oportunidade de negócios e não na comercialização dos produtos, e sem capacitação dos distribuidores acerca das vantagens dos produtos comercializados. Apontaram que a sentença enfatizara que grande parte dos divulgadores acreditava que a empresa estaria obrigada a recomprar as contas dadas em pagamento pela realização das postagens. Acresceram que o juízo *a quo* também entendera que por se tratar de produto baixado no próprio site da TelexFREE não haveria necessidade de recompra do VoIP para revende-los, bastando disponibilizar o software sem pagar aos divulgadores.

Qualificaram as alegações como pueris e equivocadas, pois: (I) o VoIP era um produto tangível, que poderia ser utilizado para que o Divulgador e/ou seus clientes telefonassem para mais de 40 países, com sólido conteúdo econômico, portanto; (II) o Brasil possuía a 2ª maior tarifa de celular do mundo, perdendo apenas para a África do Sul e que não obstante isso atingira a marca de 1.3 celular por habitante.

Tiveram assim por explicado o sucesso comercial da Recorrente, que oferecia uma alternativa barata de comunicação, num país de infraestrutura precária e com preços extorsivos para ligações telefônicas. Uma conta VoIP assemelhar-se-ia a uma recarga de celular, justificando o seu grande número.

Dissentiram da assertiva da sentença acerca do alcance da divulgação dos anúncios, pois a TelexFree era a 31ª colocada entre milhares de empresa em todo o Brasil e a 1026ª em nível mundial, consoante dados da www.alexa.com, à frente de inúmeras marcas mais antigas. Esse fato não teria sido impugnado pelo recorrido, o que o tornaria incontroverso.

Taxaram por inadmissível o argumento acolhido pela sentença, de que

55



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

não disponibilizara treinamento para técnicas de venda e marketing, pois desde o início da empresa fora oferecida a apresentação do negócio e oportunidade aos seus Divulgadores.

Segundo os apelantes a sentença também ignorara a cláusula 13.2, constante de contrato devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Vitória/ES, em cumprimento a requisitos de publicidade e autenticidade.

Afirmaram que não se poderia falar em marketing de rede sem a compra inicial de produtos para revenda, como ocorreria em todas as empresas de MMN.

Mencionaram que a recorrente fora inocentada pela Câmara de Valores Mobiliários em cinco oportunidades e que a Nota Técnica da Secretaria de Acompanhamento Econômico limitara-se à análise da possibilidade de "captação indevida de poupança popular". Idêntica manifestação partira da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, embora trechos dessa última manifestação tenham sido indevidamente utilizados pelo Parquet, que se omitira quanto à declaração de inocência.

Ressaltaram também que da análise do contrato da recorrente com seus divulgadores e do vídeo de orientação fornecido pela empresa, concluir-se-ia que o "partner" não seria divulgador e que também não receberia qualquer valor por indicação. O divulgador, de seu turno, receberia no plano Family, 7,01% do valor da adesão, afigurando-se falso o alegado prejuízo da telexfree de US\$ 50,00, em detrimento de um investimento de US\$ 50,00 e uma remuneração de US\$ 100,00, na primeira indicação.

Discorreram sobre o produto VoIP e seu funcionamento, cujo desconhecimento fora demonstrado pelo Parquet durante toda a instrução processual. Enalteceram o futuro pujante de seu mercado no Brasil, como alternativa econômica barata e viável para o altíssimo custo das telecomunicações, cuja revenda ocasionara sucesso aos Divulgadores, tornando completamente absurda a conclusão da sentença pela existência de esquema de pirâmide.

Reportaram que juntaram extratos detalhados de ligações de clientes, por amostragem, dentre os milhões de ligações telefônicas efetuadas pelo VoIP, demonstrando nome do usuário, CPF do usuário, código da fatura, login do VoIP, data das ligações, telefones fixos ou celulares chamados pelas ligações VoIP e duração das ligações telefônicas, o que tornaria indubitoso o fato de ter oferecido um produto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

tangível, com utilização comprovada reconhecida pela Anatel - preço competitivo e sucesso de revenda pelos Divulgadores.

Resumiram: (I) viabilidade do produto; (II) ausência de relação de consumo; (III) garantia de recompra dos VoIPs; (IV) responsabilidade fiscal e (V) inexistência de ilegalidade na cobrança da taxa.

Acresceram que a Receita Federal afirmara que 96,94% da receita da Ympactus advieram da venda de produtos; fato não impugnado pelo Ministério Público e ignorado pela sentença.

Argumentaram que o percentual de quebra na qualidade de serviço 10% - não teria o condão de configurar pirâmide financeira, pois esse aspecto seria apresentado por toda e qualquer empresa em atuação no mercado de telecomunicações, bem assim que teria sido demonstrada a utilização média dos VoIPs em percentuais muito maiores que os indicados pela E&Y, que de má-fé utilizara-se em seus cálculos de contas vendidas e ainda não ativadas.

No item 4, os apelantes abordaram a "instrução processual realizada nos autos", afirmando nas linhas introdutórias que, em especial, o laudo apresentado por seus Assistentes Técnicos comprovara não assistir razão ao *Parquet*.

Disseram absolutamente equivocada a sentença, pois restara demonstrado na perícia que independentemente da forma de ganho, os Divulgadores não foram prejudicados, mas que sempre maximizaram os valores investidos e tanto isso seria verdadeiro que teria sido comprovada a utilização de quase 118 milhões de minutos dos VoIPs.

Concluíram o tópico com a afirmação de nem o autor, a empresa perita ou a sentença, conseguiram demonstrar apenas uma pessoa em todo o país que tivesse sido prejudicada pelas atividades dos recorrentes.

No item 5 "Da verdade e da comprovação da inexistência financeira e da viabilidade econômica e da legalidade do negócio", os recorrentes disseram terem sido verificadas demonstrações claras e insuperáveis da sustentabilidade econômica e da legalidade do seu modelo de negócio, resultando em imenso engano o bloqueio de suas atividades.

~~Argumentaram, ainda, a impossibilidade de transferência de valores para os divulgadores para quaisquer níveis superiores, sob pena de caracterização de esquema de qualificação total e a alegação de esquema piramidal, bem assim que seus assistentes técnicos demonstrariam que em qualquer cenário a empresa seria lucrativa e~~



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

viável, com lucro final de US\$ 16.334.032,39, mesmo com o bloqueio e receita de marketing multinível e continuidade de clientes.

Aduziram ter ficado demonstrada a inexistência de pirâmide financeira ou Ponzi Scheme em decorrência dos seguintes elementos: (I) Existia um produto real (VoIP) com utilização efetiva; (II) o preço do produto era competitivo considerando os padrões de seu nicho de mercado, sendo inclusive mais barato que os da concorrência; (III) o produto sempre fora entregue aos seus compradores de forma pontual, na verdade praticamente instantânea; (IV) existia o pagamento de bônus do Plano de Compensação aos Divulgadores exclusivamente em decorrência da venda dos produtos; (V) Jamais existira pagamento de bônus oriundo de taxa de adesão; (VI) a empresa sempre honrara com os compromissos assumidos com os Divulgadores, bem como se utilizando da prerrogativa que lhe é prevista na "Cláusula 13.2" do contrato efetuara a recompra obedecendo critérios contratuais e a existência prévia de Caixa Livre que lhe permitia a recompra; (VII) os contratos eram firmados com prazo determinado de 1 (um) ano; (VIII) Jamais houvera captação de poupança popular ou prejuízo causado a qualquer Divulgador.

Após abordagem conceitual e doutrinária sobre a verdade, os apelantes asseriram ter faltado com ela a E&Y ao afirmar que a recorrente não disponibilizara seus arquivos, quando, na verdade, fê-lo integralmente. Equivocara-se a sentença ao afirmar que a recorrente sofreria uma possível insolvência financeira, já que o montante bloqueado judicialmente, que soma mais de R\$ 600 (seiscentos) milhões de reais seria suficiente para realizar a devolução de dinheiro de todos os Divulgadores que não obtiveram retorno (valor pago menos valor recebido em todos os bônus), conforme página 238 e 239 elaborado pelos peritos assistentes.

Alegaram que o Ministério Público recusara-se a aceitar as inúmeras propostas de composição e devolução que lhe foram apresentadas porque comprovariam a inexistência de atividade de pirâmide financeira e, com a intenção de inviabilizar acordo, impusera multa de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) por divulgador, além de requerer a homologação do "laudo complementar" da EY.

Em arremate, transcreveram trecho de parecer emitido pelo Professor Doutor Jairo Saddi acerca do tema "pirâmide financeira", com opinião por sua inexistência no caso em espécie, além de deter-se em questões processuais relativas à legitimidade do Ministério Público Estadual.

No item 6 intitulado "Das provas produzidas pelos Recorrentes",



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Civil

2401
8
fls. 06999
106

aludiram ao laudo dos assistentes técnicos, que não havia sido examinado pelo juízo *a quo*, não obstante comprovar a viabilidade econômica da Ympactus e a legalidade de sua atividade econômica.

Apontaram que lhe foram favoráveis todos os pontos controvertidos indicados pelo juízo *a quo*: (I) a origem dos recursos que custeariam o pagamento de benefícios da rede TelexFree, se da venda de contas VoIP 99TelexFree ou do cadastramento de novos membros à rede; (II) a caracterização da atividade comercial desenvolvida pela Ympactus, se pirâmide financeira ou rede de marketing multinível; (III) se sustentável a atividade desenvolvida, caso cessadas novas adesões à rede TelexFree.

Mencionando diversas passagens do laudo dos peritos assistentes, afirmaram que "o custeio do pagamento dos benefícios da rede TelexFREE (ganhos Binários, Trinários, Royalties, Team Builder e outros) era a comercialização (venda) das Contas VoIP 99TelexFREE no atacado (Kits AdCentral e AdFamily), no varejo e no pagamento de mensalidades, pois as Adesões Partner não geravam bônus para a rede, estando absolutamente demonstrado o equívoco da decisão recorrida".

Relativamente ao segundo ponto controverso, concluíram que "percebe-se claramente inexistir pirâmide financeira no caso concreto, mas sim uma viável e lícita atividade economicamente sustentável impondo-se a reforma da sentença recorrida".

Quanto ao terceiro ponto, vez mais amparados nas opiniões de seus *experts*, advogaram que mesmo com a cessação de novas adesões à rede as operações da recorrente Ympactus seriam sustentáveis.

No item 7, os apelantes recorreram sobre a premissa impossível e a absoluta má-fé da Ernest & Young (EY). Sustentaram a que sentença baseara-se em duas premissas completamente equivocadas: a) seria aceitável interpretar de forma elástica a cláusula 13.2 do contrato firmado com os divulgadores; b) o atacado não seria adesão, ignorando completamente a prova produzida nos autos, e inclusive referendada pela EY.

Relativamente à primeira premissa equivocada, asseriram que a EY previra absurdamente que a Ympactus entraria em bancarrota no período entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) meses de atividade, levando em consideração a hipótese de que deveria continuar efetuando a recompra dos kits, em completa ignorância da cláusula 13.2 do contrato firmado com os divulgadores, segundo a qual a recompra dos produtos era prerrogativa da empresa, subordinada a critérios de

59



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

conveniência e oportunidade, volume, demanda e tamanho dos estoques, sem garantia do pagamento do valor de face.

Defenderam que a recompra somente existira porque sempre houvera por parte da Ympactus dinheiro em caixa suficiente para tal, mas que em cenário adverso não estaria obrigada a recomprar seus produtos, sob pena de ofensa ao art. 5º, § 2º, da Constituição Federal - referiram-se ao inciso II.

Mais, que a E&Y, às páginas 102 do laudo pericial efetuara avaliação matemática em que não considerara o disposto na cláusula 13.2, afirmando, mais adiante, que o negócio não apresentaria sustentação exclusivamente em virtude da recompra prevista na cláusula 13.2, criando, assim, cenário de intervenção econômica, vedada pelo art. 170, incisos II, IV e parágrafo único, da Constituição Federal, onde a Ympactus seria obrigada a recomprar produtos da rede por ela administrada sem que houvesse recursos ou conveniência econômica para tanto.

Em outro absurdo, segundo os apelantes, a E&Y elaborara cenários de até 36 meses de contrato com os divulgadores, embora todos os contratos firmados tivessem prazo determinado de 12 meses, sendo certo que a E&Y não tivera capacidade para elaborar o cenário hipotético de Rede Binária Perfeita.

Afirmaram que seus peritos assistentes comprovaram que todos os cálculos resultantes dos cenários hipotéticos estavam errados e isso era comprovado pelas afirmações lançadas à página 167 do LPCJ EY.

Reafirmaram que 100% dos divulgadores dos produtos aderiram ao Regulamento Geral 2013 em substituição ao contrato de adesão de serviços de publicidade 2012, deixando este último de existir, de sorte que eram as regras do primeiro as vigentes à época do bloqueio.

Concluíram que os pagamentos eram em bônus (conta VoIP 99TelexFree) e jamais em espécie.

Disseram que a E&Y na construção dos cenários hipotéticos, utilizara-se da premissa de que cada divulgador AdCentral ganhava 4 (quatro) Contas VoIP por semana, enquanto o divulgador AdCentral Family ganhava 20 (vinte) Contas VoIP por semana, distorcendo todo o resultado final dos cenários hipotéticos.

Destacaram que a EY demonstrara não ter efetuado pesquisas profundas no sistema da recorrente porque criara uma situação inexistente de modelo de negócios ao afirmar que os divulgadores não solicitaram o resgate em espécie como uma bonificação, já que a Telexfree não pagava o divulgador com uma conta VoIP.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2402
8
fls. 270/1
107

ativa, mas, sim, inativa, que para ser ativada dependeria do pagamento de pagamento de 49 dólares americanos.

Sustentaram que a E&Y não respondera o quesito complementar dos apelantes, mas criara cenário propositalmente desvirtuado para distorcer a realidade contratual.

Concluíram que "Demonstrada a 'premissa impossível' da E&Y e sua necessária desconsideração, posto que não estaria a Ympactus [obrigada] em nenhuma hipótese efetuar qualquer recompra na hipótese de ausência de caixa livre".

No item 8 das razões recursais, os apelantes trataram do estoque e da premissa equivocada utilizada pela sentença recorrida. Aparentaram constituir-se em ledo engano a assertiva de que a Ympactus não possuía atacado, pois a própria E&Y atestara a existência de estoque e a existência de consumo de 117.471.704 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e quatro) minutos na rede da TelexFREE, em prova de que os adquirentes de VoIPs dos divulgadores fizeram centenas de milhões de ligações no período de comercialização do produto.

A comprovação de tais fatos, segundo os apelantes, ocorrera documentalmente por meio de acesso franqueado às partes e à E&Y, bastando apenas às partes digitar login e senha para acessar o consumo mensal da rede.

Declararam que diversas passagens do laudo pericial da E&Y contradisseram a sentença ao afirmar a existência de estoque e que o valor cobrado pelos novos membros configurara taxa de adesão.

2.6.2. Dos papéis desempenhados pelas pessoas jurídicas e físicas rés na ação civil pública

De sabença que a ação civil pública foi ajuizada em face da Ympactus Comercial Ltda., Carlos Roberto Costa, Lyvia Mara Campista Wanzeler, Carlos Nataniel Wanzeler e James Matthew Merrill.

Os documentos jungidos aos autos dão conta de que a pessoa jurídica ré foi constituída em início de 2010, com o nome fantasia de "Ympactus" e objeto social de "comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. Os sócios eram Carlos Roberto Costa da Silva e Regina Fatima Moraes (páginas 1.571/1.574).

Por ocasião da alteração contratual n. 4 e consolidação do contrato

61



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

social, datado de 3 de dezembro de 2012, a ré já apresentava como objetivo social a "intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral" e "Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet". O quadro de sócios, então formado por Carlos Roberto Costa e Lyvia Mara Campista Wanzeler, sofreu alteração com a saída de Lyvia Mara e ingresso de Carlos Nataniel Wanzeler e James Matthew Merrill (páginas 967/971). Em rápida digressão, observa-se que por conta de sua retirada da sociedade, a ré Lyvia Mara Campista Wanzeler teve sua ilegitimidade passiva reconhecida pela decisão saneadora (páginas 8.210/8.233).

Por fim, em 03/07/2013, a ré Ympactus Comercial Ltda. foi transformada em sociedade anônima de capital fechado, com capital social subscrito de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais). Figuraram como acionistas Carlos Roberto Costa, Carlos Nataniel Wanzeler e James Matthew Merrill (pp. 1.575/1.584).

Aliás, Carlos Nataniel Wanzeler e James Matthew Merrill também constam dos quadros sociais da empresa norte americana Telexfree Inc, fundada em 2002 (pp. 8.853/8.876). Essa sociedade, por sua vez, firmou com a Ympactus Comercial Ltda. contrato de prestação de serviços de divulgação e cessão da marca telexfree.

A propósito, merece transcrição o seguinte trecho do laudo pericial judicial:

"Em 1º de março de 2012, foi celebrado um contrato entre a Ympactus Comercial Ltda. ME e a TelexFree LLC., com vigência de 5 (cinco) anos, o qual possuía as seguintes finalidades para a Ympactus:

- O objeto deste contrato visava à prestação de serviços de divulgação da Ympactus Comercial Ltda. à TelexFree LLC e a cessão do uso da marca 'TelexFree' para a Ympactus Comercial Ltda.-ME ('contrato Uso de Marca' anexo 1) pelo período de 5 (cinco) anos, contados da data em que foi firmado, sendo automaticamente prorrogado por igual período;
- A Ympactus Comercial Ltda.-ME era responsável pela criação de uma rede de divulgadores dos serviços prestados pela TelexFree LLC, por quaisquer meios de mídia que entendesse ser pertinentes, a qual deveria manter um controle dos termos da publicidade, remunerando às suas despesas de rede;
- Os valores que a Ympactus Comercial Ltda.-ME receberia e que se destinavam a TelexFree LLC pela prestação de serviços de comunicação via VoIP, incluindo a utilização de software ou relativos a equipamentos disponibilizados ou entregues por este, deveriam ser remetidos em período mensal;
- Pelos serviços de arrecadação e repasse dos valores, a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

Ympactus Comercial Ltda.-ME receberia até 10% (dez por cento) da movimentação que poderiam ser deduzidos das remessas mensais ou pagos por meio de emissão de notificação de débito ou outro meio equivalente, que possibilitasse ou não a compensação bancária internacional;

- Em remuneração a cessão de direito de utilização da marca, a Ympactus Comercial Ltda.-ME teria a responsabilidade de pagar anualmente o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que poderiam ser deduzidos do montante da remuneração que esta devia à TelexFree LLC;
- A TelexFree LLC se comprometeu a remunerar a Ympactus Comercial Ltda. ME com pontualidade, sob pena de esta promover a solução de continuidade, sem prejuízo de medidas indenizatórias pertinentes, bem como, fornecer todo os elementos e características para a divulgação, inclusive: tarifas, pacotes, meios de utilização dos serviços, termos de satisfação e tecnologia disponibilizada;
- Os serviços de divulgações eram remunerados com um valor mínimo de R\$200.000,00 (duzentos mil Reais) em bases anuais, além dos valores das comissões diretamente reembolsados, conforme utilização dos serviços; e
- Ainda de acordo com o contrato, os tributos incidentes no Brasil, em resultado das operações, seriam de responsabilidade da Ympactus Comercial Ltda.-ME, e quando de responsabilidade ou imputáveis à TelexFree LLC, seriam retidos na fonte e recolhidos ao erário do ente federativo cabível. Não existindo remuneração da TelexFree LLC à Ympactus Comercial Ltda.-ME., deveria esta remeter quantia suficiente para tal.

Desse relato histórico, merece retificação apenas a menção à empresa TelexFree LLC, que, à bem da verdade, integrava o grupo econômico, mas distingue-se da TelexFree INC., sociedade empresária que comercializava o VoIP, como observado pelo Ministério Público Estadual às páginas 15.911/15.914 e acolhido à páginas 16.438 do Laudo Pericial Contábil Complementar. Tais informações, aliás, são confirmadas pelo teor da decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Espírito Santos, nos autos do processo n. 0003278-58.2014.02.5001 que tramita naquela unidade jurisdicional (páginas 10.356/10.463. De forma mais específica, vide páginas 10.374/10.380).

Além dos réus, também importa mencionar a existência de Wordxchange Intermediação e Negócios Ltda. (Disk à Vontade), por intermédio da qual Carlos Nataniel registrou o domínio telexfree.com (página 8.514/8.516) e Simternet Tecnologia da Informação Ltda. ME. (Voxbrasil), que consta do contrato particular de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

prestação de serviços para terminação de conexões VoIP juntado às páginas 3.272/3.3.277, mas que posteriormente veio a ser adquirida por Carlos Roberto Costa e Carlos Nataniel Wanzeler.

2.6.3. Das conceituações

Para melhor assimilação, faz-se necessário colacionar algumas das conceituações que podem ser extraídas do Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos, do Laudo Pericial Contábil Judicial e de outras passagens dos autos:

- **Cliente:** Pessoa física que realizou a compra de minutos e de uma ou mais contas VoIP 99TelexFree (Laudo Pericial Contábil Judicial glossário);
- **Cliente ativo:** Pessoa física ou jurídica que realizou a compra de minutos e de uma ou mais contas VoIP 99TelexFree e que em virtude da aquisição de minutos, está ativo no mês da compra do mesmo (Laudo Pericial Contábil Judicial glossário);
- **Conta estoque:** Refere-se às contas VoIP adquiridas em conjunto às centrais de anúncio, sendo que ao comprá-las, o divulgador teria direito a 10 (dez) contas para o pacote ADCentral e 50 (cinquenta) contas para o ADCentral Family (Laudo Pericial Contábil Judicial glossário);
- **Conta não estoque:** Refere-se a contas adicionais que foram compradas/vendidas de forma avulsa e que não são as mesmas que o divulgador adquiriu quando da compra das centrais de anúncios, ou seja, contas VoIP adquiridas separadamente em relação às contas oferecidas nas centrais de anúncios (Laudo Pericial Contábil Judicial glossário);
- **Divulgador:** pessoa que adquirir uma central de anúncios Telexfree com uma ADCentral ou mais (podendo chegar ao máximo ao ADCentral FAMILY), com isso receberá da TELEXFREE uma conta 99TELEXFREE em cada ADCentral quando, e somente quando, colocar 07 (sete) anúncios por semana em site de anúncios na internet (site grátis ou não 01 por dia). (Cláusula 5.2 - Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2404
8
fls. 27025
189

- **Partner:** Pessoa física ou jurídica, que adere a Rede TelexFree e, que pode realizar a venda dos serviços VoIP e ser remunerada (comissões) por isso (Laudo Pericial Contábil Judicial glossário);
- **Rede TelexFree:** Denominação dada à estrutura binária de formação da Rede de divulgadores e Partners (Laudo Pericial Contábil Judicial glossário);
- **Remunerações:** (Laudo Pericial Contábil Judicial páginas 60/61);
- **Binários:** Após ficar qualificado, o membro da rede TelexFree ganharia o bônus binário de USD20.00 (vinte dólares norte-americanos) a cada par de ADCentrais principais em sua rede, o par seria formado entre uma ADCentral da sua rede à esquerda e outra da sua rede à direita, formando assim um ciclo;
- **Trinários:** O ganho trinário de USD60.00 (sessenta dólares norte-americanos) seria obtido pelas franquias Family e ADCentrais adicionais de sua rede. Cada Family possui 4 (quatro) ADCentrais adicionais, e a cada par de 3 (três) ADCentrais adicionais (3 do lado esquerdo e mais 3 do lado direito). Sendo assim, o membro ganharia um ciclo extra de USD60.00 (sessenta dólares norte-americanos);
- **Anúncios:** o divulgador ADCentral deveria postar 1 (um) anúncio por dia, em sites de anúncios na internet (gratuitos ou não), de forma que, ao final de cada ciclo de sete anúncios na semana, receberia uma conta VoIP 99TelexFree. O divulgador ADCentral Family deveria postar 1 (um) anúncio por dia em sites de anúncios na internet (gratuitos ou não) em cada uma das 5 (cinco) ADCentral. Ao final, dos 35 (trinta e cinco) anúncios o divulgador receberia 5 (cinco) contas VoIP 99TelexFree em remuneração a estes anúncios. Além disso, essa conta pode ser comprada pela TelexFree por USD20.00 (vinte dólares norte-americanos). Observa-se através do item anterior referente a propaganda que o tema veiculado seria relativo a obtenção de dinheiro postando anúncios na internet;
- **Residual de recompra ou comissão sobre o anúncio:** o divulgador receberia, referente aos ganhos indiretos dos anúncios, o valor equivalente a 2% (dois por cento) sobre as vendas de conta VoIP 99TelexFree que os divulgadores de sua rede, diretos ou indiretos, até



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

o 5º (quinto) nível, efetuassem. O divulgador poderia ainda, revender para a TelexFree, a conta VoIP 99TelexFree obtida como bônus referente aos anúncios efetuados, pelo valor de USD20.00 (vinte dólares norte-americanos);

- **Comissão direta e indireta da venda de contas:** (i) Contas estoque remuneram diretamente ao divulgador que efetuou a venda em 90% (noventa por cento) sobre o valor de venda daquela conta VoIP e remunera 2% (dois por cento) sobre o valor daquela venda de conta VoIP, o divulgador acima daquele que realizou a venda até o 5º (quinto) nível; (ii) Contas não estoque remuneram diretamente ao divulgador que efetuou a venda em 10% (dez por cento) sobre o valor de venda daquela conta VoIP e remunera 2% (dois por cento) sobre o valor daquela venda de conta VoIP, o divulgador acima daquele que realizou a venda até o 5º (quinto) nível;
- **Team Builder:** teria uma participação de 2% (dois por cento) do faturamento líquido da empresa, no mês seguinte, recebendo esse rateio no 10º (décimo) dia sucessivo à leitura do ganho. O valor máximo desse ganho, por contrato, que era de um ano, seria de até USD39.600.00 (trinta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos) ou o final do contrato, que era de 12 (doze) meses, o que ocorresse primeiro;
- **Royalties:** O divulgador teria direito ao rateio de 1% (um por cento), a título de Royalties, do faturamento líquido da empresa, caso dentro de 1 (um) mês de calendário, o divulgador tivesse fechado 22 (vinte e dois) ciclos em 20 (vinte) dias, não precisaria ser necessariamente em dias consecutivos;

2.6.4. Das cláusulas contratuais entabuladas entre a apelante Ympactus e clientes, partners e divulgadores

A sentença nos subitens 2.2.2. e 2.2.3 resumiu de modo bastante apropriado as condições contratuais estabelecidas entre a apelante Ympactus e os Divulgadores. Merecem, por isso, transcrição literal:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Civil

2.2.2) TERMOS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA YMPACTUS -
REGULAMENTO GERAL DE CLIENTES E DIVULGADORES DE PRODUTOS

O documento de p. 113 mostra que a requerida Ympactus Comercial Ltda. é uma microempresa, com sede em Vitória ES, cuja atividade econômica principal é "intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários" e a atividade secundária são "portarias, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet". O nome fantasia da sociedade empresária é Telexfree INC.

O autor afirmou que ao longo de suas atividades a empresa já firmou diversos modelos de contratos com os divulgadores. O que vigia por ocasião da propositura da ação cautelar incidental era o Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos, sendo este então o objeto de análise mais detalhada.

Lê-se na cláusula 1.3.1 que o regulamento versa sobre "adesão a serviços de publicidade e comunicação".

A cláusula 2.1.1 explica que Telexfree é o nome fantasia da primeira ré, que "desenvolve atividades de divulgação, intermediação e agenciamento de negócios, desenvolvendo uma rede de divulgadores, oferecendo-lhes treinamento, material de apoio, controle, acompanhamento e suporte e, ainda, remunerando-os sob a estrutura lógica do marketing multinível binário por ordem da Telexfree INC, conforme contrato específico entre estas." A cláusula 2.1.2 menciona que a Telexfree INC (com sede nos Estados Unidos) "tem como atividade primária a telefonia VOIP".

A cláusula 2.2.1 estabelece que o usuário, mediante pagamento de uma "tarifação", pode aderir, o que lhe permitirá ser inserido na rede de marketing multinível Telexfree por um ano. Nesta condição, denominar-se-á "partner" e poderá adquirir produtos com descontos exclusivos, oferecidos no sítio eletrônico, dentre os quais os principais são as contas de telefonia VOIP, denominadas 39Telexfree. A mesma cláusula preceitua que, quando o "partner" adquire as contas em forma de kits (ADCentral ou Family), passa a ser chamado divulgador e recebe um espaço no sítio eletrônico para divulgar os produtos/serviços que adquiriu, sendo-lhe disponibilizado treinamento. Estabelece, ao final, que pela promoção dos produtos/serviços, o divulgador receberá uma bonificação, na proporção direta de seus resultados.

A cláusula 2.2.2.1 detalha que o divulgador (aquele que adquiriu um kit de contas VOIP) pode postar anúncios, recebendo uma remuneração a cada ciclo de sete dias, se houver assiduidade ininterrupta.

A cláusula 2.4.1 enfatiza que o divulgador desenvolve trabalho autônomo e não possui vínculo empregatício com a empresa requerida, mencionando que a remuneração recebida pelos divulgadores "refere-se a comissões e agenciamentos efetuados segundo a metodologia do marketing multinível, sendo que os valores dependem exclusivamente do empenho

2406
8
fls. 07009
JOS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

dez ADCentral Family cadastrados diretamente por ele em seu site (cláusula 5.7). O Team Builder terá uma participação no rateio de 2% do faturamento líquido da empresa, desde que atenda às exigências da cláusula 5.9.2, (cláusula 5.7.1). Não consta no regulamento a cláusula 5.9.2, porém, a cláusula 5.7.2 define que, para obter o direito à participação do rateio do faturamento da empresa, nos moldes acima citados, o Team Builder deverá ter "vendido cinco contas VOIP 99Telexfree bem como cada um dos 10 divulgadores AdCentral Family de sua rede que formam o Team Builder."

O divulgador receberá US\$20,00 ou US\$100,00 por cada kit VOIP ADCentral ou Family que seu "partner" inferior adquirir, respectivamente, mas para tanto deverá ter pelo menos um cliente 99Telexfree ativo (cláusula 5.8).

O divulgador também poderá ter ganhos binários diretos e indiretos e auferir 2% da rede do primeiro ao sexto nível, desde que cadastre novos divulgadores, um na esquerda e outro na direita de sua rede de marketing, também sob a condição de que ao menos um cliente tenha um plano 99Telexfree ativo (cláusula 6.1). O ganho será de US\$20,00 por cada dupla, com limite diário de US\$440,00. Se a nova dupla for de ADCentral Family, serão pagos os mesmos US\$20,00 pelas AdCentral principais e mais US\$60,00 por três das quatro ADCentral adicionais, ficando a quarta de sobra para formação de futuros ciclos (cláusula 6.1.2).

Como dito, a cláusula 5.1.1 estabelece que o divulgador poderá vender contas VOIP 99 Telexfree, pelo preço de face, mediante comissão de 10% sobre o valor da venda. A cláusula 7.1 dispõe que o divulgador receberá 2% sobre o valor das vendas de contas 99Telexfree que os divulgadores de sua rede, diretos e indiretos, até o 5º nível, efetuarem. As cláusulas 9.1.2 e 9.1.2.1 detalham a cláusula 7.1.

Em relação as contas VOIP adquiridas pelo divulgador em kits, as cláusulas 5.4.5 e 5.5.5, mencionam o direito à venda pelo preço de face sem gerar, contudo, comissão, quer em linha ascendente quer em linha descendente.

O regulamento garante ao divulgador, ainda, o recebimento de royalties de 1% do faturamento da empresa, desde que feche vinte e dois ciclos, em vinte dias, dentro de um mês (cláusula 8.1).

2.2.3) SÍNTESE EXTRAÍDA DO REGULAMENTO GERAL DE CLIENTES E DIVULGADORES DE PRODUTOS E ANÁLISE SUMÁRIA DOS TERMOS E DA DINÂMICA CONTRATUAL

O estudo do regulamento geral das atividades da primeira requerida leva à conclusão que o interessado pode aderir à rede de marketing multinível por doze meses, mediante o pagamento de US\$50,00, assumindo a condição de "partner", o que lhe permite adquirir produtos no site da empresa com descontos exclusivos e vender contas 99Telexfree mediante comissão de 10%.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

O principal produto oferecido é a conta VOIP 99Telexfree e, caso o "partner" adquira um kit com no mínimo dez destas contas, será considerado divulgador, situação em que lhe abrem mais quatro possibilidades: 1) publicar anúncios diários, por sete dias, mediante recebimento de outras contas VOIP (a quantidade de anúncios a serem publicados e de contas a serem recebidas varia conforme o plano ao qual o divulgador aderiu); 2) revender as contas que adquiriu pelo preço de face, sendo seu todo o proveito da venda; 3) vender outras contas VOIP, também pelo preço de face, mediante recebimento de comissões decorrentes de suas próprias vendas e das vendas, a mesmo título, realizadas por integrantes da rede por ele indicados, até o quinto nível; 4) cadastrar novas pessoas na rede, recebendo por cada cadastro conforme o plano escolhido pelo cadastrado (ADCentral ou ADCentral Family), obtendo ganhos por cada dupla de novos divulgadores que formar a direita e à esquerda da rede (ganhos binários), recebendo royalties e recebendo bonificações se alçar a posição de Team Builder.

A análise dos termos contratuais e da dinâmica empreendida entre a Telexfree e seus divulgadores, efetivada sob juízo de cognição sumária por ocasião da sentença proferida na ação cautelar incidental em apenso, concluiu pela presença de indícios de que a grande atração do negócio é o cadastramento de novos membros à rede e não a comercialização das contas 99 Telexfree, o que o tornaria insustentável. Vejam-se os fundamentos de tal conclusão, através da transcrição dos itens 2.5.8 até 2.5.13 da referida sentença:

Conforme dito, a sentença fundou-se em juízo sumário das provas existentes até aquela ocasião. Mencionou o que parecia ser, dando azo à formulação de quesitos a serem respondidos pelo exame pericial, a fim de descortinar se o que parecia efetivamente é. Passe-se, então, à análise das provas documental e pericial e dos argumentos lançados a partir de então pelas partes e seus assistentes técnicos.

Como indicado no último parágrafo transcrito, a sentença proferida na ação cautelar, baseado em cognição não exauriente, concluiu pela presença de indícios de que a maior fonte de atração do negócio seria o cadastramento de novos membros. Essa premissa, no entanto, sofreu sensível alteração em razão da prova pericial jungida aos autos.

2.6.5. Da prova pericial produzida nos autos

Por ocasião do despacho saneador o juízo a quo fixou três pontos

70

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

controvertidos: (I) a origem dos recursos que custeavam o pagamento dos benefícios da rede telexfree, se aqueles decorrentes do cadastramento de novos membros ou da venda das contas VOIP 99Telexfree; (II) a característica da atividade como pirâmide financeira ou marketing multinível; e (III) a sustentabilidade das atividades desenvolvidas pela empresa ré, caso cessadas novas adesões.

Partindo desses pontos, o juízo elaborou os seguintes quesitos a serem respondidos pela perícia, os quais são transcritos integralmente e com os destaques do original:

1- Fontes de receita/despesa da empresa Impactus Comercial
Ltda.

- 1.1 - Em qual data a empresa repassou a ter rendimentos?
- 1.2 - Quais os valores recebidos pela empresa ré entre a data informada no item 1.1 e a data da intimação dos réus da decisão liminar proferida na ação cautelar em apenso (19 de junho de 2013)?
- 1.3 - Quais os valores recebidos pela empresa ré após a intimação dos réus da decisão liminar mencionada no item 1.2 (19 de junho de 2013)?
- 1.4 - Qual a proporção dos rendimentos da empresa ré advindos da comercialização de contas VOIP avulsas?
- 1.5 - Qual a proporção dos rendimentos da empresa ré advindos da adesão de "partners" (Fundo de Caução Retornável)?
- 1.6 - Qual a proporção dos rendimentos da empresa ré advindos da venda de kits de contas VOIP (ADCentral e ADCentral Family)?
- 1.7 - Qual a proporção de rendimentos da empresa ré advindos de Custo de Reserva de Posição?
- 1.8 - Qual a proporção das despesas da empresa ré para a prestação do serviço VOIP?
- 1.9 - Qual a proporção das despesas da empresa ré com pagamento de rendimentos da rede aos divulgadores (novas adesões, binários, Team Builder, Royalties)?
- 1.10 - Qual a proporção das despesas da empresa ré com o pagamento de comissões decorrentes das vendas avulsas das contas VOIP 99Telexfree?
- 1.11 - Qual a proporção das despesas da empresa ré com pagamento dos anúncios postados semanalmente pelos divulgadores?
- 1.12 - As atividades da rede Telexfree configuram captação de dinheiro junto ao público investidor, demandando autorização do Conselho Monetário Nacional?
- 1.13 - A empresa ré realiza outra atividade comercial além da que está disciplinada no Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos?
- 1.14 - O que sustenta os pagamentos dos benefícios



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

oriundos da rede Telexfree (novas adesões, binários, Team Builder, Royalties) é a venda avulsa de contas VOIP ou o cadastramento de novos divulgadores, através do recebimento do Fundo de Caução Retornável e do fruto da venda do kit ADCentral ou ADCentral Family?

2 - Fontes de receita/despesa do divulgador. Elaborar tabela que contenha as informações dos itens 2.1 até 2.9:

- 2.1 - Valores pagos à empresa ré por cada divulgador.
 - 2.2 - Valores recebidos da empresa ré por cada divulgador a título de bonificações da rede Telexfree (novas adesões, Team Builder, Royalties, binários).
 - 2.3 - Valores recebidos da empresa ré por cada divulgador a título de comissão pela venda direta de contas VOIP 99Telexfree.
 - 2.4 - Valores recebidos da empresa ré por cada divulgador a título de postagem semanal de anúncios.
 - 2.5 - Saldo financeiro nominal entre o que foi pago e recebido, a qualquer título, da empresa ré, por cada divulgador.
 - 2.6 - Soma dos saldos financeiros negativos de todos os divulgadores.
 - 2.7 - Percentual do retorno financeiro obtido por cada divulgador, considerando apenas os ganhos obtidos com a rede Telexfree (novas adesões, Team Builder, Royalties, binários).
 - 2.8 - Percentual do retorno financeiro obtido por cada divulgador, considerando apenas os ganhos obtidos com comissões decorrentes da venda direta de contas VOIP 99Telexfree.
 - 2.9 - Percentual do retorno financeiro obtido por cada divulgador, considerando apenas a postagem de anúncios.
 - 2.10 - Qual é o percentual médio de retorno financeiro obtido pelos divulgadores, considerando apenas os ganhos obtidos com a rede Telexfree (novas adesões, Team Builder, Royalties, binários)?
 - 2.11 - Qual é o percentual médio de retorno financeiro obtido pelos divulgadores, considerando apenas os ganhos obtidos com comissões decorrentes da venda direta de contas VOIP 99 Telexfree?
 - 2.12 - Qual é o percentual médio de retorno financeiro obtido pelos divulgadores, considerando apenas a postagem de anúncios?
 - 2.13 - O que oferece maior retorno financeiro ao divulgador: venda de conta VOIP 99Telexfree avulsa, revenda de conta VOIP 99Telexfree, cadastramento de novos membros da rede Telexfree ou postagem de anúncios?
- 3 - Sobre as contas VOIP 99Telexfree
- 3.1 - Comparação da conta VOIP 99Telexfree com outros serviços semelhantes existentes no mercado brasileiro (preço e qualidade do serviço).
 - 3.2 - Qual a quantidade de contas VOIP 99Telexfree ativas no período do início das atividades da empresa ré e a data

2408
8
fls. 373
183



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

atual?

3.3 - Qual a quantidade de contas avulsas vendidas diretamente pela empresa ré no período do início de suas atividades até a intimação da decisão liminar proferida na ação cautelar em apenso (19 de junho de 2013)?

3.4 - Qual a quantidade de contas avulsas vendidas diretamente pela empresa ré no período da decisão liminar (19 de junho de 2013) e a data atual?

3.5 - Qual a quantidade de kits ADCentral e ADCentral Family de contas VOIP 99Telexfree foi vendida pela empresa ré aos divulgadores no período do início das suas atividades e a decisão liminar (19 de junho de 2013)?

3.6 - Qual a quantidade de contas VOIP 99Telexfree foi vendida pela empresa ré por intermédio dos divulgadores no período do item 3.3?

3.7 - Qual a quantidade de contas VOIP 99Telexfree foi vendida pela empresa ré por intermédio dos divulgadores no período do item 3.4?

3.8 - Qual a quantidade de contas VOIP 99Telexfree foi revendida pelos divulgadores no período do item 3.3?

3.9 - Qual a quantidade de contas VOIP 99Telexfree foi revendida pelos divulgadores no período do item 3.4?

3.10 - Qual é o preço de face da conta VOIP 99Telexfree?

3.11 - Quantas contas VOIP 99Telexfree ativas pertencem a divulgadores? E quantas não pertencem?

3.12 - A empresa ré efetivamente verifica a existência de cliente ativo antes de pagar os benefícios da rede Telexfree aos divulgadores?

3.13 - O cliente ativo mencionado no item 3.12 pode ser o próprio divulgador?

3.14 - Qual empresa presta o serviço VOIP 99Telexfree? Qual o quadro societário da referida empresa? Em que data foi constituída?

4- Sobre os anúncios postados semanalmente pelos divulgadores

4.1 - O conteúdo dos anúncios postados pelos divulgadores traz informações acerca do serviço VOIP 99Telexfree?

4.2 - Os sites onde os anúncios são publicados propiciam a visualização pelo público em geral?

4.3 - Há sites criados exclusivamente para postagem dos anúncios pelos divulgadores da Telexfree?

4.4 - A técnica de publicidade utilizada pela empresa ré é compatível com a que tem sido adotada por outras empresas?

4.5 - O custo da publicidade realizada pela empresa ré é compatível com o alcance da mesma?

5 - Sobre a documentação apresentada

5.1 - Houve modificação das informações existentes nos documentos apresentados pela empresa ré após a intimação da mesma acerca da decisão liminar proferida na ação cautelar em apenso (13 de junho de 2013)?

5.2 - Em qual país foi construído o site da Telexfree

73



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

(www.telexfree.com)?

6 - Sobre o "partner"

6.1 - Existe "partner" que não seja, também, divulgador?

6.2 - O "partner" pode comprar conta VOIP 99telexfree avulsa com desconto?

7 - Sobre o divulgador

7.1 - Em média, quantas contas VOIP 99Telexfree avulsas um divulgador vende e q cadastros na rede Telexfree realiza?

7.2 - É possível reaver o investimento feito pelo divulgador na rede Telexfree (Fundo de Caução Retornável mais kit de VOIP 99Telexfree ADCentral ou ADCentral Family) apenas revendendo as contas VOIP 99telexfree adquiridas em kit?

7.3 - Ao vender conta VOIP 99Telexfree avulsa ou revender conta do kit, o divulgador recebe comissão sobre a mensalidade paga pelo usuário do serviço à empresa ré?

8 - Outros esclarecimentos que a empresa perita reputar relevantes para elucidação dos pontos controvertidos da demanda.

De seu turno, os requeridos indicaram seus quesitos por meio da petição de petição de página 8.404/8.446, os quais são transcritos *ipsis litteris*:

1º Quesito: O que caracteriza uma Pirâmide Financeira ou Pirâmide de Ponzi?

2º Quesito: A única forma de remuneração dos distribuidores da Ympactus era o recrutamento de novos participantes para a rede estrutural da organização? Caso negativo, quais são as diferentes fontes de remuneração?

3º Quesito: O VoIP comercializado é um produto?

4º Quesito: Qual o valor pago aos distribuidores da Ympactus por conta VoIP vendida? Qual o retorno potencial para a empresa de uma assinatura de uma conta VoIP vendida ao longo de um ano?

5º Quesito: O valor pago aos divulgadores, face ao retorno da assinatura da conta VoIP vendida, ao longo de um ano, configura-se em pagamento de comissões excessivas, sobre excedentes às receitas auferidas com a venda de bens reais (no caso os pacotes VoIP)?

6º Quesito: Com base nas respostas aos quesitos acima, é possível concluir que as atividades da empresa Ympactus constituem Pirâmide Financeira ou Pirâmide de Ponzi?

7º Quesito: Existe a entrega de algum produto por parte da Ympactus no ato do pagamento? Qual?

8º Quesito: Qual o conceito de dano material? Quais as formas de provar dano material?

9º Quesito: Deve o Rationalibus Expertus certificar, com base em fatores e princípios consuetudinários da ciência da contabilidade, se ocorreu de forma inequívoca a existência de dano emergente e se este dano prejudicou a economicidade da Ympactus, e qual o valor atualizado para

Endereço: Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, CEP 09.915-631, Tel. 68 3302-0444/0445, Rio Branco-AC - Mod. 500239 - Autos n.º 0900224-44.2013.8.01.0001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

a data do laudo?

10° Quesito: A prova pericial é capaz de provar dano material?

11° Quesito: Qual a receita mensal da empresa autora ante a divulgação da nota pela Ré? Há redução da receita da empresa autora em valores absolutos após a divulgação da nota pela Ré? É possível estimar o prejuízo causado à empresa por essa redução?

12° Quesito: A Ympactus tinha receita crescente antes do bloqueio de sua atividade econômica e de seus bens e valores? É possível projetar valores futuros para esse crescimento com base na tendência anterior a divulgação da nota? É possível estimar o que a empresa deixou de ganhar pela reversão da tendência anterior de crescimento da receita?

13° Quesito: Com base nos quesitos anteriores, é possível estimar um valor total de dano material sofrido pela Ympactus no seu caixa?

14° Quesito: Quanto custa uma adesão de divulgador para ingressar na Ympactus?

15° Quesito: O Divulgador que cadastrar uma nova pessoa em sua equipe, que pagou US\$50 (adesão), recebe alguma comissão ou bônus?

16° Quesito: A Ympactus paga comissão somente quando seus produtos VOIP são vendidos?

17° Quesito: Na pirâmide financeira ou esquema ponzi existe algum contrato de tempo determinado ou algum produto ou serviço comercializado?

18° Quesito: A tecnologia VOIP realmente é mais barata que as ligações telefônicas convencionais? Em caso positivo, em que percentual médio?

19° Quesito: É verdade que na venda no varejo, através do site, a empresa paga 10% de comissão por um plano vendido ao valor de US\$49.90?

20° Quesito: É verdade que a então Secretária de Acompanhamento Econômico informou que a empresa Ympactus está correta e legalizada?

Conquanto em menor quantidade, o Ministério Público formulou seus quesitos às páginas 8.534/8.535:

1. Quantas e quais são as formas de remuneração dos que investiram na empresa Ympactus?
2. No caso de derramamento, era possível impedir que esse acontecesse, lesando os investidores que se encontravam em posição inferior?
3. Os anúncios postados semanalmente pelos divulgadores atendiam ao fim que se espera de uma publicidade virtual?
4. Após a decisão judicial que suspendeu a atividade da empresa houve descumprimento dessa decisão?
5. É possível verificar, analisando o modelo comercial e o sistema que o sustentava, alguma relação a Ympactus, a Telexfree Inc e a Telexfree LLC, ambas americanas, e a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

TelexFree, Ltda, inglesa?

6. É possível identificar a utilização de CPF's falsos, sobretudo com alteração dos dígitos, para a abertura de novas contas, com a finalidade de ludibriar o sistema e permitir saques de remuneração oriunda dessas em contas abertas com CPF verdadeiro?

7. Qual o nível de segurança do sistema utilizado pela empresa?

8. É possível fraude no sistema?

9. A empresa tinha alguma certificação no que tange a segurança de seus dados?

Por meio da decisão de páginas 8.956/8.957, item 11, o juízo a quo indeferiu os quesitos de número 8 a 13, formulados pelos réus.

O Laudo Pericial Contábil Judicial foi juntado às páginas 15.010/15.229. Segundo a empresa perita foram adotados os seguintes procedimentos: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

O laudo sofreu impugnações e pedidos de esclarecimento tanto por parte dos réus (páginas 15.431/15.442), que juntou parecer do assistente técnico (páginas 15.443/15.872), quanto por parte do autor (páginas 15.911/15.914), que também trouxe à colação o parecer técnico elaborado pelo laboratório de tecnologia contra lavagem de dinheiro (páginas 15.915/15.956).

A empresa perita juntou laudo pericial contábil judicial complementar (páginas 16.327/16.443).

Novamente, os réus impugnaram o laudo complementar (petição de páginas 18.854/18.982). Os peticionantes consideraram, em síntese, a exceção de suspeição em face da empresa perita (item 1; subitens 1.1 a 1.3), a existência de premissa impossível e absoluta má-fé da E&Y; fundamentos legais da suspeição da E&Y e nulidade do 'laudo pericial' por ela confeccionado; venda e viabilidade do produto ou serviço; a "verdade" e a comprovação da inexistência de pirâmide financeira e da viabilidade econômica e da legalidade do negócio; indicaram omissão quanto ao quesito complementar relativo à cláusula 13.2.

Naquela assentada, os réus postularam o reconhecimento da parcialidade da empresa perita, em vista da manifestação sobre questões jurídicas alheiras ao mister pericial; a imprestabilidade do laudo; reiteraram pedido de realização

2410
fls. 270/7
105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

de audiência de instrução e julgamento e produção das provas já especificadas; reiteraram o laudo complementar de seus assistentes técnicos; requereram a juntada de documentos, anexos e apêndices em mídia digital.

É relevante notar que muitas das matérias colacionadas pelos recorrentes estão inseridas na impugnação ao laudo pericial complementar, não apenas as que dizem respeito à segunda exceção de suspeição apresentada em face da empresa perita, mas também as considerações acerca do laudo inicial.

2.6.6. Dos debates propriamente ditos

A sentença, no que pertine ao ponto nodal do processo, está dividida nos seguintes tópicos: 2.1) considerações iniciais; 2.2) vícios nos negócios jurídicos firmados entre os divulgadores e a Ympactus; 2.2.2) termos da atividade desenvolvida pela ympactus - regulamento geral de clientes e divulgadores de produtos; 2.2.1) marketing multinível x pirâmide financeira; 2.2.3) síntese extraída do regulamento geral de clientes e divulgadores de produtos e análise sumária dos termos e da dinâmica contratual; 2.2.4) laudo pericial, considerações das partes e de seus assistentes técnicos e prova documental; 2.2.4.1) considerações iniciais; 2.2.4.2) principal fonte de receita dos divulgadores da rede telexfree; 2.2.4.3) principal fonte de receita da rede telexfree; 2.2.4.4) venda e consumo das contas 99telexfree; 2.2.4.5) características piramidais da rede telexfree; 2.2.4.6) insustentabilidade da rede telexfree; 2.2.4.7) cláusula 13.2: a recompra dos anúncios; 2.2.4.8) conclusões finais.

Relativamente aos três pontos controvertidos indicados na decisão saneadora a empresa perita assim se manifestou:

Em virtude dos fatores apresentados acima, observamos que existem elementos nos cenários anteriormente apresentados, que indicam, que o que custearia a rede TelexFree seria a adesão de novos membros a venda referente as centrais de anúncios e de contas VoIP, e, tais Receitas fomentariam os pagamentos dos bônus e comissões.

Adicionalmente, como observado 72% (setenta e dois por cento) da Receita com vendas de produtos e serviços seriam oriundas da utilização de benefícios, que por sua vez não movimentaram o caixa da Rede TelexFree. (página 15.152)

(...)

Com base nos procedimentos efetuados e nos resultados



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

obtidos e apresentados no corpo da resposta do presente quesito, observamos que existem elementos que indicam que as atividades da TelexFree teriam características de uma 'pirâmide financeira', em virtude dos seguintes fatores:

1. Venda e viabilidade do produto ou serviço

Conforme demonstrado no presente quesito, observamos elementos que indicam que mesmo em uma 'pirâmide financeira' seria possível a existência de um produto ou serviço, porém com baixa utilização. Os resultados dos nossos exames indicam que além de uma baixa utilização dos minutos, havia limitações referentes à garantia de funcionalidade do produto, já que a TelexFree garante apenas 10% (dez por cento) de qualidade da prestação de serviço, bem como não permite o uso dos minutos colocados à disposição para atividades comerciais. Observamos também que (i) os principais divulgadores não utilizaram os minutos que tinham a sua disposição; e (ii) a utilização de minutos da Rede TelexFree compreende a 0,23% (vinte e três centésimos por cento) do total disponibilizado aos seus usuários.

2. Ganhos Escalonados

A definição de ganhos escalonados permeia o fato de que os membros de níveis superiores, dentro de uma pirâmide financeira, apresentariam rendimentos superiores, em relação aos membros de níveis inferiores. Conforme descrito no presente quesito, os Divulgadores podem adquirir mais de um kit, e, portanto possuir mais de um login de acesso. Para observarmos a existência do escalonamento, selecionamos determinados participantes e observamos que os mesmos possuíam diversos logins de acesso e que a soma de seus rendimentos foram superiores em relação aos demais níveis.

Destacamos que não nos foi praticável o exame sobre a Rede TelexFree completa de forma a evidenciarmos todos os ganhos escalonados, em virtude de limitações na qualidade da base de dados em relação aos cadastro de divulgadores e partner's.

3. Transferência de recursos

Conforme descrito na Nota Técnica 116 do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, um dos indícios para a identificação de uma 'pirâmide financeira' seria o livre acesso a transferência de benefícios entre os participantes da pirâmide. Conforme apresentado no aludido quesito, observamos a existência de elementos que demonstram que foram realizadas transferências de saldos entre Divulgadores e Partner's, que perfaziam o montante equivalente a USD4,555,256,256,86 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e seis dólares e oitenta e seis centavos norte-americanos), que corresponderiam a 7.141.821 (sete milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e uma) transferências.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

4. Promessa de remuneração, esforço de venda e atração pelos benefícios

Conforme descrito ao longo da resposta detalhada neste quesito a promessa de alta remuneração em pouco tempo, com baixo esforço de venda é um indicativo de existência de pirâmide. Como resultado de nossos procedimentos sobre esse aspecto foi observada existência de elementos que indicam promessas de altos ganhos, bem como altos retornos financeiros em um curto espaço de tempo. Além disso, podemos observar a atração dos Divulgadores e Partner's pelos altos rendimentos, uma vez que os mesmos e suas redes de divulgadores, apresentam baixa utilização de minutos e um alto volume de postagem de anúncios, atividade esta que permitia acesso ao volume de benefícios para o universo dos divulgadores, sem a geração de valor econômico por essa atividade, e, que representa 67% (sessenta e sete por cento) da remuneração total da TelexFree. Destacamos também que, observamos existência de programas de computador que realizam a postagem de anúncios automaticamente, fato esse que fora corroborado na base de dados, e que seria uma evidência de baixo esforço ('trabalho') para atingir as metas para o ganho dos benefícios.

5. Legitimidade do contrato

O exame sobre legitimidade do contrato norteia aspectos jurídicos que não faz parte do escopo dos nossos exames. Contudo, através da comparação entre a base de dados e os contratos, observamos que não seriam respeitadas as limitações de pagamentos que envolvem a remuneração diária de binários, trinários e royalties. Além disso, observamos que o contrato de divulgadores não explicita todas as condições de utilização do produto.

6. Proporção dos rendimentos

De acordo com o Manual CFE, pelo menos 70% (setenta por cento) da remuneração de um 'Distribuidor' deve ser oriunda de vendas diretas. Nesse sentido, observamos que a proporção relativa à remuneração direta e indireta oriunda da postagem de anúncio representa 67% (sessenta e sete por cento) de toda a remuneração gerada pela Rede TelexFree. No que tange as comissões diretas, observamos que essas representariam 30% (trinta por cento) e comissões indiretas 3% (três por cento), ambas sobre a remuneração total da Rede.

7. Reinvestimento

Devido aos altos ganhos gerados aos Divulgadores e Partner's, os contratos de produtos e serviços da TelexFree definem o Custo de Reserva de Posição (CRP), o qual desconta 20% (vinte por cento) de toda a remuneração dos Divulgadores e Partner's obtida durante o período de vigência do contrato, para que a posição do Divulgador na rede seja mantida. Dessa forma, entendemos que o CRP se constitui em uma forma de incentivar o reinvestimento e, conseqüentemente, a manutenção do divulgador na Rede



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

TelexFree por tempo indeterminado. A consequência do reinvestimento, seria a sustentação da pirâmide por mais tempo. Tal fato pode ser corroborado com os cenários apresentados no estudo de viabilidade dos serviços, contido no tópico abaixo, pois quando da renovação do contato com a TelexFree no 13º (décimo terceiro mês).

8. viabilidade econômico-financeira dos serviços e produtos ofertados pela TelexFree

Como resultado de nossos procedimentos, observamos que a Rede TelexFree apresentaria as seguintes situações no que tange à viabilidade financeira da operação:

- Com base na elaboração das Informações Contábeis Combinadas 'Pro-forma' da Rede TelexFree, podemos observar ausência de liquidez. Elaboramos quatro estudos de viabilidade do produto, em cenários hipotéticos e como resultado das avaliações, observamos a ausência de sustentação financeira do modelo de negócio da TelexFree;
- Elaboramos uma projeção considerando o resultado da Rede TelexFree a partir do 17º (décimo sétimo) mês de operação e avaliamos a viabilidade das operações considerando seu resultado real até junho de 2013. Como resultado, observamos também que haveria a falta de sustentabilidade da operação.

9. Pagamento antecipado

Observamos que os serviços e produtos ofertados pela TelexFree são pagos antecipadamente pelos Divulgadores e Partner's. Contudo, esse elemento em si, é uma característica que agregada às demais e se torna relevante quando corroborada ao estudo de viabilidade. Sendo assim, como observamos elementos que indicam a falta de sustentação financeira da Rede TelexFree, observa-se indícios de que o pagamento antecipado teria sido utilizado para a liquidação da dívida de curto prazo com os membros de níveis superiores da Rede. (páginas 15.117/15.120)

(...)

Para a resposta ao aludido questionamento, consideramos o Cenário 4, apresentado no quesito anterior, onde as adesões cessaram, porém, consideramos a manutenção da mesma quantidade de clientes, de forma a observar se a Rede TelexFree sustentaria a sua estrutura de remuneração de participantes mediante a não adesão de novos divulgadores. Nesse contexto, observamos que caso as adesões não fossem realizadas, a operação não seria sustentável em função de suas obrigações que seriam oriundas principalmente aos anúncios. (página 15.120)

Relativamente à origem dos recursos que custeavam o pagamento dos benefícios da rede telexfree, se aqueles decorrentes do cadastramento de novos membros ou da venda das contas VOIP 99Telexfree, veja-se o que consta da sentença.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

2412
8
fls. 2702
187

Voltando à análise sobre o que seria a maior fonte de rendimento dos divulgadores, ao responderem aos quesitos 2.10 a 2.13, que indagam sobre o percentual médio de retorno financeiro obtido pelos divulgadores com a rede Telexfree (novas adesões, Team Builder, Royalties, binários), com a venda direta de contas 99Telexfree e com a postagem de anúncios, os peritos apresentaram cenários da rede global e da rede de brasileiros.

As conclusões da perícia foram as seguintes:

- 1º) o percentual médio de rendimentos dos divulgadores AdCentral de toda a rede Telexfree, decorrentes apenas dos **benefícios da própria rede** (novas adesões, Team Builder, Royalties, binários), foi de **-54%**. Para os divulgadores AdCentral brasileiros o resultado foi **-50%**;
- 2º) o percentual médio de rendimentos dos divulgadores AdCentral Family de toda a rede Telexfree, decorrentes apenas dos **benefícios da própria rede** (novas adesões, Team Builder, Royalties, binários), foi de **-95%**. Para os divulgadores AdCentral Family brasileiros o resultado foi **-94%**;
- 3º) o percentual médio de rendimentos dos divulgadores AdCentral de toda a rede Telexfree, decorrentes apenas das **comissões de venda direta de contas 99Telexfree**, foi de **-54%**. Para os divulgadores AdCentral brasileiros o resultado foi **-75%**;
- 4º) o percentual médio de rendimentos dos divulgadores AdCentral Family de toda a rede Telexfree, decorrentes apenas das **comissões de venda direta de contas 99Telexfree**, foi de **-95%**. Para os divulgadores AdCentral Family brasileiros o resultado foi **-89%**;
- 5º) o percentual médio de rendimentos dos divulgadores AdCentral de toda a rede Telexfree, decorrentes apenas das **postagens de anúncios**, foi de **-53%**. Para os divulgadores AdCentral brasileiros o resultado foi **15%**;
- 6º) o percentual médio de rendimentos dos divulgadores



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

AdCentral Family de toda a rede Telexfree, decorrentes apenas das postagens de anúncios, foi de -53%. Para os divulgadores AdCentral Family brasileiros o resultado foi -14%.

A síntese desta análise demonstra que na rede formada por brasileiros (incluindo-se os cadastros com indícios de brasileiros), a maior fonte de receita é realmente a postagem de anúncios (15% e -14%).

O assistente técnico dos réus apresentou resultados diversos aos quesitos que indagaram acerca do percentual médio de rendimento dos divulgadores com cada uma das atividades relacionadas ao negócio. Concluiu que o percentual médio do ganho obtido pelos divulgadores com benefícios da rede (Team Builder, royalties, binário e trinários) foi de 2,92%, frisando que novas adesões não ensejavam bonificações. Com as vendas de contas (comissão voip varejo, comissão voip estoque, comissão voip indireta e comissão voip atacado) foi de 8,66%. Já quanto às postagens de anúncios (recompra voip integral e recompra voip residual), o ganho médio dos divulgadores foi de 73,04%.

Assim, mesmo tomando-se por base os resultados apresentados pelos próprios réus, que divergiram dos constatados pela perícia por haverem se pautado em períodos diversos (o assistente técnico analisou os dados até a data da decisão liminar junho de 2013 e os peritos até a data da análise abril de 2014) e também por considerarem a bonificação oriunda da venda de kits como vendas de voip e não como benefícios oriundos de novas adesões, a representação final dos ganhos foi a mesma, corroborando a conclusão da perícia de que a principal fonte de receita dos divulgadores era mesmo a postagem de anúncios.

... Por isso, há de se concluir que, indubitavelmente, no curso das atividades da rede Telexfree no Brasil, o que gerou maior receita aos divulgadores foi efetivamente as recompra das contas que receberam em razão da postagem de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

anúncios.

Ou seja, a principal receita dos divulgadores da rede telexfree constituía-se na postagem de anúncios por parte dos divulgadores e não na venda e revenda de contas VoIP ou mesmo de novos cadastramento, como inicialmente concebido pela sentença proferida na ação cautelar preparatória. A questão da recompra das contas VoIP 99TelexFree suscitará forte discussão porquanto perpassa pela cláusula 13.2 do Regulamento Geral de Clientes e Divulgadores de Produtos. Sua análise, todavia, afigura-se mais apropriada nos cenários concebidos acerca da viabilidade do negócio.

Sobre a origem dos recursos que sustentariam o pagamento de benefícios da rede TelexFree, constante do quesito 1.14, os peritos responderam o seguinte:

Conforme podemos observar apenas pelo fluxo financeiro, 0.63% (sessenta e três centésimos por cento) da receita seria relativa a venda de contas avulsas e 0.74% (setenta e quatro centésimos por cento) do Fundo de Caução Retornável. Sendo assim, os 98% (noventa e oito por cento) de toda a entrada de dinheiro seria oriunda da Adesão ao Kit ADCentral e ADCentral Family.

Quando comparamos aos pagamentos de divulgadores, relativos à remuneração existente na rede, observamos que teriam sido pagos aproximadamente USD940,917,975.12 (novecentos e quarenta milhões, novecentos e dezessete mil, novecentos e setenta e cinco dólares e doze centavos norte americanos) na forma de remuneração aos divulgadores.

Nesse contexto, observamos que os pagamentos teriam sido realizados principalmente com recursos financeiros oriundos das vendas de kits ADCentral Family.

Adicionalmente, elaboramos um fluxo matemático considerando dois aspectos, o que sustentou os pagamentos dos benefícios, e se com base nas condições existentes esse montante seria suficiente para a continuidade das operações. Vide Quesito 3 em pontos controvertidos.

Deveras, no quesito 2.13, os peritos foram inquiridos sobre o que oferecia maior retorno financeiro ao divulgador (venda de conta VoIP 99TelexFree avulsa, revenda de conta VoIP 99TelexFree, cadastramento de novos membros à rede



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Segunda Câmara Cível

TelexFree ou postagem de anúncios). O resultado foi o seguinte:

2.13 - ...

Conforme demonstrado na tabela apresentada no quesito 2.7 - Fontes de receita/despesa do divulgador, observamos que o maior retorno financeiro seria obtido através da postagem de anúncios, sendo -53% para os divulgadores ADCentral e -93% para os divulgadores ADCentral Family.

Eis a abordagem efetuada pela sentença:

Tanto é assim que em resposta ao quesito 1.14, a análise pericial detectou que os benefícios pagos aos divulgadores são custeados por novos cadastramentos à rede, através da venda de kits AdCentral e AdCentral Family, na proporção de 98%. Apenas 0,63% dos recursos necessários para custeio dos benefícios da rede são advindos da venda de contas avulsas, em clara descaracterização de marketing multinível. Apurou-se, ainda, que em média os divulgadores venderam apenas 1,36 contas, mas realizaram 3 cadastramentos e ainda fizeram 390 anúncios (que não geram receita direta).

Os réus sustentam que a adesão à rede se efetivava através da "Adesão Partner", mediante pagamento do Fundo de Caução Retornável, o que não gerava qualquer rendimento ao divulgador que fez a indicação. Com este argumento, afirmam que não bonificavam novas adesões e que estas representavam apenas 3,16% de seus rendimentos. Sustentam, também, que a base de custeio dos benefícios da rede era a venda das contas 99Telexfree no atacado (através dos kits), o que lhe gerava receita de 96,13%.

Porém, os termos contratuais e a dinâmica compreendida pela rede Telexfree revelam o contrário. O partner, apesar de haver pago o Fundo de Caução Retornável e de ter direito a uma posição na rede, não auferia nenhum benefício desta, a não ser quando evoluísse para o posto de divulgador. Enquanto partner, poderia apenas realizar a chamada venda direta, ou venda no varejo, mediante comissão de venda de 10%, que no entanto não gerava nenhum benefício à rede (conforme cláusulas 5.1.1 e 9.1.2, esta última deixando claro que a bonificação pelas vendas avulsas era paga apenas aos divulgadores).

Portanto, pode-se dizer que o partner ocupa uma posição na rede, mas não proporciona nenhuma receita aos seus integrantes (não pode postar anúncios e suas vendas diretas não geram bonificações à rede), assim como também não gera nenhuma despesa, já que a única opção que tem nesta condição é de vender contas avulsas da própria Telexfree, mediante comissão sobre a venda paga pela empresa ré, não tendo direito a qualquer bonificação dentro da rede.

Enneiga-se na figura do partner apenas uma tentativa de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
VITÓRIA - VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
FÓRUM CÍVEL
FÓRUM MUNIZ FREIRE
RUA MUNIZ FREIRE, S/N - CENTRO - VITÓRIA - ES - CEP: 29015-140
falencia-vitoria@tjes.jus.br
Telefone(s): 3198-0550 - Ramal: 644
Email: f3civel-vitoria@tjes.jus.br

TERMO DE ENCERRAMENTO

CERTIFICO E DOU FÉ que nesta data **ENCERREI** o presente volume, dos autos 0021350-12.2019.8.08.0024, às folhas nº ²⁴¹³, nos termos do art. 345 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Em, 05/03/2020.

CRISTINA MALISEK SCHROTH BAPTISTA
ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL

Este documento está pendente de Assinatura Eletrônica por: .